MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
Doc. 2

Sugestões para o Temário do KIT nº 2

"Supervisão e Ação Comunitária"

Introdução: Necessidade de se fundamentar a ação: teoria + prática = praxis. (Forma verdadeiramente "humana de viver")
Ver: "Filosofia da praxis" - A. Sanchez Vasquez

1. Bases conceituais (Fundamentos filosóficos e científicos)

   . Conceitos de Homem e de Mundo (visão dialética)

   . Conceitos de Sociedade, Comunidade, Grupo Social (...)

   . Conceito de Comunicação Social (ver Bordenave)

   . As teorias de A.C e D.C que podem fundamentar a Ação do MOBRAL.

2. Educação Comunitária e Ação Comunitária

   - Educação como uma praxis social
   - Pressupostos da Educação Comunitária
   - Níveis (formas/estratégias) de Educação Comunitária
     . Educação de Massa (campanhas, movimentos, etc)
     . Educação para o Associativismo/Cooperativismo
     . Ação Comunitária, a melhor forma de Educação Comunitária.

3. A Supervisão no processo de Ação Comunitária

   - O diagnóstico social
   - O planejamento participativo
   - O acompanhamento na Ação Comunitária (e outras formas de Educação Comunitária)
   - A Avaliação na Ação Comunitária (e outras...)

4. Métodos e Técnicas de Supervisão no trabalho de Educação e Ação Comunitaria

   - A observação participante
   - A Entrevista
   - etc.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0056
doc. 3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA

MÓDULO SOBRE O ACOMPANHAMENTO DO PRODAC

Rio de Janeiro, 1980

O ACOMPANHAMENTO

O QUE ACOMPANHAR

- OBJETIVOS

- CLIENTELA

- AGENTES

- RESULTADOS

- RELAÇÕES INTER-INSTITUCIONAIS

O Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC é uma proposta do MOBRAL que visa desenvolver a educação, através da ação comunitária.

Seu objetivo maior é contribuir para que grupos sociais desenvolvam um processo de aprendizagem da participação social, aí entendida como a sua capacidade de formular e encaminhar propostas para modificações de suas condições de vida.

Entretanto, o simples desencadear de um processo educativo não é suficiente. Apenas implantar o PRODAC, não basta. É necessário buscar, constantemente, mecanismos que visem realimentar, corrigir e ampliar o processo iniciado.

1 - O ACOMPANHAMENTO EM AÇÃO COMUNITÁRIA

O acompanhamento constitui-se em um recurso que visa, permanentemente, fornecer novos elementos ao trabalho de ação comunitária. Procura-se perceber o processo educativo desencadeado, analisá-lo e, a partir daí, introduzir mudanças que se façam necessárias, tendo em vista os objetivos que se pretende atingir.

> Neste sentido, o acompanhamento ao PRODAC deve ser visto como um processo contínuo e sistemático voltado para a avaliação e para o replanejamento de mecanismos que permitam realimentar o Programa.

2 - O QUE ACOMPANHAR

O processo de acompanhamento tem por objeto uma proposta

educativa definida. Incide sobre uma prática educativa concreta, com grupos sociais concretos, e em uma situação concreta, orientado pelo objetivo maior do PRODAC que é o da participação social através da Ação Comunitária. Assim sendo, está centrado no Programa e conseqüentemente em seus elementos integrantes: os objetivos, a clientela, os agentes, os resultados e as relações inter-institucionais.

- OBJETIVOS

Através do acompanhamento analisa-se a forma como se definiram os objetivos específicos de uma prática educativa, voltada para a participação social.

Os objetivos específicos, geralmente, referem-se a problemas reais vividos pelos grupos.

Ao refletir sobre os seus problemas e suas necessidades, os grupos e agente traçam os objetivos específicos da ação a ser desenvolvida.

IMPORTANTE

Interessa ao acompanhamento saber o modo como foram definidos esses objetivos, uma vez que, no processo educativo, os grupos é que sabem o que é melhor para eles. Cabe ao agente auxiliá-los nesse trabalho de pensar sobre os problemas e determinar os caminhos a seguir. É a isso que chamamos modo educativo de definir objetivo.

Assim sendo, o acompanhamento permite analisar se as particularidades dos grupos sociais - sua cultura, seus interesses, sua forma de organização, são respeitadas na definição dos objetivos.

O acompanhamento possibilita, ainda, analisar a relação existente entre os objetivos específicos e o objetivo maior do Programa, que é a participação social

Verifica, finalmente, o modo pelo qual os objetivos estão sendo trabalhados concretamente, isto é, em que medida as atividades realizadas constituem-se em instrumento que favorece o exercício da participação social.

Exemplo:

No acompanhamento ao desenvolvimento do PRODAC em uma localidade, verificou-se que os moradores apontaram como seus principais problemas, a falta de água, o escoamento do esgoto, a ausência de luz elétrica e o acúmulo de lixo. Colocados estes problemas concretos, vividos pelo grupo de moradores, estes se organizaram tendo como objetivo saná-los.

Além de detectar os problemas, o grupo refletiu sobre qual deles era prioritário. Decidiu-se que a falta de água seria o primeiro problema a ser solucionado. Assim, o objetivo inicial do grupo era o de resolver um problema concreto que afetava a todos os moradores da localidade.

Para atingir esse objetivo, o grupo passou a promover reuniões onde se discutiam as formas possíveis de resolvê-lo. Realizaram sondagens para ver o custo do material, solicitou-se a presença de um técnico, elegeu uma comissão para reivindicar à autoridade local a colocação da água na área. Atualmente estão se organizando em Associação de Moradores.

Assim, a partir de um problema concreto, movidos por um objetivo específico (sanar o problema da água), o grupo organizou-se para participar socialmente.

- CLIENTELA

O processo de acompanhamento deve analisar a adequação entre a proposta educativa e a clientela. Para tanto deve partir do conhecimento das características próprias dos grupos sociais envolvidos com o PRODAC

O PRODAC é desenvolvido junto a grupos que se integram na estrutura social de diferentes formas. É um programa que atinge grupos sociais carentes, contribuindo para sua organização. É importante lembrar que os grupos sociais não são criados pelo Programa; eles já existem na comunidade.

Ao acompanhar-se o Programa, deve-se procurar conhecer os grupos sociais que compõem a clientela, suas atividades econômicas, o peso dessas em relação à economia do município, suas formas de organização e participação.

LEMBRE-SE

Cabe analisar-se o modo pelo qual esses grupos se ligam ao PRODAC, verificando a adequação entre a proposta educativa e a população, isto é, se são criadas condições para que a clientela conheça seus próprios limites e possibilidades e reconheça os das instituições que interferem na vida da comunidade.

Um outro aspecto a ser considerado é a análise de como a clientela se situa diante do programa. Não basta que tudo tenha transcorrido bem, em termos de prazos e de realização de projetos. Se a população não interioriza o Programa, gera-se um distanciamento cada vez maior entre os grupos sociais e o PRODAC.

Exemplo:

Em um município do interior, o PRODAC foi implantado pela GEPAC/ANPAC.

Durante a fase de diagnóstico constatou-se que os maiores problemas levantados pelos moradores eram: - formação de uma farmácia comunitária, e construção de uma palhoça para reuniões de lazer, reivindicação de um telefone junto a Prefeitura, os quais seriam mais facilmente resolvidos com a formação de um Conselho Comunitário, decidido pelos moradores locais.

Foi a partir do conhecimento desses interesses comuns que o agente educador identificou o grupo social que formaria a clientela a ser trabalhada pelo Programa.

O agente junto com os moradores interessados em compor o Conselho Comunitário começaram o processo de discussão para elaboração do estatuto.

Nesta fase, foi levantada pelos participantes a importância do registro do estatuto na Capital e concluiram que para a efetivação do trabalho a ser desenvolvido havia necessidade de pessoas alfabetizadas..

A solução encontrada foi a organização de um curso rápido, para alfabetizar em poucos dias alguns conselheiros assim como alguns moradores, possibilitando posteriormente a renovação e/ou

ampliação do quadro atual da diretoria.

A partir daí, o MOBRAL junto com a comunidade estudou um projeto rápido de 60 horas de aula para alfabetizar, baseado no de Alfabetização Funcional, sem fugir de sua metodologia, com toda a linha do programa intencionalmente dirigida para a Saúde.

Estabeleceu-se que o curso duraria quinze dias, com quatro horas de aula por dia. E também havia uma exigência básica: os inscritos não poderiam faltar a nenhuma aula, pois isso quebraria a continuidade do curso.

A procura foi maior que a esperada e o limite máximo pré-estabelecido de 15 alunos por classe teve que ser revisto. No total, 106 pessoas inscreveram-se nas seis classes abertas. Apenas 5 desistiram, por motivo de doença. 101 pessoas frequentaram integralmente os 15 dias e 72 foram alfabetizadas.

O agente ao acompanhar o programa respeitou os limites e possibilidades do grupo, adequando a proposta da entidade com os interesses da clientela.

- AGENTES

O acompanhamento possibilita analisar o ponto a que chegou a atuação do agente, na prática educativa, através da ação comunitária, bem como a qualidade desta atuação.

A Educação, através da Ação Comunitária, apresenta-se como uma proposta de troca entre o saber da clientela e o saber do agente.

Desta troca deve surgir um novo saber. Este constitui-se em instrumento a ser utilizado por ambos - clientela e agente - para a compreensão da realidade social e para o encaminhamento de propostas que levem à solução dos problemas encontrados (1).

As propostas referem-se, normalmente, às necessidades mais imediatas vividas pelos grupos e concretizam-se sob a forma de atividades.

IMPORTANTE

À medida em que o agente proporciona à população meios para que ela reflita sobre seus problemas e formas de solucinã-los, seu papel é de educador.

Este papel tem por base a atitude de troca do agente com a população e com representantes de outras entidades, possibilitando a interação de conhecimentos e experiências. Esses aspectos, uma vez interiorizados pelo agente, devem conduzi-lo a assumir atitudes não impositivas.

Sua atitude é, sim, a de observador atento, procurando acompanhar o processo educativo como um todo, como as nuanças que dizem muito das aspirações, anseios e necessidades da população.

No acompanhamento, procura-se observar de que forma o Agente está atuando na área, de acordo com as suas atribuições. Assim, pode-se detectar suas dificuldades e proporcionar-lhe meios para desenvolver habilidades específicas em sua relação com a clientela, bem como para realimentá-lo em seu trabalho.

---

(1) O Módulo de Diagnóstico Social discute esta questão.

PARA REFLETIR:

O acompanhamento deve criar, ainda, condições para que haja um permanente processo de questionamento do agente sobre sua atuação, de modo a superar possíveis dificuldades encontradas no trabalho.

Exemplo:

Numa das visitas do Auxiliar Comunitário a uma localidade onde existe um grupo social organizado, surgiu o seguinte problema: os moradores dessa localidade, carentes de recursos financeiros, tentavam melhorar as suas moradias, um dos problemas mais prementes ali existentes. Chegando ao conhecimento da Prefeitura o problema daquela comunidade, conseguiu-se junto ao BNH verba para construção de casas populares. Pouco a pouco as casas foram construídas, com a ajuda de todos os moradores que, em mutirão, conseguiram sanar o problema.

Nessa visita do Agente Comunitário à comunidade, o grupo reunido solicitava a doação de fogões, pois havia uma norma baixada pela Prefeitura, proibindo fazer fogo no chão da residência. O Agente como responsável em acompanhar o trabalho comunitário, fez com que o grupo refletisse sobre a importância da participação de todos na solução do problema, uma vez que eles (grupo) devem determinar os caminhos a seguir e encontrar alternativas de solução.

Um dos participantes lembrou que com o desmatamento para o plantio do arroz próximo à localidade, havia muita madeira e, quem sabe, com a autorização do proprietário do terreno, poderiam transformar essa madeira em lenha e vendê-la na cidade à padaria e frigorífico.

Nesse momento, o Agente sugeriu que o dinheiro arrecadado fosse usado para compra de fogões a gás. O grupo acatou a sugestão do Agente.

No decorrer das reuniões, o grupo e Agente começaram a refletir sobre as vantagens e desvantagens da aquisição do fogão a gás.

Após uma série de questionamentos, Agente e clientela concluiram que seria mais racional a construção de fogão de tijolos, considerando que a compra de fogão a gás seria bem mais onerosa, tanto na aquisição do fogão como no consumo constante do combustível.

- RESULTADOS

O acompanhamento permite analisar a contribuição do processo educativo desencadeado pelo PRODAC, junto aos grupos sociais, no que se refere as suas formas de organização e participação.

A ação comunitária não é um fim em si mesma. Constitui-se em meio através do qual se atinge o objetivo do programa: a educação para a participação social.

Avaliar um programa de ação comunitária implica em verificar se ele contribui para que a população conheça melhor a realidade onde vive e amplie sua participação no processo de desenvolvimento social.

Assim, torna-se secundário o aspecto de levantamento quantitativo dos resultados, como um dado isolado. Os dados de quantidade só tem significado quando considerados no interior de uma análise propriamente qualitativa.

LEMBRE-SE:

O importante no acompanhamento é analisar se o programa valoriza e reforça as formas de organização e participação da clientela. Nessa medida é, ainda, importante verificar se são criadas condições para que a população exerça seu poder de decisão e intervenção, tendo em vista seus interesses concretos.

Exemplo:

Em área de pesca, os habitantes eram extremamente desunidos, dispersos em dezenas de localidades, divididos em algumas categorias e, dentro de cada categoria, era grande a competição entre as pessoas.

Com a implantação do PRODAC, foram sendo realizadas reuniões de diagnóstico, nas quais os pescadores sentiram necessidade de adotar medidas para uma exploração mais racional dos recursos do mar. Chegou-se a uma proposta de definição de zonas e turnos de pesca por categorias, compatibilizando interesses de marisqueiros, pescadores de arrasto, de canoa e de traineiras.

Esta proposta incentivou a formação de uma "Associação de Pescadores Autônomos" através da qual os pescadores aumentaram sua influência tanto no comércio como na vida sócio-cultural da região.

Avaliando-se os resultados do PRODAC, pode-se constatar que o Programa, além de viabilizar propostas para melhores condições de trabalho, facilitou aos pescadores uma maior participação social nos municípios em que viviam.

- RELAÇÕES INTER-INSTITUCIONAIS

O PRODAC propicia o estabelecimento de relações entre o MOBRAL e outras instituições, através de convênios, intercâmbios e conjugação de esforços, tanto a nível local como a níveis de maior amplitude.

Cabe ao acompanhamento proceder à análise dos critérios destas relações inter-institucionais e das consequências que elas venham a apresentar para o processo educativo.

A presença de mais de uma instituição num mesmo trabalho educativo supõe um acompanhamento que dê conta da identidade, ou não, da sua concepção de trabalho com a do MOBRAL. O caráter e as possibilidades de ação das instituições que participam de um programa comunitário decorrem da sua concepção política, organização, recursos e serviços disponíveis, serviços realmente prestados e vínculos com a população com que se pretende trabalhar.

Muitas instituições não apresentam identidade de conceitos com a proposta de educação do MOBRAL, através do PRODAC. O importante é analisá-las no sentido de conhecer suas possíveis contribuições, bem como os limites que elas impõem ao Programa. Esta análise vai fornecer subsídios para o planejamento de adequações a serem realizadas, a fim de se compatibilizar os interesses das instituições com os da clientela.

De outro lado, uma das consequências das relações entre instituições é a colocação de recursos humanos, materiais e financeiros à disposição do Programa.

IMPORTANTE

O acompanhamento permite indagar sobre o modo como a população e os agentes participam das decisões, quanto à captação e utilização destes recursos

Além isso, através do acompanhamento verifica-se se a ação conjunta desenvolvida vem permitindo à população o conhecimento das diferentes instituições, sua política, seus recursos e possibilidades de utilização de seus serviços.

A população amplia seu espaço social e nível de participação à medida em que reivindica das instituições os serviços a que tem direito, no sentido de resolver seus problemas e necessidades, para melhorar suas condições de vida.

Exemplo:

Com a implantação do PRODAC numa localidade ao Norte do Brasil, o agente procurou desenvolver seu trabalho com pequenos grupos de agricultores vinculados ao INCRA.

Em reunião, foi apontado como um dos grandes problemas da comunidade, a desnutrição das crianças, numa faixa etária de zero a sete anos.

No decorrer do trabalho, agente e clientela definiram como solução do problema apresentado a aquisição de uma vaca leiteira para cada família, cujos recursos financeiros poderiam ser obtidos através de financiamento do Banco do Brasil.

Para viabilizar a proposta, foram envolvidos também técnicos da EMATER no sentido de orientá-los na obtenção do financiamento, bem como prestar assistência técnica direta quanto ao tratamento adequado aos animais.

Vale ressaltar que os objetivos das instituições envolvidas, embora específicos, puderam ser compatibilizados para atender os interesses da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento, na Ação Comunitária, é um meio utilizado pelo MOBRAL para captar o processo educativo desencadeado pelo PRODAC, analisá-lo e intervir no mesmo, introduzindo as mudanças que se façam necessárias para que os objetivos do Programa sejam alcançados.

De alguma forma, pretende-se corrigir, manter e/ou ampliar o raio de ação do processo educativo de forma a beneficiar o maior número possível de pessoas.

LEMBRE-SE

Para tanto, o acompanhamento tem que ser sistemático, com periodicidade definida no planejamento de trabalho da instituição. Não pode ser visto como recurso de emergência, como instrumento ao qual se recorre apenas em situações de crise.

E MAIS:

Além de sistemático, o acompanhamento tem caráter global, pois não se restringe a aspectos parciais ou aos pontos de estrangulamento verificados na prática. Abrange o programa como um todo, analisando e integrando seus diversos aspectos.

O acompanhamento é global, ainda, quando pressupõe níveis de avaliação, diagnóstico e intervenção em que estão envolvidos o MOBRAL Central e COEST/COTER. Para tanto, é necessário manter-se um sistema permanente de troca de informações, seja por canais diretos (encontros, idas a campo, reuniões) ou indiretos (mala direta, fitas gravadas, correspondências diversas).

Em suma, ao avaliar criticamente o Programa, ao diagnosticar dificuldades e necessidades, ao verificar as adequações introduzidas para compatibilizar interesses institucionais com os da clientela, ao respeitar a cultura e formas de organização da população e ao introduzir correções necessárias, o acompanhamento constitui-se num processo permanente de retroalimentação do PRODAC.

MEMO Nº 007 Em 17/01/80

Da Coordenação do SUSUG

À Rosa O'Shea, Assessora Especial da Presidência

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0056

Tendo em vista um acompanhamento mais objetivo e atual das atividades que vêm sendo realizadas por esta Coordenação, vimos prestar-lhe alguns esclarecimentos sobre o Kit nº 2, em fase de elaboração, que objetiva oferecer alguns subsídios aos Supervisores e A.C. sobre Educação Comunitária.

Considerando a abrangência do tema e sua importância para o atingimento dos objetivos do MOBRAL, procuramos envolver todas as Gerências a fim de que seja feito um trabalho integrado, a partir das diretrizes básicas traçadas pela GEPAC.

Até o presente momento foram efetivados os seguintes procedimentos:

- Contatos com a GEPAC para definir os módulos de Ação Comunitária, seu conteúdo e forma de abordagem;

- Contato com as demais gerências-fim para definir com cada uma delas qual a sua contribuição ao documento.

Como resultados desses contatos já se pode registrar: a) adesão e interesse das Gerências em participar do trabalho; b) a elaboração dos três primeiros módulos básicos pela GEPAC.

De posse desses módulos básicos, cada Gerência está elaborando um documento onde serão registradas suas próprias experiências, no sentido de enriquecer e ratificar os princípios de Educação Comunitária, de acordo com a vivência de cada uma nos diferentes Estados da Federação.

Acreditamos nos resultados positivos desse trabalho, não só pelo valor que representa para os Supervisores e A.C., mas também pelo seu efeito multiplicador de proporcionar maior integração na ação das Gerências e Coordenação do SUSUG.

Embora todas essas informações já lhe tenham sido dados verbalmente, nossa intenção, ao registrá-las, é que sejam repassadas à DEAC a fim de consolidar cada vez mais essa iniciativa.

Atenciosamente,

Nádia Rodrigues da Silva
Coordenadora do SUSUG

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

Memo 07/Coord. SUSUG

FL: 02 DE 80

Cleide, para você conhecer.
Recomendei a Ucídia que o produto final terá que, obrigatoriamente, passar p/ você.
23/07/80
Rosa Maria Teixeira Basto O'Shea

À DESPE (Rosa)

Acho que há além do que as gerências possam dar, uma parte introdutória ao módulo que são os referenciais de A.C (em geral) - que foram aprovados pelo PREVI e que deveriam constar. Márcia Pellegrini está preparando um documento a respeito. Desejo vê-los todos quando prontos.

[illegible]
23/07/80

SUSUG (Márcia)

Solicito o máximo entrosamento na elaboração do trabalho.

24/07/80
Rosa Maria Teixeira Basto O'Shea

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

Nº: ______

FL: ______ DE ______

Cristina / Glória

O SUSUG mandou este texto como sugestão para o kit.

Foi escrito tendo como base o módulo de ação comunitária e o ~~kit~~ texto do "kit" que mandamos pra eles.

Favor lerem e opinarem.

5ª feira, à tarde, conversamos. Também estou lendo.

25.07.80

[assinatura]

Ao gerente adjunto

Lemos, atentamente, o documento encaminhado. Em primeiro lugar, em muito estranhamos que o SUSUG envie à nossa consideração um documento alternativo a dois outros já aprovados pela Diretoria de Educação e Ação Comunitária e, também, exaustivamente discutidos e aprovados pelo grupo intergerencial encarregado da elaboração do Kit de Ação Comunitária.

Em segundo lugar, causou-nos surpresa o fato do documento, ora proposto pela Coordenadoria do Subsistema de Supervisão, limitar-se a fazer algumas alterações de forma nos textos originais, alterações estas que não facilitam a compreensão.

Em terceiro lugar, causou-nos apreensão o fato do documento em pauta proceder a ~~profundas~~ profundas deformações de conteúdo nos documentos elaborados pela Gerência. Este último ponto parece-nos da mais gravidade. Todos eles são documentos que se destinam aos agentes em campo e ~~[illegible]~~ cremos que, por serem documentos contraditórios, causarão, necessariamente, problemas.

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

N:_____

FL:_____ DE_____

Nosso parecer justifica-se. Procedemos à leitura rigorosa do documento proposto pelo SUSUG e confrontamo-lo com os textos aspectos básicos da Acção Comunitária (texto introdutório do kit) e Módulo de Acção Comunitária. Com o intuito de facilitar a exposição, trataremos em separado as alterações de forma e as de conteúdo.

(A) Quanto à forma, constatamos que:

— na pg. 1 —

. o 1º parágrafo do documento enviado pelo SUSUG transcreve, quase literalmente, o parágrafo 1º da pg. 1 do documento introdutório do kit de Acção Comunitária (Aspectos Básicos da Acção Comunitária)

. o 1º, o 3º e o 4º parágrafos do tópico "O que é Acção Comunitária" assemelham-se, sobremaneira, ao mesmo tópico no Módulo de Acção Comunitária (pp. 1 e 2).

. o 5º parágrafo é extraído do 2º parágrafo da pg. 2 do Módulo de Acção Comunitária.

— na pg. 2 —

. o 4º parágrafo do documento transcreve o 1º parágrafo do Módulo de Acção Comunitária (pg. 3).

. o 1º, o 2º e o 3º parágrafos do tópico "Qual é o papel do Agente Externo?" (pp. 2 e 3), constituem-se em transcrição do Módulo de Acção Comunitária nas ~~pg~~ páginas 3 (2º e 3º parágrafos) e 4 (1º parágrafo)

— na pg. 4 —

. o 2º parágrafo confunde-se com o último parágrafo da pg 5 do Módulo de acção Comunitária.

. o 1º parágrafo do Tópico "Como realizar actividades de modo educativo" é também retirado completamente do 1º parágrafo do mesmo tópico no Módulo de Acção Comunitária (pg 6).

— na pg 6 —

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

N:_____

FL:_____ DE_____

A GEPAC, ao definir a clientela do PROCAC como sendo grupos sociais está delimitando a população a ser atingida pelo Programa. Esta não é uma decisão aleatória; calca-se na experiência concreta do desenvolvimento do Programa. Quando a agência se propõe a elaborar um documento e levá-lo a campo, procura divulgar entre os agentes a população com que se irá trabalhar. Essa definição deve ser precisa, não admitindo compreensões díspares. Essa necessidade de precisão na delimitação de nossa clientela não se restringe a preocupações meramente técnicas; ao contrário, constitue-se em condição para garantir, na prática, um trabalho consistente.

— a relação agente / clientela —

O texto propõe-se a tratar da relação de troca entre agente e clientela. Já no 2º parágrafo da 1ª pg. vemos que há uma deturpação da proposta: o texto parte do pressuposto de que a prática da ação comunitária traz conhecimentos, atitudes e valores novos, que são, respectivamente, adquiridos, assumidos e incorporados. Daí, o texto não esclarece que esse novo é fruto da troca de conhecimentos que agente e clientela já possuem. Pela colocação, o texto deixa transparecer que o agente irá levar o conhecimento aos grupos e que estes, necessariamente, provocarão mudanças de atitudes e valores.

O texto nos vê o agente como detentor de um conhecimento diferente do dos grupos; vê esse conhecimento como algo de superior, como algo de esclarecedor. Essa postura de "superioridade" traduz-se na atitude do agente que deve "compreendê-los, ouvi-los e acompanhá-los" (pg. 3, 1º parágrafo); sendo que o papel do agente consiste em "ajudar o grupo a se ajudar a si mesmo" (pg. 3, 5º parágrafo). O texto compreende, portanto, postura

0404

não impositiva, com atitude paternalista.

A relação agente/clientela está fundada na troca. O texto a nós encaminhado propõe uma série de pontos através dos quais se verá assegurado o modo educativo de realizar atividades (pg. 5, 1º parágrafo). Ora, esses constituem-se em verdadeira "receita" de como deve o agente trabalhar, procurando uniformizar comportamentos em campo. Além disso, ao discriminar esses tópicos, o texto reforça, ainda mais, a postura de "superioridade" do agente frente à clientela, abandonando o modo educativo, por nós entendido como fundado na troca.

Participação social -

A participação social aparece transfigurada no texto do SUSUG. O texto à pg. 4 (1º e 2º parágrafos) mostra que se confundem participação social e participação individual. Isso parece-nos lógico, na medida em que o documento não está, de fato, lidando com grupos sociais.

Participação social é, a partir do documento encaminhado, o fato dos indivíduos terem consciência dos seus direitos e deveres (pg. 4). É interessante confrontar essa perspectiva com a adotada no Módulo de Ação Comunitária: "Entende-se por participação social a decisão e atuação dos grupos sociais nas transformações de suas condições de vida." (pg. 5, 2º parágrafo).

O Módulo de Ação Comunitária trabalha com solidariedade a partir da questão da participação social. Falar em solidariedade é falar em indivíduos que se constituem em grupo em função de interesses e necessidades comuns, é, ainda, ter condições para pensar a possibilidade de união entre diferentes grupos que partilhem de problemas mais gerais, em comum. O texto do SUSUG trabalha com solidariedade entre todos os grupos da comunidade indiscriminadamente (pg. 1, 4º parágrafo). Reporta-se, ainda, a uma solidariedade não definida, supondo a não existência de ~~conf~~ interesses distintos entre os grupos que ~~com~~ constituem uma dada popu-

ação.

Um outro problema que o documento levanta é o de que uma das condições para que um grupo participe é de que lhe disponha "de elementos com capacidade de liderar" (pg. 2, 2º parágrafo). Aqui, discordamos dessa afirmativa, uma vez que a liderança não surge fora de um processo concreto de participação social.

Cabe, ainda, salientar outros dois pontos:

- à pg. 3, 3º parágrafo, a proposta encaminhada vê a produção de conhecimentos vinculada diretamente, à realização de atividades concretas. Os documentos do GEPAC ressaltam a importância de conhecer para ✓ permitir uma melhor compreensão da realidade social, "aplicando esses conhecimentos em propostas de atividades comunitárias (pg. 4, 2º parágrafo do Módulo de Ação Comunitária).

- no tópico "Por que procurar as Instituições?" – no 3º parágrafo da pg. 5, o texto do SUSUG afirma: "Num trabalho de ação comunitária, deve-se procurar envolver esses recursos, orientando e estimulando os grupos para utilizá-los de forma adequada. Cada entidade tem seus objetivos definidos que, uma vez conhecidos pelo grupo, possibilitam a compatibilização e a ação conjunta e, consequentemente, maior otimização dos recursos disponíveis". O parágrafo inverte uma série de questões: em primeiro lugar, não considera a decisão do grupo de aceitar ou não recursos. Coloca que a Ação Comunitária deve orientar e estimular os grupos para utilizá-los. Em segundo lugar, o documento supõe que os objetivos das diferentes entidades são compatíveis com a proposta de Ação Comunitária do MOBRAL. Em terceiro lugar, propõe que

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

N: ______

FL: ______ DE ______

se adequem os grupos aos recursos financeiros de outras entidades. Ao lado disso, relaciona em forma de "receita" os critérios para a aplicação desses recursos (pg. 6, parágrafo 1º). Ao (elaborarmos) elaborarmos o documento, tomamos especial cuidado para não enviarmos "fórmulas de ação." Isso porque acreditamos que a realidade não é estanque e que o agente corre o risco de tentar adequar a realidade à fórmula, perdendo as especificidades das situações concretas.

Tendo-se em vista o acima exposto, consideramos não ser pertinente substituir os dois documentos elaborados pela GEPAE, pelo documento encaminhado pelo SUSUG. Consideramos, ainda, necessário enviar os textos Aspectos Básicos da Ação Comunitária e Módulo de Ação Comunitária juntos, para campo, por serem documentos que se complementam.

Rio, 01/04/80

[signature]
Mª da Glória Barelli Santos

SUSUG,

A propósito do texto encaminhado à GEPAE, observamos:

1. Tendo em conta informações recebidas de diversas COEST – RS, MG-S, MG-N, SP, PE, AM, PR e outras, o módulo de ações comunitária foi de fácil compreensão por parte do SUSUG, possibilitando uma discussão ampla. Aliás, esta tem sido uma das qualidades maiores do texto, segundo as COEST/COTER.

2. As alterações de conteúdo ao módulo,

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

N:_____

FL:_____ DE_____

apresentados no documento anexo, mas explicitam "pontos obscuros" do módulo. Pelo contrário, trazem dificuldades na medida em que apresentam conceitos que estão em contradição com os desenvolvidos no módulo.

3. As definições a que chegamos no módulo impõem uma análise da prática do PRODAC. São definições que têm como referência os resultados do Programa. Daí, a "suspeição" de alguns ANPAC de que o documento - Módulo, diz o que "eles já estavam pensando".

4. Finalmente, somos de opinião de que o módulo de apoio comunitário deva fazer parte do kit, embora já seja conhecido das COEST. Aliás, este é mais um argumento para sua inclusão no kit, tendo em vista sua aceitação por parte das COEST/COTER. Não entendemos que este conhecimento anterior, esvazie o kit.

A sua consideração.

31.04.80

NILTON ALMEIDA ROCHA
Gerente - Adjunto do GEPAC

0404

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
Doc. 1

MINISTÉRIO EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL
GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA - GEPAC

MÓDULO DE DIAGNÓSTICO SOCIAL

- TEXTO PARA DISCUSSÃO

Rio de Janeiro, 1980

MÓDULO DE DIAGNÓSTICO SOCIAL

1 - INTRODUÇÃO

2 - O QUE SIGNIFICA CONHECER NUM TRABALHO DE AÇÃO COMUNITÁRIA

2.1 - O Conhecimento como Instrumento de Transformação

2.2 - O Conhecimento como Resultado da Troca entre Agente e Clientela

3 - IMPORTÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO DE UM CONHECIMENTO TRANSFORMADOR

4 - O PROCEDIMENTO DO AGENTE NO CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL

4.1 - O que Deve ser Observado na Realidade

4.1.1 - O que produz a localidade onde está se desenvolvendo o trabalho

4.1.2 - Como os indivíduos se organizam para trabalhar e produzir

4.1.3 - Acesso da população aos bens produzidos e serviços em geral

4.1.4 - Formas de organização da população

4.1.5 - Os diversos interesses existentes na realidade social

4.2 - Como o Agente deve Proceder para Conhecer

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 - INTRODUÇÃO

O módulo de diagnóstico social elaborado pela GEPAC - Gerência de Programas de Ação Comunitária - tem por finalidade contribuir para uma perspectiva de compreensão da realidade enquanto um processo de transformação permanente, no sentido de garantir que o desenvolvimento do trabalho comunitário desencadeado pelo PRODAC - Programa Diversificado de Ação Comunitária - se realize a partir das questões fundamentais vividas pela população envolvida no Programa.

Assim sendo, a proposta de diagnóstico social que vem sendo desenvolvida por esta Gerência não busca uma caracterização científica "fria" das áreas e clientelas a serem trabalhadas. Este diagnóstico visa, sobretudo, um conhecimento da realidade social que possibilite à população participar mais efetivamente da transformação das suas condições de vida. Dentro desta proposta de atuação, o diagnóstico social vai sendo elaborado à medida em que agente e clientela vão aprofundando seu conhecimento acerca da realidade social (1) e das possibilidades de transformá-la.

Desta forma, o diagnóstico social objetiva, fundamentalmente, desenvolver junto à clientela o aprendizado da participação social e também da consciência crítica e reflexiva. É através da participação social que a população poderá atuar de modo mais decisivo na realidade em que vive, não só no encaminhamento de propostas para resolver os problemas que afetam essa realidade, mas principalmente nas decisões essenciais sobre a forma de melhor solucioná-los.

---

(1) O conceito de "realidade" é entendido neste módulo como o espaço físico e social da localidade onde se desenvolve o trabalho de ação comunitária.

2 - O QUE SIGNIFICA CONHECER NUM TRABALHO DE AÇÃO COMUNITÁRIA

2.1 - O Conhecimento como Instrumento de Transformação

O conhecimento da realidade não é um todo pronto e acabado, já que a realidade está em permanente transformação. Cabe ao agente e clientela perceberem as principais tranformações que estão ocorrendo na localidade onde vive a clientela.

O trabalho de ação comunitária desenvolvido de modo educativo é aquele que possibilita à clientela conhecer melhor a realidade onde vive, a fim de que tenha condições de participar mais decisivamente das transformações sociais.

Estas transformações só se basearão nos reais anseios da população se estiverem ocorrendo com sua intensa participação

PARA PENSAR

Apenas conhecendo bem a sua realidade é que a clientela terá condições para transformá-la. Quando se diz conhecer bem a realidade, queremos dizer conhecer não só fenômenos que ocorrem, mas buscar as causas que geram tais fenômenos.

Por exemplo: Durante a implantação de um programa de ação comunitária num bairro periférico, o principal problema levantado pela população foi a falta de infra-estrutura básica. Os moradores pagavam impostos, mas não compreendiam por que não dispunham de água e esgoto. Buscando solucionar o problema,

acabaram descobrindo que o bairro não possuía esses serviços em virtude da área não ser legalizada, sendo que a Prefeitura só providenciaria a rede de água e esgoto após o reconhecimento legal dos terrenos. Desta forma, ao aprofundarem os questionamentos sobre o problema que enfretavam, os moradores foram se conscientizando sobre as causas do mesmo. A partir daí, começaram a se organizar através de uma associação, para conseguir a legalização dos terrenos e solucionar o problema da água.

Agente e clientela devem procurar perceber em que medida os fatos sociais locais estão relacionados com a problemática econômica e social mais global.

Como demonstra o exemplo acima, o conhecimento (resultado da troca de informações entre agente e clientela) é que possibilitará à população uma atuação mais objetiva, que lhe permita transformar a realidade social da qual ela faz parte.(2)

2.2 - O Conhecimento como Resultado da Troca entre Agente e Clientela

Entende-se então, como CONHECIMENTO, num trabalho de ação comunitária, o resultado da troca de informações e vivências da clientela e do agente.

> A troca que se desenvolve durante todo o processo de ação comunitária, propicia o surgimento de um "NOVO CONHECIMENTO", que não significa uma soma de informações do agente e da clientela, e sim uma interação entre o conhecimento de ambos.

(2) Vide Módulo de Ação Comunitária - Qual o papel do agente?

Por exemplo: Num bairro periférico, o abastecimento de água é feito gratuitamente, através de algumas torneiras coletivas que ficam distantes da maioria das casas. Nas discussões iniciais, foi levantada a necessidade de se colocar água canalizada nas casas, a fim de evitar filas de acesso às torneiras. No bairro, o clima era de insatisfação, pois o fornecimento de água era reduzido e não atendia às necessidades da maioria dos moradores. Ao aprofundarem as discussões, os moradores verificaram que teriam que pagar mensalmente o consumo da água canalizada, porém seu salário era insuficiente, no momento, para cobrir tal despesa. Este processo de discussão fez com que moradores e agente percebessem que havia uma questão mais imediata a ser resolvida - como aumentar a renda familiar dos moradores - antes de tentarem solucionar o problema da água de acordo com a proposição inicial. No final, os moradores concluiram que seria mais oportuno realizar uma campanha no bairro para melhor utilização da água coletiva, enquanto discutiriam, paralelamente, sobre as formas viáveis de aumentar seu rendimento familiar.

PARA REFLETIR

O conhecimento, resultante da interação de experiências entre agente e clientela, deverá ser reformulado constantemente, para acompanhar as transformações ocorridas na realidade. Este conhecimento será também reformulado quando a prática revelar outros aspectos desta mesma realidade, que ainda não tenham sido percebidos.

3 - IMPORTÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO DE UM CONHECIMENTO TRANSFORMADOR

As experiências dos grupos sociais de uma localidade, de suas organizações mais representativas, de suas formas de participação social, da sua relação com a sociedade mais global, são elementos

fundamentais para a produção de um conhecimento transformador.

> A mudança da realidade pela população só é possível se esta tomar como base a sua própria história, nos seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

> LEMBRE-SE
> O processo de reflexão da clientela acerca de sua realidade e de sua atuação passada e presente propiciará a produção de um conhecimento transformador de suas condições sociais de vida.

Por exemplo: Numa área rural de pequenos proprietários, houve uma associação de agricultores que funcionou de 1960 até 1970. Esta associação, no entanto, não mais existe nem foi substituída por outra. É importante que, através de um trabalho de ação comunitária, os moradores comecem a refletir sobre a atuação que esta associação teve na época, o por que da extinção da mesma, o que há no momento em termos de associativismo e se o que existe hoje tem alguma ligação com a experiência passada. Estas reflexões sobre os erros e acertos das experiências passadas da população devem contribuir, no presente, à produção de novas experiências que possibilitem transformar a realidade existente.

4 - O PROCEDIMENTO DO AGENTE NO CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL

Ao observar a realidade, o agente deverá ter em mente que nem todos os aspectos da realidade serão conhecidos num primeiro contato, mas sim que este conhecimento é ampliado na medida em

que agente e clientela forem discutindo e aprofundando os problemas existentes numa determinada localidade.

Para desenvolver um trabalho de ação comunitária, o agente deve procurar a forma mais eficaz de observar a realidade, a fim de que esta observação dê conta dos aspectos mais relevantes a serem analisados.

4.1 - O que Deve ser Observado na Realidade

4.1.1 - O que produz a localidade onde está se desenvolvendo o trabalho.

É fundamental que o agente conheça o que é produzido na localidade onde ele está trabalhando, procurando detectar quais as atividades econômicas mais relevantes do município e em quais delas estão engajadas as pessoas envolvidas no trabalho de ação comunitária. Deve-se procurar, sempre que possível, conhecer a importância econômica da localidade onde se está trabalhando em relação ao município; e por sua vez, qual a importância econômica do município para o Estado.

Por que é necessário conhecer a economia da localidade onde se desenvolve o trabalho de ação comunitária?

É importante levantar essas questões, porque de posse dessas informações agente e clientela podem, juntos, avaliar quais as possibilidades reais da população transformar as condições sociais da realidade onde vive.

Os grupos sociais ligados à atividade econômica mais importante do município apresentam melhores condições de encaminhar propostas de resolução dos seus problemas, já que as principais atividades econômicas de uma determinada área permitem às pessoas envolvidas nestas atividades uma maior perspectiva de mudança de sua situação de vida.

Por exemplo: Em um município localizado em área litorânea, a grande maioria dos moradores vive da atividade pesqueira. Entretanto, toda a produção é comercializada diretamente para o consumo ou para a intermediação, sem contribuir para a renda do município. Isto faz com que os pescadores tenham menos possibilidades de ter suas necessidades sociais atendidas, já que a atividade que desenvolvem tem um peso muito reduzido na economia do município.

DEVE-SE TER SEMPRE EM MENTE QUE TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O AGENTE LEVANTAR DEVERÃO TER NECESSARIAMENTE COMO OBJETIVO FACILITAR A COMPREENSÃO DA CLIENTELA ACERCA DO CONTEXTO SOCIAL DO QUAL FAZ PARTE, PARA QUE ELA SE SITUE MELHOR COM RELAÇÃO AO MESMO.

4.1.2 - Como os indivíduos se organizam para trabalhar e produzir

Em qualquer sociedade, as principais atividades que os indivíduos têm são aquelas que lhes proporcionam a subsistência básica: a alimentação, a moradia, o vestuário. Sendo assim, cabe ao agente perceber de que forma as pessoas se organizam para trabalhar e garantir essa subsistência básica.

Entender de que forma se dá essa organização do trabalho é o ponto de partida para um bom conhecimento da realidade social.

Por exemplo: No Brasil, a principal forma de organização do trabalho se dá através do assalariamento, mas existem também outras formas das pessoas se organizarem para trabalhar. No campo encontra-se muito o sistema de parceria (meeiros, terceiros, etc.) e nas grandes e médias cidades é comum o trabalho por conta própria (vendedores ambulantes, prestadores de serviços vários,etc.).

Formas diversas de organização do trabalho podem ser encontradas numa mesma região. Estas diferentes formas de organização geram os diversos interesses existentes na sociedade.

Por exemplo: No Brasil, vem ocorrendo um aumento considerável de assalariados temporários na agricultura (bóias-frias). Em várias localidades, os bóias-frias já constituem a maioria dos trabalhadores rurais. Entretanto, em outras áreas ainda são os parceiros a mão-de-obra predominante.

As reivindicações de um bóia-fria e de um parceiro apresentam diferenças importantes, apesar de, em alguns casos, revelarem semelhanças, em virtude do nível de vida de ambos apresentarem pontos em comum.

Cabe ao agente perceber todos estes aspectos, tomando-os sempre como base para o desenvolvimento do trabalho comunitário. É através dessas informações que teremos os elementos fundamentais para conhecer os diversos grupos sociais existentes numa determinada realidade (3).

---

(3)"Estes grupos sociais são conhecidos a partir dos interesses, problemas e necessidades gerados pelo exercício de uma atividade profissional, ou pelas condições de vida em um determinado bairro, favela, distrito ou "espaços comunitários" semelhantes."

- Para melhor compreensão do conceito de grupos sociais, recomendamos a leitura do Módulo de Ação Comunitária - GEPAC, 1979 - pág. 2.

4.1.3 - Acesso da população aos bens produzidos e serviços em geral

Na localidade onde o trabalho comunitário está se desenvolvendo, deve-se procurar saber quais são os serviços básicos existentes: saúde, saneamento, transporte, educação, etc....,relacionando-os com o acesso que a população está tendo aos mesmos.

O acesso aos bens e serviços está condicionado, principalmente, pelo poder aquisitivo dos grupos sociais. Este poder aquisitivo, por sua vez, é decorrência do papel que o indivíduo desempenha na produção econômica.

Por exemplo: Nos bairros periféricos das cidades brasileiras, encontramos, na maioria das vezes, moradores que trabalham em atividades produtivas de baixa remuneração. Frenquentemente, a infra-estrutura básica desses bairros (água, luz, esgoto, etc.) é precária, quando não inexistente. Já os bairros dotados de melhores recursos são, via de regra, habitados por moradores que recebem uma remuneração maior pelas atividades que desempenham.

Entretanto, existem grupos sociais que passam a ter acesso a certos serviços básicos em consequência de uma maior participação social, embora apresentando um baixo poder aquisitivo. É importante que o agente, junto com a clientela, procure perceber de que forma vem se dando o acesso por parte dos grupos sociais a estes serviços básicos.

A importância dessas reflexões é para analisar como vem ocorrendo, na prática, a atuação da população na busca de melhorias das suas condições de vida.

4.1.4 - Formas de organização da população

A participação social dos grupos se dá principalmente através de canais de representação que se propõem a expressar os interesses da população, estimulando-a a discutir e compreender os seus problemas. Dentre os diversos canais de representação dos grupos sociais temos: os sindicatos, as associações de classe, associações de bairros, grupo de mães, GAL, etc.

É necessário que a população procure conhecer a que objetivos se propõem,estas associações e a forma como elas vêm atuando.

Se a localidade onde está sendo realizado o trabalho já tiver obtido melhorias na sua infra-estrutura, é fundamental que agente e população procurem conhecer a forma como se deu o acesso a tais serviços. Este procedimento deve levar a população a conhecer a história das suas experiências de organização e participação social, para utilizar os resultados dessas experiências na prática do trabalho comunitário.

Por exemplo: A população de determinada localidade vem enfrentando ao longo dos anos, problemas relativos à falta de esgoto, luz, calçamento, etc. Que atitudes a população vem tomando para transformar esta situação? Como a população está se organizando para encaminhar às entidades responsáveis as propostas de solução destes problemas? Que grupos sociais estão participando no

encaminhamento destas propostas? Que organizações e/ou associações da população estão endossando as propostas de solução dos problemas?

UM TRABALHO DE AÇÃO COMUNITÁRIA DEVE ESTIMULAR A POPULAÇÃO A PARTICIPAR MAIS EFETIVAMENTE NAS SUAS ORGANIZAÇÕES E/OU ASSOCIAÇÕES, DE FORMA QUE ESTAS EXPRESSEM CADA VEZ MAIS OS INTERESSES E NECESSIDADES DA POPULAÇÃO QUE ELA REPRESENTA.

4.1.5 - Os diversos interesses existentes na realidade social

Na realidade social existem interesses diferentes e muitas vezes contraditórios. Na sociedade não existe uma harmonia de idéias, pois existem grupos sociais com condições materiais distintas, o que gera interesses diversos.

PARA REFLETIR

O trabalho de ação comunitária tem como base de seu desenvolvimento as próprias idéias da população e a consciência que os grupos sociais que compõem esta população têm dos seus próprios interesses.

É importante perceber, no caso de um grupo social, por exemplo, que consciência ele tem de seus interesses e da relação com outros interesses existentes na sociedade, ou seja: o que pensa este grupo a respeito de sua participação nas decisões da sociedade?

Nesta sociedade, quais são os grupos que têm os mesmos interesses? Quais são os grupos que têm interesses diferentes?

Por exemplo: Numa comunidade pesqueira do Nordeste brasileiro, existem pescadores sem barco e os donos dos barcos. Os interesses desses dois grupos sociais são diferentes, em virtude da situação material de cada um deles. No entanto, estes dois grupos podem apresentar identidade de interesses, quando estiverem vivenciando problemas comuns.

> Num trabalho de ação comunitária é necessário que os diferentes grupos sociais percebem quais são seus interesses específicos, quais as diferenças entre seus interesses e os interesses de outros grupos qual a relação que se estabelece entre os vários grupos em função dessas diferenças e se existe ou não um espaço de negociação entre estes grupos.

Da mesma forma, é necessário que os grupos sociais percebam também os problemas que lhes são comuns, a fim de que, possam buscar a melhor forma de solucioná-los.

4.2 - Como o Agente deve Proceder para Conhecer

Para o agente conhecer a realidade e obter informações importantes acerca dos principais aspectos da vida da população, ele deve consultar sempre as próprias pessoas da localidade onde se realiza o trabalho, a fim de que seu conhecimento seja elaborado a partir das situações concretas vividas por essa população.

As atividades econômicas básicas de uma área ou região e as

relações de trabalho que ocorrem a partir dessas atividades, podem ser conhecidas através de consultas a fontes do IBGE (Censos, PNAD) e em contatos com instituições oficiais, prefeituras, igrejas, sindicatos, etc.

A consulta a jornais, revistas e livros que apresentem algum tipo de informação já sistematizada sobre a realidade que se deseja conhecer, também pode ser útil, possibilitando muitas vezes que o agente tenha condições de relacionar a realidade social local com a estrutura geral da sociedade.

No entanto, o aprofundamento do conhecimento a respeito da população - sua organização social, suas reais condições de vida, suas aspirações, suas possibilidades de transformar a realidade - só pode ser obtido da própria população e de seus verdadeiros representantes.

Para isso, é fundamental uma integração agente-população, de tal modo que o conhecimento obtido seja o resultado natural dos bate-papos informais com a população, das reuniões realizadas e do envolvimento do agente com o dia-a-dia da localidade onde o trabalho comunitário está sendo desenvolvido.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir de discussões e do aprofundamento acerca dos itens anteriores que se chega ao objetivo maior do trabalho comunitário: o processo de reflexão sobre a realidade social, para uma maior

participação da população nas principais decisões que afetam sua vida.

As informações sobre a realidade da população, relacionadas no decorrer deste módulo, não serão todas obtidas num contato inicial, mas fluirão à medida em que a relação entre o agente e a clientela se aprofundar. É este processo que possibilita ao agente e à clientela conhecerem mais profundamente a realidade social na qual estão atuando.

Ao falarmos em participação social num trabalho comunitário, faz-se necessário conhecer quais as reais possibilidades de participação e transformação da realidade. O trabalho de ação comunitária não pode estar desligado de um contexto social mais amplo.

Assim sendo, a população deve discutir permanentemente a viabilidade de concretização ou não das propostas e das formas de encaminhamento de resoluções dos problemas.

Por mais esclarecida que uma população esteja a respeito de suas necessidades, existem problemas que a própria população não tem condições de resolver num determinado momento, pois extrapolam as suas possibilidades de atuação. No entanto, à medida em que aumenta a sua participação na sociedade, o seu espaço social tem também a aumentar.

É NECESSÁRIO ATENTAR QUE ESTE ESPAÇO SOCIAL É UM DADO DINÂMICO, OU SEJA, TENDE A AUMENTAR OU DIMINUIR EM FUNÇÃO DA MAIOR OU MENOR PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES DAS SUAS CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA.

/amsm.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
Acc. 5

MÓDULO DE AÇÃO COMUNITÁRIA

"O Programa Diversificado de Ação Comunitária do MOBRAL foi construído a partir de avanços lentos, graças aos quais finalmente chegou-se a um arcabouço básico fértil capaz de possibilitar uma imensa gama de realizações em todos os campos da vida de nossa comunidade. Foi o nosso mais ousado e importante desenvolvimento metodológico determinante dos rumos futuros que a Organização adotará. Educação Centrada em problemas concretos. A educação mais motivadora ... A educação que atinge a funcionalidade mais ampla, dentro do contexto de todo um grupo humano respeitando e valorizando as individualidades".

Educação de Massa e Ação Comunitária/
Arlindo Lopes Corrêa, editora - Rio
de Janeiro: AGGS, MOBRAL, 1979.

AÇÃO COMUNITÁRIA

Este módulo está organizado em três partes:

1a. parte - Conteúdo básico sobre o tema central "Ação Comunitária, um processo sócio-educativo".

. O que é Ação Comunitária

. Grupos Sociais

. Relacionamento entre Agente e Clientela/Modo Educativo

. Oportunidades educativas das Atividades

2a. parte - Relato de uma experiência de Ação Comunitária.

3a. parte - Questionamentos para reflexão.

1a. Parte

AÇÃO COMUNITÁRIA, UM PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVO

O PRODAC, Programa Diversificado de Ação Comunitária, implantado, pelo MOBRAL, em 1975, é um programa que visa o aprendizado da participação social, através da Ação Comunitária.

E O QUE É AÇÃO COMUNITÁRIA?

É um processo sócio-educativo através do qual se procura levar a população a:

- refletir sobre seus problemas, suas necessidades e possibilidades;
- buscar soluções para seus problemas e atendimento às suas necessidades, em ação conjunta;
- correlacionar seus problemas e necessidades com uma problemática maior;
- identificar recursos (humanos, materiais e institucionais) existentes e não conhecidos;
- formular propostas de ação, desenvolvidas com a participação coletiva:
- se auto-determina para escolher seus próprios caminhos na busca de solução dos seus problemas.

Trabalhar com comunidades, na filosofia do PRODAC, é trabalhar com grupos sociais que carecem de maior participação social.

Estes grupos sociais são conhecidos a partir dos interesses, problemas e necessidades gerados pelo exercício de uma atividade profissional, ou pelas condições de vida em um determinado bairro, favela, distrito, ou "espaços comunitários" semelhantes.

Como exemplo desta situação, observamos que uma experiência de ação comunitária realizada em localidade composta principalmente de lavadeiras e biscateiros, os problemas comuns aos moradores eram o acúmulo de lixo nas ruas e a falta de saneamento. Paralelamente a isto, as lavadeiras enfrentavam também dificuldades específicas a sua profissão, pois o local que utilizavam para trabalhar estava em precárias condições. Interessados em resolver seus problemas, criaram uma comissão dos moradores para tratar das questões comuns a todos e uma comissão das lavadeiras para buscar soluções aos problemas relativos à profissão.

É IMPORTANTE RESSALTAR QUE O AGENTE NÃO "FORMA" GRUPOS, OS GRUPOS SOCIAIS EXISTEM INDEPENDENTEMENTE DE POSSUIREM FORMAS ORGANIZADOS. CABE AO AGENTE RESPEITAR AS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO E AGRUPAMENTOS EXISTENTES E DEIXAR QUE ELES SE ORGANIZEM, DE ACORDO COM SEUS INTERESSES E NECESSIDADES.

QUAL O PAPEL DO AGENTE?

Todo grupo tem condições de desenvolver sua participação social.

Isso pode ocorrer de diversas maneiras. O MOBRAL propõe-se a fazer isso através da ação comunitária. Para tanto, será necessário um Agente, seja ele do próprio grupo ou um elemento de fora. Este elemento de fora (agente externo ao grupo) pode ser, no MOBRAL, o ANPAC, o Auxiliar Comunitário, técnicos do MOBRAL Central, do SUSUG, de outras Agências, ou pessoas capacitadas para tal (estudantes, técnicos de outras Entidades, etc.).

Cabe ao agente realizar sua tarefa de modo educativo, isto é, estabelecendo um relacionamento de troca, onde sua experiência e conhecimentos teóricos são trocados com a experiência de vida e conhecimento da realidade local da população, possibilitando, assim, a análise dessa realidade e propostas para modificá-la.

QUE TROCA É ESSA?

O agente pode possuir todo um conhecimento teórico, que sua formação profissional ou a instituição onde trabalha lhe proporciona, como:

- aplicar pesquisas;
- detectar liderança;
- utilizar dinâmica de grupos;
- onde e como buscar recursos institucionais;
- correlacionar as necessidades sentidas pela população com problemas de estrutura social que as determinam, etc.

Por outro lado, a clientela conhece:

. os problemas existentes na área;

. a maneira como vive e sente as coisas;

. as aspirações que tem;

. as pessoas com capacidade de liderança;

. suas formas de associações, etc.

Agente e grupo social discutem e enriquecem seus conhecimentos, reelaborando-os e aplicando-os em propostas de atividades comunitárias. Nessa troca, criam-se condições favoráveis para que o grupo, independentemente da presença do agente, cada vez mais se auto-determina, vindo a agir comunitariamente.

PARA PENSAR

TÃO IMPORTANTE QUANTO OS CONHECIMENTOS TEÓRICOS DO AGENTE É SUA DISPONIBILIDADE PARA OUVIR, DIALOGAR COM A CLIENTELA, DAR-LHE MEIOS DE REFLETIR E QUESTIONAR SUA REALIDADE. RESPEITAR SEUS VALORES, SUAS EXPECTATIVAS E PROPOSTAS DE AÇÃO. CABE, PORTANTO, AO AGENTE, ESTIMULAR, REALIMENTAR PERIODICAMENTE OS GRUPOS NUMA LINHA DE TROCA. NUNCA IMPOR SUAS IDÉIAS, MAS DEIXAR QUE ESTES TOMEM SUAS PRÓPRIAS DECISÕES.

O agente, portanto, é a pessoa que vai trabalhar com os grupos, criando condições favoráveis a que discutam sua realidade

ouvindo-os, estimulando-os, acompanhando-os, participando com eles das discussções e, algumas vezes, fornecendo e complementando informações, no sentido de dar a esses grupos oportunidade de exercitarem sua participação social.

E O QUE É PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

É num trabalho de Ação Comunitária que, muitas vezes, se inicia um processo consciente de aprendizagem de participação dos grupos sociais.

Entende-se por participação social a decisão e atuação dos grupos sociais nas transformações de suas condições de vida.

Essa possibilidade de decidir e atuar tem a ver com a posição social que estes grupos ocupam sejam do ponto de vista profissional (se operários, pescadores, grandes ou pequenos agricultores, comerciantes, etc...), seja do ponto de vista da oportunidade de usufruir os serviços colocados a disposição da população (água, esgoto, transporte, saúde, educação, etc...).

Podemos dizer que os grupos sociais estão participando socialmente quando:

- expressam seus problemas, necessidades, suas possibilidades e limitações;
- tomam iniciativas de buscar solução para seus problemas;

. organizam-se para agir (como e quando julgarem necessário);

. colocam-se em situação de diálogo com entidades/ instituições, encaminhando propostas que procuram atender às necessidades apresentadas;

. participam das propostas de ação seja planejando e realizando eles próprios as atividades ou buscando recursos para que estas sejam realizadas.

COMO REALIZAR ATIVIDADES DE MODO EDUCATIVO?

No desenvolvimento do trabalho de Ação Comunitária são planejadas e realizadas atividades diversificadas que representam algo de concreto para os grupos sociais. Mas, essas atividades, mesmo determinadas pela clientela para atender suas necessidades, devem ser encaradas como oportunidades educativas. Oportunidades estas que levam os grupos sociais a:

. se conhecerem como grupo;

. sentirem a importância da participação de cada um para a solução de problemas comuns;

. se organizarem para realizar as ações desejadas;

. descobrirem lideranças;

. se unirem por laços de solidariedade;

. perceberem a relação que existe entre a realidade

local e um contexto social maior;

. se motivarem para a realização de outras atividades;

. aprenderem a descobrir e utilizar recursos institucionais disponíveis;

Todo processo educativo tem um ritmo que é determinado pela clientela.

Desta forma, a Ação Comunitária, um processo sócio-educativo, obedece ao ritmo próprio de cada grupo. Este processo será "mais lento" nuns grupos e "mais acelerado" em outros.

O ritmo "mais lento" num grupo não significa que este não esteja desenvolvendo um processo de Ação Comunitária, que não esteja participando.

Grupos que realizam muitas atividades "num curto espaço", não podem ser considerados melhores do que outros que "tardam" em executar uma ação.

LEMBRE-SE:

EM UM TRABALHO COMUNITÁRIO MAIS IMPORTANTE DO QUE OS NÚMEROS, É O MODO COMO AS ATIVIDADES SÃO REALIZADAS, ISTO É, O QUE PODEM OPORTUNIZAR DE APRENDIZADO PARA O GRUPO.

2a. Parte - RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

1 - Agente

Técnico do MOBRAL incumbido de desenvolver trabalho comunitário na área. O bairro foi sugerido pelo Padre, presidente da COMUN, por ser bastante carenciado e apresentar outros critérios pré estabelecidos para o trabalho.

2 - Caracterização da Clientela

Bairro na periferia de grande cidade. População oriunda de estados vizinhos que nos últimos 6 anos atraída pelo Polo Industrial existente na área, vem se estabelecendo na região.

A maioria, sem qualificação, não conseguiu ser absorvida pelas indústrias próximas, que exigem alguma especialização.

Dividem-se entre biscateiros, trabalhadores de construção civil, operários, empregadas domésticas.

O bairro dista 1h30min do local de trabalho da maioria, que precisa tomar 2 ônibus para alcançá-lo.

3 - Caracterização do Bairro

Pela baixa renda os moradores se "apossaram" de lotes pertencentes à Marinha (que não faz objeção) e aí construíram suas casas, quase todas de alvenaria. Como legalmente é um bairro "clandestino" a Prefeitura e o Estado não podem colocar ali serviços, tais como: água, esgoto, calçamento, escola, etc... embora o bairro tenha luz.

Existem também 2 Igrejas, uma protestante e outra católica. Na católica são realizadas reuniões, classes de PAF, cursos, e funciona uma creche casulo da LBA.

4 - Desenvolvimento

Após manter contato com os moradores, o agente verificou que entre os diversos problemas do bairro as expectativas maiores eram em torno do problema da falta d'água. Já haviam sido feitas várias tentativas de colocar água no bairro. Foram tentativas isoladas de alguns grupos, liderados pelo dono da mercearia ou pelo cabo eleitoral do bairro, que frustraram e causaram descrença nos moradores. Eles não possuiam experiência de trabalho comunitário e não sabiam como conseguir participação para solucionar o problema.

Ficou claro para o Agente que a realização desta atividade seria uma oportunidade de reflexão, organização e solidariedade dos grupos sociais existentes. Propiciaria também o conhecimento dos recursos humanos e outros existentes no bairro e a melhor maneira de aproveitá-los.

Logo na primeira reunião apareceram pessoas com idéias sobre como solucionar o problema. Houve muita discussão, todos tomaram partido e a notícia se espalhou entre os moradores. Houve várias reuniões muito concorridas e afinal um grupo tomou a frente com idéias mais concretas e maior constância nas reuniões. O Agente procurou esclarecimentos sobre o assunto e transmitiu ao grupo onde e como buscar orientações e recursos para tentar concretizar a atividade.

Um morador mais recente, funcionário do Departamento Estadual de Águas - DEA, foi convidado para participar das reuniões, ajudou a esclarecer diversos aspectos e passou a liderar as discussões. Consultou o DEA e apresentou uma proposta em reunião: o DEA poderia colocar água no bairro se os moradores cobrissem a despesa. Caberia a cada morador Cr$ 2.500,00. Ele próprio arrecadaria a quantia e faria os contatos com o DEA.

A quantia era elevada dado o baixo salário dos moradores. Discutiram a possibilidade de parcelar as cotas mas havia o perigo de aumento do custo à inflação. Além disso, os trabalhos só seriam iniciados ao final do recolhimento total das parcelas. Isso causou desânimo, discussões, desconfiança e muitos moradores se afastaram do grupo, inclusive o funcionário do DEA.

O Agente sugeriu que os remanescentes conversassem com os demais moradores, consultassem o DEA, buscassem e amadurecessem outras idéias antes de desistirem de vez.

Algum tempo depois eles decidiram consultar "por escrito" os demais moradores. Preparam um questionário onde indagavam:

quanto poderiam dispor, como pagar, como poderiam angariar dinheiro, etc. Foi organizada uma grande reunião e nela foram discutidas as respostas do questionário. Os moradores se reanimaram e ao final foi escolhida uma comissão de 10 pessoas para reestudar as alternativas apresentadas. Decidiram levantar dinheiro através de festas, bingos, etc... para diminuir a cota de cada morador. Escolheram 3 pessoas para se responsabilizarem pelo dinheiro, abrindo conta conjunta em Banco. Entre os 3 indicados estava o funcionário do DEA que com isso se reintegrou ao grupo.

A comissão queria que um dos 3 fosse o Agente, o Padre ou o Pastor, mas eles recusaram, alegando que participariam da atividade de outras maneiras.

O Padre conseguiu através da rifa de um carro assumir 50% das despesas. Os moradores ajudaram na venda dos bilhetes. Só o dono da mercearia, "passou" 100 bilhetes.

O Pastor, através de seus conhecimentos conseguiu os canos a preço de custo.

O DEA se comprometeu a não cobrar a mão de obra especializada e os caminhões, uma vez que os moradores ajudariam na colocação dos canos. Tudo isso foi conseguido pela Comissão.

Foi marcada outra reunião de comunidade para que todos soubessem do novo orçamento (já agora bem mais baixo) e a nova cota dos moradores, agora Cr$ 313,00.

O comparecimento foi total e a animação também. A maioria não necessitou parcelar a cota e muitos deram a quantia na própria reunião, mediante recibos previamente preparados pela comissão. Como seria necessário que todos dessem sua contribuição para não onerar os demais, e não atrasar a obra, fizeram um quadro de "quem já deu" e colocaram na Igreja.

A comissão acompanhou os trabalhos até o fim. Em alguns momentos teve que se dividir em sub-comissões: de obras, de recolhimento de verba, de compra de material porque só tinham os fins de semana para trabalhar.

Os moradores estão entusiasmados e querem realizar outras atividades.

A comissão está orgulhosa mas quer que outros também venham assumir com eles, em futuros trabalhos.

Desejam melhorar sua atuação e solicitaram um treinamento para aprender a trabalhar melhor em grupo pois, segundo eles, "as vezes havia desentendimento, muito barulho e confusão nas reuniões".

3a. Parte - QUESTIONAMENTOS PARA REFLEXÃO/DISCUSSÃO

Retomando o conteúdo da 1a. parte deste módulo e as situações relatadas na experiência de Ação Comunitária, procure refletir e discutir sobre os seguintes pontos:

1 - "Cabe ao agente realizar sua tarefa de modo educativo, isto é, estabelecendo um relacionamento de troca, onde sua experiência e conhecimentos teóricos são trocados com a experiência de vida e conhecimento da população".

Evidenciar e discutir como se deu essa troca no exemplo dado.

2 - Se participação social é entendida como decisão e atuação dos grupos sociais nas transformações de suas condições de vida, que oportunidades educativas e de participação social foram proporcionadas aos grupos.

Comentar.

/amsm.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 00086
doc 6

"O Programa Diversificado de Ação Comunitária do MOBRAL foi construído a partir de avanços lentos, graças aos quais, finalmente, chegou-se a um arcabouço básico fértil capaz de possibilitar uma imensa gama de realizações em todos os campos da vida de nossa comunidade. Foi o nosso mais ousado e importante desenvolvimento metodológico determinante dos rumos futuros que a Organização adotará. Educação Centrada em problemas concretos. A educação mais motivadora ... A educação que atinge a funcionalidade mais ampla, dentro do contexto de todo um grupo humano respeitando e valorizando as individualidades".

Educação de Massa e Acão Comunitária/ Arlindo Lopes Corrêa. editora - Rio de Janeiro: AGGS, MOBRAL, 1979.

AÇÃO COMUNITÁRIA

- Conteúdo básico sobre o tema central "Ação Comunitária, um processo sócio-educativo".

  . O que é Ação Comunitária

  . Grupos Sociais

  . Relacionamento entre Agente e Clientela/Modo Educativo

  . Oportunidades educativas das Atividades

- Questionamentos para reflexão

AÇÃO COMUNITÁRIA, UM PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVO

O PRODAC, Programa Diversificado de Ação Comunitária, implantado pelo MOBRAL, em 1975, é um programa que visa o aprendizado da participação social, através da Ação Comunitária.

E O QUE É AÇÃO COMUNITÁRIA?

É um processo sócio-educativo através do qual se procura levar a população a:

- refletir sobre seus problemas, suas necessidades e possibilidades;
- buscar soluções para seus problemas e atendimento às suas necessidades, em ação conjunta;
- correlacionar seus problemas e necessidades com uma problemática maior;
- identificar recursos (humanos, materiais e institucionais) existentes e não conhecidos;
- formular propostas de ação, desenvolvidas com a participação coletiva;
- se auto-determinar para escolher seus próprios caminhos na busca de solução dos seus problemas.

Trabalhar com comunidades, na filosofia do PRODAC, é trabalhar com grupos sociais que carecem de maior participação social.

Estes grupos sociais são conhecidos a partir dos interesses, problemas e necessidades gerados pelo exercício de uma atividade profissional, ou pelas condições de vida em um determinado bairro, favela, distrito, ou "espaços comunitários" semelhantes.

Como exemplo desta situação, observamos que, numa experiência de ação comunitária realizada em localidade composta principalmente de lavadeiras e biscateiros, os problemas comuns aos moradores eram o acúmulo de lixo nas ruas e a falta de saneamento. Paralelamente a isto, as lavadeiras enfrentavam, também, dificuldades específicas à sua profissão, pois o local que utilizavam para trabalhar estava em precárias condições. Interessados em resolver seus problemas, criaram uma comissão dos moradores para tratar das questões comuns a todos e uma comissão dos moradores para tratar das questões comuns a todos e uma comissão das lavadeiras para buscar soluções aos problemas relativos à profissão.

É IMPORTANTE RESSALTAR QUE O AGENTE NÃO "FORMA" GRUPOS, OS GRUPOS SOCIAIS EXISTEM INDEPENDENTEMENTE DE POSSUÍREM FORMAS ORGANIZADAS. CABE AO AGENTE RESPEITAR AS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO E AGRUPAMENTOS EXISTENTES E DEIXAR QUE ELES SE ORGANIZEM, DE ACORDO COM SEUS INTERESSES E NECESSIDADES.

QUAL O PAPEL DO AGENTE?

Todo grupo tem condições de desenvolver sua participação social.

Esta participação pode ocorrer de diversas maneiras. O MOBRAL propõe-se a fazer isso através da ação comunitária. Para tanto, será necessário um Agente, seja ele do próprio grupo ou um elemento de fora (agente externo ao grupo) pode ser, no MOBRAL, o Agente dos Programas de Ação Comunitária - ANPAC, de outras Agências, ou pessoas capacitadas para tal (estudantes, técnicos de outras Entidades, etc.).

Cabe ao agente realizar sua tarefa de modo educativo, isto é, estabelecendo um relacionamento de troca, onde sua experiência e conhecimentos teóricos são trocados com a experiência de vida e conhecimento da realidade local da população, possibilitando, assim, a análise dessa realidade e propostas para modificá-la.

QUE TROCA É ESSA?

O agente pode possuir todo um conhecimento teórico, que sua formação profissional ou a instituição onde trabalha lhe proporciona, como:

. aplicar pesquisas;

. detectar lideranças;

. utilizar dinâmica de grupos;

. onde e como buscar recursos institucionais;

. correlacionar as necessidades sentidas pela população com problemas de estrutura social que as determina, etc.

Por outro lado, a clientela conhece:

. os problemas existentes na área;

. a maneira como vive e sente as coisas;

. as aspirações que tem;

. as pessoas com capacidade de liderança;

. suas formas de associações, etc.

Agente e grupo social discutem e enriquecem seus conhecimentos, reelaborando-os e aplicando-os em propostas de atividades comunitárias. Nessa troca, criam-se condições favoráveis para que o grupo, independentemente da presença do agente, cada vez mais se autodetermine, vindo a agir comunitariamente.

PARA PENSAR

TÃO IMPORTANTE QUANTO OS CONHECIMENTOS TEÓRICOS DO AGENTE É DISPONIBILIDADE PARA OUVIR, DIALOGAR COM A CLIENTELA, DAR-LHE MEIOS DE REFLETIR E QUESTIONAR SUA REALIDADE. RESPEITAR SEUS VALORES, SUAS EXPECTATIVAS E PROPOSTAS DE AÇÃO. CABE, PORTANTO, AO AGENTE, ESTIMULAR, REALIMENTAR PERIODICAMENTE OS GRUPOS NUMA LINHA DE TROCA. NUNCA IMPOR SUAS IDÉIAS, MAS DEIXAR QUE ESTES TOMEM SUAS PRÓPRIAS DECISÕES.

O agente, portanto, é a pessoa que vai trabalhar com os grupos, criando condições favoráveis para que discutam sua realidade ouvindo-os, estimulando-os, acompanhando-os, participando com eles das discussões e, algumas vezes, fornecendo e complementando informações, no sentido de dar a esses grupos oportunidades de exercitarem sua participação social.

E O QUE É PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

É num trabalho de Ação Comunitária que, muitas vezes, se inicia um processo consciente de aprendizagem de participação dos grupos sociais.

Entende-se por participação social a decisão e atuação dos grupos sociais nas transformações de suas condições de vida.

Essa possibilidade de decidir e atuar tem a ver com a posição social que estes grupos ocupam seja do ponto de vista profissional (se operários, pescadores, grandes ou pequenos agricultores, comerciantes, etc...), seja do ponto de vista da oportunidade de usufruir os serviços colocados à disposição da população (água, esgoto, transporte, saúde, educação, etc...).

Podemos dizer que os grupos sociais estão participando socialmente quando:

- expressam seus problemas, necessidades, suas possibilidades e limitações;
- tomam iniciativas de buscar soluções para seus problemas;
- organizam-se para agir (como e quando julgarem necessário);
- colocam-se em situação de diálogo com entidades/ instituições, encaminhando propostas que procuram atender às necessidades apresentadas;
- participam das propostas de ação planejando e realizando eles próprios as atividades ou buscando recursos para que estas sejam realizadas.

COMO REALIZAR ATIVIDADES DE MODO EDUCATIVO?

No desenvolvimento do trabalho de Ação Comunitária, são planejadas e realizadas atividades diversificadas que representam algo de concreto para os grupos sociais. Mas essas atividades, mesmo determinadas pela clientela para atender às suas necessidades, devem ser encaradas como oportunidades educativas. Oportunidades estas que levam os grupos sociais a:

- se conhecerem como grupo;
- sentirem a importância da participação de cada um para a solução de problemas comuns;
- se organizarem para realizar as ações desejadas;
- descobrirem lideranças;
- se unirem por laços de solidariedade;
- perceberem a relação que existe entre a realidade local e um contexto social maior;
- se motivarem para a realização de outras atividades;
- aprenderem a descobrir e utilizar recursos institucionais disponíveis.

Todo processo educativo tem um ritmo que é determinado pela clientela.

Desta forma, a Ação Comunitária, um processo sócio-educativo, obedece ao ritmo próprio de cada grupo. Este processo será "mais lento" em certos grupos e "mais acelerado" em outros.

O ritmo "mais lento" num grupo não significa que este não esteja desenvolvendo um processo de Ação Comunitária, que não esteja participando.

Grupos que realizam muitas atividades "num curto espaço" não podem ser considerados melhores do que outros que "tardam" em executar uma ação.

LEMBRE-SE:

EM UM TRABALHO COMUNITÁRIO, MAIS IMPORTANTE DO QUE OS NÚMEROS É O MODO COMO AS ATIVIDADES SÃO REALIZADAS. ISTO É, O QUE PODEM OPORTUNIZAR DE APRENDIZADO PARA O GRUPO.

QUESTIONAMENTOS PARA REFLEXÃO/DISCUSSÃO

Retomando o conteúdo da la. parte deste módulo e as situações relatadas na experiência de Ação Comunitária, procure refletir e discutir sobre os seguintes pontos:

1 - "Cabe ao agente realizar sua tarefa de modo educativo, isto é, estabelecendo um relacionamento de troca, onde sua experiência e conhecimentos teóricos são trocados com a experiência de vida e conhecimento da população".

Evidenciar e discutir como se deu essa troca no exemplo dado.

2 - Se participação social é entendida como decisão e atuação dos grupos sociais nas transformações de suas condições de vida, que oportunidades educativas e de participação social foram proporcionadas aos grupos.

Comentar.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
M.º 0086
doc. 7

AÇÃO COMUNITÁRIA: UM PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVO

Este módulo compreende os seguintes pontos:

- Conteúdo básico sobre o tema central "Ação Comunitária, um processo sócio-educativo".

. O que é Ação Comunitária

. Grupos Sociais

. Relacionamento entre Agente e Clientela/Modo Educativo

. Oportunidades educativas das Atividades.

"O Programa Diversificado de Ação Comunitária do MOBRAL foi construído a partir de avanços lentos, graças aos quais finalmente chegou-se a um arcabouço básico fértil capaz de possibilitar uma imensa gama de realizações em todos os campos da vida de nossa comunidade. Foi o nosso mais ousado e importante desenvolvimento metodológico determinante dos rumos futuros que a Organização adotará. Educação centrada em problemas concretos. A educação mais motivadora ... A educação que atinge a funcionalidade mais ampla, dentro do contexto de todo um grupo humano respeitando e valorizando as individualidades".

Educação de Massa e Ação Comunitária/
Arlindo Lopes Corrêa, editora - Rio
de Janeiro: AGGS, MOBRAL, 1979.

O PRODAC, Programa Diversificado de Ação Comunitária, implantado, pelo MOBRAL, em 1975, é um programa que visa o aprendizado da participação social, através da Ação Comunitária.

E O QUE É AÇÃO COMUNITÁRIA?

É um processo sócio-educativo através do qual se procura levar a população a:

- refletir sobre seus problemas, suas necessidades e possibilidades;
- buscar soluções para seus problemas e atendimento às suas necessidades, em ação conjunta;
- correlacionar seus problemas e necessidades com uma problemática maior;
- identificar recursos (humanos, materiais e institucionais) existentes e não conhecidos;
- formular propostas de ação, desenvolvidas com a participação coletiva;
- se auto-determina para escolher seus próprios caminhos na busca de solução dos seus problemas.

Trabalhar com comunidades, na filosofia do PRODAC, é trabalhar com grupos sociais que carecem de maior participação social.

Estes grupos sociais são conhecidos a partir dos interesses, problemas e necessidades gerados pelo exercício de uma atividade profissional, ou pelas condições de vida em um determinado bairro, favela, distrito, ou "espaços comunitários" semelhantes.

Como exemplo desta situação, observamos que uma experiência de ação comunitária realizada em localidade composta principalmente de lavadeiras e biscateiros, os problemas comuns aos moradores eram o acúmulo de lixo nas ruas e a falta de saneamento. Paralelamente a isto, as lavadeiras enfrentavam também dificuldades específicas a sua profissão, pois o local que utilizavam para trabalhar estava em precárias condições. Interessados em resolver seus problemas, criaram uma comissão dos moradores para tratar das questões comuns a todos e uma comissão das lavadeiras para buscar soluções aos problemas relativos à profissão.

Agente aqui é = a agente externo. Não há agentes internos ao grupo?

Isso pode ocorrer de diversas maneiras. O MOBRAL propõe-se a fazer isso através da ação comunitária. Para tanto, será necessário um Agente, seja ele do próprio grupo ou um elemento de fora. Este elemento de fora (agente externo ao grupo) pode ser, no MOBRAL, o ANPAC, o Auxiliar Comunitário, técnicos do MOBRAL Central, do SUSUG, de outras Agências, ou pessoas capacitadas para tal (estudantes, técnicos de outras Entidades, etc.).

(Qual o papel do Agente?)

. colocam-se em situação de diálogo com entidades/ instituições, encaminhando propostas que procuram atender às necessidades apresentadas;

. participam das propostas de ação seja planejando e realizando eles próprios as atividades ou buscando recursos para que estas sejam realizadas.

Possibilidade - participam do processo de tomada de decisão sobre os destinos de sua comunidade.

local e um contexto social maior;

. se motivarem para a realização de outras atividades;

. aprenderem a descobrir e utilizar recursos institucionais disponíveis.

Todo processo educativo tem um ritmo que é determinado pela clientela.

Desta forma, a Ação Comunitária, um processo sócio-educativo, obedece ao ritmo próprio de cada grupo. Este processo será "mais lento" nuns grupos e "mais acelerado" em outros.

O ritmo "mais lento" num grupo não signfica que este não esteja desenvolvendo um processo de Ação Comunitária, que não esteja participando.

Grupos que realizam muitas atividades "num curto espaço", não podem ser considerados melhores do que outras que "tardam" em executar uma ação.

LEMBRE-SE:
EM UM TRABALHO COMUNITÁRIO MAIS IMPORTANTE DO QUE OS NÚMEROS, É O MODO COMO AS ATIVIDADES SÃO REALIZADAS, ISTO É, O QUE PODEM OPORTUNIZAR DE APRENDIZADO PARA O GRUPO.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 6086
doc. 5

Certamente o MOBRAL reune uma experiência ímpar na área de ação comunitária. Não só pela sua abrangência - todos os municípios brasileiros - como também pela qualidade do trabalho educativo realizado.

Neste trabalho, os agentes educadores do MOBRAL - dentre os quais os Supervisores Estaduais e Supervisores de Área ocupam lugar particular - são, em síntese, os grandes responsáveis pelo sucesso alcançado.

O texto que se segue pretende discutir alguns conceitos básicos de ação comunitária, tendo sempre, como referência última, esta experiência.

A leitura e discussão do texto por pessoas que, no seu dia a dia, pensam e atuam na área de ação comunitária será enriquecedora.

Esperamos ter trazido até você uma colaboração, um instrumento de sistematização e uma oportunidade de maior aprofundamento do trabalho realizado.

I) A PRÁTICA EDUCATIVA NA AÇÃO COMUNITÁRIA/SEU PAPEL SOCIAL

A ação comunitária tem como finalidade desencadear um processo educativo, possibilitando à população envolvida encontrar formas de expressar e ampliar sua participação social.

Esse é um processo de aprendizagem envolvendo agentes e clientelas determinadas, que buscam desenvolver conhecimentos, atitudes e valores sobre a realidade social, procurando contribuir para a melhoria de suas condições sociais de vida.

II) RELAÇÃO AGENTE E CLIENTELA

A ação comunitária adquire um caráter educativo na medida em que dá ao homem a possibilidade de expressar seus problemas e interesses, levando-o a um conhecimento maior da realidade em que vive e do seu potencial de ação.

Nesse processo, é importante que o agente leve em consideração as experiências de vida da clientela, seus conhecimentos, atitudes e valores, pois é através da troca do saber entre ambos que o trabalho se desenvolve de forma educativa. À medida em que os indivíduos têm condições de expressar o que sentem e pensem sobre a realidade que vivem, sua participação atua de forma mais efetiva no processo de mudanças sociais. Por outro lado, se um agente não respeita as experiências de vida da clientela, impondo, de certa forma, seus conhecimentos, atitudes e valores por julgá-los mais adequados, estará inibindo a participação dessa clientela.

A comunidade sempre possui seus próprios agentes educativos. Temos, porém, que considerar que o agente educativo externo à comunidade

assim será encarado por ela.

Não compete, ao agente encaminhar e realizar as atividades que possibilitarão a modificação das condições sociais da clientela. Sua intervenção se fará através da troca de conhecimentos e experiências contribuindo para que a clientela consciente da necessidade de sua atuação, elabore e encaminhe a solução de seus problemas. Desta forma o agente estará incentivando a autodeterminação dos grupos.

O processo educativo é, antes de tudo, uma troca de conhecimentos e experiências entre agente e clientela. Suas realidades de vida são diferentes, portanto seus conhecimentos, valores e atitudes também serão diferentes.

Este processo de troca possibilitará à clientela maior conscientização do seu potencial de ação para melhoria das suas condições de vida. Por outro lado, contribui para que o agente vivencie, na prática, o seu conhecimento teórico e enriqueça a sua bagagem de experiências.

III - A QUESTÃO DA CLIENTELA

Trabalhar com comunidade é trabalhar educativamente com grupos sociais que carecem de maior participação social. Neste sentido, também aqui o referencial na conceituação é o pedagógico. Se o processo educativo desenvolvido na ação comunitária visa a participação social, entendida como atuação e decisão dos grupos sociais na transformação de suas condições sociais de vida, estes devem ser definidos inicialmente desta perspectiva, ou seja, quanto à sua participação efetiva no processo de desenvolvimento de uma sociedade.

Os conteúdos desta participação, isto é, as questões que devem ser

trabalhadas concretamente para que ela ocorra, têm a ver com a posição social que estes grupos ocupam, seja do ponto de vista de suas possibilidades de usufruto da riqueza produzida pela sociedade, seja do ponto de vista da ocupação profissional.

Estes dois elementos são "cara e coroa" da mesma moeda. São conteúdos complementares de um processo educativo voltado para a participação social.

Se um deles nos permite trabalhar a participação social, tendo como interesse dos grupos questões geradas pelas condições de vida em um determinado bairro, numa favela, num distrito ou em outros "espaços comunitários" semelhantes, o outro nos permite trabalhar a participação social a partir de interesses comuns de grupos ocupados numa mesma atividade profissional: pescadores, lavadeiras, biscateiros e outros.

Como exemplo desta situação, observamos que, numa experiência de ação comunitária realizada em localidade composta principalmente de lavadeiras e biscateiros, os problemas comuns aos moradores eram o acúmulo de lixo nas ruas e a falta de saneamento. Paralelamente a isto, as lavadeiras enfrentavam, também, dificuldades específicas à sua profissão, pois o local que utilizavam para trabalhar estava em precárias condições. Interessados em resolver seus problemas, criaram uma comissão dos moradores para tratar das questões comuns a todos e uma comissão das lavadeiras para discutir e encaminhar seus problemas relativos à profissão.

Os grupos sociais apresentam diferentes formas de associação e organização, estejam elas constituídas ou ainda embrionárias. Por exemplo: a associação dos moradores de um bairro é uma forma de organização; por outro lado, os moradores de uma favela, apesar de não terem uma organização constituída, apresentam algumas lideranças que poderão formar uma associação para tratar de seus problemas. Num trabalho educativo, essa forma de organização e associação deve ser respeitada. Isto porque os

grupos já organizados na população têm maiores possibilidades de expressarem suas necessidades e interesses, bem como de agirem visando melhorar as suas condições sociais de vida.

IV - CONHECIMENTO DA REALIDADE DE VIDA DA CLIENTELA

Um trabalho de ação comunitária com caráter educativo requer, fundamentalmente, a participação dos grupos sociais e do agente no conhecimento e compreensão da realidade sócio-econômica desses grupos, bem como da sua relação com o contexto social global do estado, da região e do país, identificando o que gerou essas condições.

A realidade de vida da clientela determina seus problemas e interesses, seu relacionamento com os outros grupos sociais, seus costumes e valores. Por outro lado, essa realidade de vida é determinada pelo contexto social global.

Este diagnóstico da realidade é o resultado da troca de conhecimentos e experiências entre agente e clientela. É um processo no qual os indivíduos e grupos envolvidos vão compreendendo, porque sentem determinadas necessidades e problemas e quais as possibilidades de atuação para solucioná-los. Esta compreensão dinâmica da realidade contribuirá para desenvolver, na clientela, a consciência crítica e a participação social.

Por exemplo: no processo de implantação de um programa de ação comunitária numa localidade composta de operários, biscateiros e empregadas domésticas, realizaram-se algumas reuniões onde o problema detectado foi a falta de infra-estrutura básica. Os moradores não compreendiam porque, apesar de pagarem imposto, não dispunham de água e esgoto. Para entender a situação, procuraram saber o que estava acontecendo. Foram, então, informados que essa localidade não dispunha de infra-estrutura básica porque

não era uma área legalizada e que a Prefeitura só poderia providenciar a rede de água e esgoto após seu reconhecimento legal. A partir daí, conscientes do que acontecia, começaram a se organizar através de uma Associação de moradores, procurando solucionar o problema.

V - AS ATIVIDADES EDUCATIVAS

Para que se dinamize e se enriqueça a troca de conhecimentos entre agente e clientela são necessárias oportunidades de exercício prático das decisões. As atividades apresentam-se como a base material para este exercício, ou seja, para a realização da ação educativa.

Num trabalho de ação comunitária as atividades devem:

- corresponder às necessidades atuais dos grupos sociais e às suas possibilidades de atuação para a resolução dos problemas existentes. É importante que essas atividades possam criar condições para que os grupos sociais conheçam cada vez mais sua realidade, reflitam sobre ela e desenvolvam um saber que levará a uma maior participação social;

- possibilitar o atingimento dos objetivos propostos num trabalho educativo, ou seja, permitir que os grupos sociais se conscientizem de sua realidade e atuem objetivamente para a modificação de suas condições de vida.

- ser planejadas, executadas e avaliadas pelo próprio grupo. É importante que ele participe de todo o processo educativo, refletindo sobre sua realidade, decidindo o que fazer, pondo em prática sua decisão e avaliando os resultados alcançados. Isto contribuirá para que o grupo adquira autonomia e caminhe sozinho.

As atividades, para terem caráter educativo, não podem ser escolhidas de antemão pelo agente. Ela é resultado da reflexão do grupo sobre sua realidade.

VI - RECURSOS INSTITUCIONAIS

Ao ser implantado um trabalho comunitário, deve-se procurar envolver na ação não só a Prefeitura, como também as entidades que atuem na área. Isto porque, para se desenvolver tal trabalho, é preciso contar-se com recursos humanos, financeiros e materiais, de modo que, ao se configurarem esforços, sejam alcançados os objetivos propostos.

A canalização de recursos, quer do MOBRAL, quer de outras entidades, visa dinamizar a ação desenvolvida pelos grupos. O envolvimento das diversas instituições deve ser norteado pela nossa proposta, isto é, deve-se assegurar o respeito aos grupos, considerando suas reais necessidades, seus interesses, suas possibilidades de atuação para resolver seus problemas e o ritmo em que todo esse processo ocorre. Estes recursos deverão ser acionados e coordenados pelos grupos, a partir da relação educativa que se estabelece entre os grupos e as instituições.

Por exemplo: os pescadores de uma localidade onde foi implantado o trabalho comunitário, sentiram necessidade de regulamentar um horário para a pesca, visando com isso diminuir a ação predatória dos barcos de arrasto. Procuraram, então, a SUDEPE e através de um abaixo-assinado, apresentaram sua proposta. Esta foi a forma pela qual os pescadores recorreram à instituição competente numa tentativa de solucionar, em conjunto, um problema da comunidade.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
Doc. 9

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA - GEPAC

Experiências

AÇÃO COMUNITÁRIA EM SANTA CRUZ

Rio de Janeiro, 1979

MÓDULO DO PROJETO SANTA CRUZ

PRODAC

I - INTRODUÇÃO

O projeto Santa Cruz se desenvolveu no sentido de levar às comunidades um aprendizado de participação, desencadeando um processo educativo que oportunizasse aos grupos sociais envolvidos encontrar meios de expressar e ampliar sua participação social, através de esquemas comunitários próprios.

II - ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Este projeto se fundamentou numa proposta educativa, adequando o programa à realidade social da população. No desenvolvimento do programa foi dada ênfase, essencialmente, aos seguintes procedimentos:

- relação de troca agente e cliente;
- trabalho com grupos através de utilização de técnicas de dinâmica de grupo;
- reuniões constantes e sistemáticas com os grupos sociais;
- atividades realizadas com caráter educativo;
- envolvimento e integração com entidades;
- identificação pela comunidade de recursos humanos existentes e não conhecidos;
- decisão dos grupos sociais em organizar grupos representativos;

- decisão dos grupos representativos na elaboração de Planos de Ação Comunitária no período certo;

- intervenção dos agentes respeitando o tempo de aprendizagem dos grupos sociais;

- avaliação constante entre os agentes, e destes com a clientela.

III - OPERACIONALIZAÇÃO

1 - Contato com o administrador Regional e entidades atuantes na área afetas à problemática das comunidades trabalhadas no sentido de aprofundar os dados levantados nas localidades, divulgar o Programa e conhecer propostas de atuação destas entidades.

2 - Diagnóstico

a) pesquisa em fontes secundárias sobre aspectos sociais, econômicos e culturais da XIXa. Região Administrativa.

. levantamento das instituições que atuam na área;

. pesquisa dos grupos sociais que compõem a clientela (sua posição na estrutura social, seus interesses, seu modo de participação).

b) Análise dos dados através de contatos informais e reuniões com grupos sociais;

c) montagem de estratégias de abordagem dos grupos sociais de cada localidade;

d) levantamento de problemas e necessidades dos grupos sociais e possibilidades de solucioná-los através de organização e participação comunitária (participação dos grupos na definição, montagem e avaliação dos resultados do diagnóstico).

3 - Contato com instituições cujas áreas de atuação estavam diretamente relacionadas com os grupos sociais.

Os recursos institucionais serão utilizados desde que os grupos sociais assim o decidam e desde que não limitem a iniciativa dos mesmos.

4 - Proposições dos grupos sociais referentes às formas de atuação adequadas à problemática social.

A utilização de técnicas de Dinâmica de Grupo (interpretação, clarificação, apoio, etc.) aplicadas aos grupos sociais proporcionou:

. compreensão mais precisa dos acontecimentos sociais que os afetam através de análises, discussões de suas necessidades e possibilidades;

. conhecimento e aprofundamento de interesses e expectativas dos grupos sociais através da sua participação na elaboração, aplicação e análise dos instrumentais de pesquisa;

. formulação de propostas que visem à correção dos problemas identificados e analisados, e a procura de formas de participação social;

. conhecimento dos recursos e valores humanos existentes nas comunidades, até então não identificados, que venham a contribuir na organização de esquemas comunitários;

. conhecimento de recursos institucionais existentes, de forma a serem solicitados no momento oportuno pelos grupos sociais, no sentido de integrar esforços na busca de soluções;

. absorção de proposta educativa contida no Programa;

. reflexões quanto ao modo educativo em realizar atividades comunitárias como meio e não como fim;

. decisão quanto ao tempo e formas de organização do grupo representativo e elaboração do plano de ação comunitária.

A intervenção dos agentes obedeceu a uma linha de troca com a clientela, possibilitando uma reelaboração do conhecimento de ambos para que, juntos, compreendessem a realidade sócio-econômico-cultural das comunidades e buscassem alternativas de soluções quanto à problemática atual.

5 - Avaliação da Implantação

Durante todo o desenvolvimento do trabalho foram realizadas avaliações constantes entre os técnicos. Com isto pretendeu-se:

. avaliar os procedimentos pedagógicos, os passos metodológicos, as táticas usadas, as propostas das entidades, os conteúdos do Programa, os resultados da implantação, enfim toda a proposta do Programa; e

. corrigir falhas decorrentes de situações concretas durante a implantação do Programa.

IV - COMUNIDADES TRABALHADAS

1 - Lote 14

O Lote 14 é composto de vários grupos sociais, sendo representativos os operários de carteira assinada, biscateiros e empregadas domésticas. O loteamento não é reconhecido pela Prefeitura por

falta de serviço de infra-estrutura básica (água, esgoto), partindo daí o interesse do Administrador Regional pela localidade no sentido de, através da organização de um grupo representativo, se acelerar o processo de reconhecimento do loteamento, como também canalizar recursos através de um planejamento feito pela comunidade.

Foram realizadas, durante a fase de implantação do trabalho, doze reuniões com os grupos sociais, sendo quatro delas conduzidas por elementos da comunidade com os seguintes objetivos:

a) divulgação e discussão dos resultados do instrumental elaborado, aplicado e tabulado pelos grupos sociais do lote;

b) informar aos novos participantes do trabalho que estava sendo desenvolvido no lote 14 e solicitar aos presentes opiniões quanto à forma de organização do grupo representativo desejado pelos grupos sociais e consolidado no instrumental aplicado;

c) apresentação das chapas dos candidatos que concorreriam à eleição da diretoria da Associação de Moradores e nomeação de uma Comissão para planejar os trabalhos da eleição; e

d) discussão com os grupos sociais do plano de trabalho da comissão e data para eleição.

Durante o desenvolvimento destas ações, procurou-se discutir, analisar o conteúdo das mesmas, no sentido de gerar, nos grupos sociais, um despertar das potencialidades desconhecidas e, conseqüentemente, um aprendizado de participação. Essas atividades comunitárias foram oportunidades para reflexão, organização e solidariedade dos grupos sociais. E, além disso, propiciaram conhecimento das possibilidades de utilização dos recursos existentes na comunidade e a melhor forma de aproveitá-los.

O estágio atual do trabalho no lote 14 é a preparação do estatuto e do Plano de Ação Comunitária elaborados pela diretoria junto com a comunidade.

2 - Lote Rolas

No Lote Rolas existe um grupo organizado, a Associação dos Pequenos Lavradores, e outro em estágio de formação, coordenado por elementos da Paróquia Santa Cruz. A primeira, criada em 1967, teve uma forte atuação na defesa dos interesses de um grupo social, a dos lavradores, tendo por finalidade a preservação das terras invadidas no ano de 1966.

Atualmente, o Lote Rolas é um bairro populoso cujo nº de casas vem aumentando mensalmente, devido à migração de forma desordenada, com população constituída de vários grupos sociais.

A atuação dos técnicos nesta localidade voltou-se, no primeiro momento, à dinamização deste grupo organizado. Durante a fase de diagnóstico com aprofundamento do conhecimento da realidade sócio-econômica-cultural, sentiu-se a rejeição dos demais grupos sociais existentes à Associação dos Pequenos Lavradores por não representar os interesses sociais do conjunto da população e por estar marcada por um passado de lutas e conflitos.

O conhecimento histórico e analítico da comunidade tornou-se possível através de questionamentos, reflexões, discussões em contatos informais e individuais assim como em reuniões com os grupos sociais, no sentido de dialogar e esclarecer quanto à organização de um grupo que representasse realmente a comunidade.

Os grupos sociais ~~se~~ encontram se em fase de conscientização quanto à organização de uma Associação de Moradores, aproveitando a estrutura inicial do grupo trabalhado por elementos da Paróquia Santa Cruz.

Uma comissão eleita ~~se~~ responsabilizou ~~em~~ discutir se em promover algumas discussões com maior número de pessoas, a organização da Associação de Moradores. visando

3 - Vala do Sangue

Por solicitação do Vigário da Paróquia Santa Cruz, o trabalho na Vala do Sangue iniciou-se na última semana da fase de implantação do Programa.

As reuniões com os grupos sociais tiveram por finalidade a busca de alternativas de soluções quanto à expectativa maior: o problema da água. Este problema é questionado pelos grupos sociais há alguns anos sem o desenvolvimento de uma atividade concreta.

Os moradores não possuem experiência comunitária e a realização desta atividade será uma oportunidade de reflexão, organização e solidariedade dos grupos sociais. Propiciará, além disso, o conhecimento dos recursos humanos existentes na Vala do Sangue, e a melhor maneira de aproveitá-los.

Os grupos sociais elaboraram um instrumental no sentido de consultar a comunidade quanto à sua participação na solução do problema da água.

Esta atividade será realizada integrada com a CEDAE, Obras Sociais

da Paróquia Santa Cruz e o Grupo de Jovens, sendo este capacitado pela GEPAC quanto à proposta do Programa no sentido de acompanhar o trabalho iniciado.

4 - Praia de Sepetiba

Uma das comunidades escolhidas, nesta fase de implantação do Programa, foi a Praia de Sepetiba, devido à existência de pescadores, os quais se constituem num grupo social com uma certa homogeneidade sócio-cultural, exercendo uma atividade econômica representativa no município do Rio de Janeiro.

A principal atividade econômica é a pesca, um importante fator sócio-econômico-cultural para a população pesqueira, exercida aproximadamente por 2.300 pescadores, atuando em toda a Baía de Sepetiba.

O grupo social de pescadores se subdivide em categorias diferentes, a saber:

- proprietários de canoas;
- camaradas de canoas;
- proprietários de barcos de arrasto com portas;
- camaradas de barcos de arrasto com portas;
- marisqueiras;
- comerciantes.

Devido à problemática existente atualmente na Praia de Sepetiba, no que concerne ao escoamento de produção e à pesca predatória, fatores estes que, de certa forma, provocam atritos numa classe que exerce a mesma atividade econômica.

As Colônias de Pescadores são associações civis que têm por finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses dos pescadores profissionais. Uma das competências dessas associações é representar seus associados junto aos órgãos competentes e às autoridades em geral.

Devido à existência da Colônia de Pescadores na Praia de Sepetiba, desativada e desacreditada pelos pescadores locais, o procedimento dos técnicos foi no sentido de atrair os pescadores para esta associação, reforçando-a quanto à sua representatividade.

As reuniões se realizaram na Colônia de Pescadores com a presença da diretoria e das diferentes categorias dos pescadores e numa situação de diálogo; a problemática local foi analisada e discutida buscando-se alternativas de soluções.

A partir do contato com o Coordenador Regional da SUDEPE do Rio de Janeiro com o objetivo de conhecer a proposta de atuação deste órgão e a melhor forma de integrar esforços tendo em vista o convênio assinado entre o MOBRAL e SUDEPE, o trabalho na Praia de Sepetiba concretizou-se com a orientação e participação dos agentes e clientes, na elaboração de um memorial encaminhado à SUDEPE no sentido de regularização de turnos para a pesca. Este documento foi elaborado junto com os pescadores locais e encaminhado pela Colônia de Pescadores de Sepetiba.

V - FORMAS DE ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento de rotina ao trabalho será feito pela COMET (ANPAC e A.R.)

PROPOSTAS:

1 - Envolvimento de pessoas representativas e de entidades ligadas à problemática local nas reuniões comunitárias;

2 - Reestruturar a COREG com pessoas envolvidas durante a fase de implantação do Programa;

3 - Capacitação do grupo de jovens através de reuniões quinzenais, com a presença dos técnicos da GEPAC/COMET;

4 - Capacitação e envolvimento do grupo de teatro CIMFA no sentido de redação de peças teatrais relacionadas com a problemática local.

. ação conjunta CECUT/ACULT

5 - Possibilidades da GEPRO quanto a cursos profissionalizantes em Santa Cruz, possibilitando a qualificação da mão-de-obra não absorvida no mercado local.

As indústrias locais foram contatadas com a finalidade de saber a mão-de-obra necessária e não encontrada em Santa Cruz.

6 - Estudo dos dados levantados pelos alunos das escolas da Praia de Sepetiba com a finalidade da organização do grupo representativo.

7 - Elaboração de um plano de trabalho integrado com as entidades locais e os grupos organizados com o objetivo de somar esforços e dividir responsabilidades.

8 - Integração com entidades:

- Distritos de Educação
- Lions Club
- Centro Médico Regional
- Serviços Social Regional
- SUDEPE

O memorial enviado pela Colônia de Pescadores da Praia de Sepetiba, durante a fase de implantação do Programa, foi remetido à SUDEPE em Brasília e esta enviará um técnico para verificar "in loco" a problemática atual. Acredita-se que isto propicie aos pescadores uma credibilidade em relação à Colônia de Pescadores, reforçando sua atuação com a participação dos pescadores locais.

9 - Introdução dos Programas do MOBRAL de acordo com as necessidades detectadas durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos dos grupos.

Em contato com a Coordenação Regional da SUDEPE do Rio de Janeiro, surgiu desta um interesse na implantação de Postos Culturais, com características próprias, na Colônia de Pescadores da Praia de Sepetiba, como forma de atração dos pescadores locais e dinamização desta associação civil representativa dos pescadores.

Na supervisão, se pretenderá avaliar a prática educativa desencadeada pelo PRODAC. Serão objeto da supervisão: os objetivos do programa, os grupos sociais, os próprios agentes, os conteúdos do programa, os recursos institucionais do MOBRAL, as relações inter-institucionais, os resultados.

/yr.

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
doc. 10

N:

FL: DE

Ao Susug

Após longo e tenebroso inverno entregamos nosso documento. Desculpem o atraso mas achamos que vocês mereciam o "ótimo".

Rosa 15/04/80

Rosa Duran Steranenko
GERENTE DA GEPES

Maria Gusmão
Para análise do material 16/04/80
médio

S U S U G - KIT

1. Princípios Filosóficos
2. Experiência Londrina
3. Relatórios (monitor - ENPES)

1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS DO PES

O MOBRAL, enquanto instituição, está voltado basicamente para o desenvolvimento educativo - cultural da população brasileira. E, na sua proposta educativa encontramos, como um de seus princípios fundamentais, a produção de transmissão de conhecimento enquanto um processo de promoção humana. Consideramos promoção humana como um processo de crescimento progressivo das pessoas no sentido da construção de novas situações de vida que contenham como premissa fundamental as condições mínimas que possibilitem a realização das potencialidades do homem, o que implica, consequentemente, numa transformação das condições sociais existentes. Mais concretamente, promoção humana pode ser concebida como uma proposta de autonomia. Essa busca de autonomia requer, por seu turno, a fabricação do conhecimento com e pela população.

É importante não perder de vista que a produção e a transmissão desse conhecimento só se dá, efetivamente, através da interpretação desta cultura pela população de uma maneira crítico - reflexiva. Promoção humana deve ser entendida, portanto, enquanto um trabalho de apropriação de informações por parte da população de maneira a provocar um re-situamento das pessoas no mundo em que vivem, o que demonstra que as pessoas têm e podem desenvolver potencialidades e criar novas situações de vida apoiando-se, fundamentalmente, nas informações trocadas entre elas, a sociedade e o mundo.

Dessa forma, questões como trabalho, saúde, habitação, que dizem respeito as suas necessidades imediatas, podem ser compreendidas em toda a sua extensão e importância com relação as suas próprias vidas. Nisso reside a importância de um trabalho que estimule o espírito crítico, possibilitando as pessoas uma revisão de suas reais condições de vida. É aqui, a nosso ver, que o PES tem um papel fundamental a ser desenvolvido.

Basicamente propõe-se o PES a desencadear nas comunidades/grupos um processo educativo - de recíproco intercâmbio que provoque, gere, crie condições que conduzam a comunidade/grupos a se auto - educarem nas questões relativas as suas vidas, particularmente as suas condições de saúde, higiene e alimentação. Uma das formas pelas quais o PES busca desenvolver esse tipo de trabalho é procurando sensibilizar as comunidades/grupos sobre a importância desses assuntos e visando tratá-los não isoladamente, mas pretendendo encaminhá-los através da participação ativa da comunidade nas propostas de resolução de seus problemas.

1.1 Esboço Histórico

Ao analisarmos o desenvolvimento do PES, do seu início até o momento atual, podemos, em linhas gerais, identificar 3 fases nítidas:

a) Fase pioneira, caracterizada pela preocupação de garantir uma unidade em termos de concepção e execução da metodologia do Programa.

b) Fase de transição, caracterizada por um clima de mudança em que as propostas de adaptação e/ou alteração do projeto original do PES vindas de campo eram encaradas como circunstanciais e não significavam reformulação estrutural do Programa;

c) Fase de diversificação ou descentralização, a atual, em que a convivência de diferentes visões do PES caracteriza não mais a existência de um Programa de Educação Comunitária para a Saúde, mas sim leva a crer que estamos diante de uma situação de pluralidade de Programas para a área de saúde. Essa pluralidade faz com que haja maior adequação dos Programas às diferentes realidades, levando, conseqüentemente, a um melhor atendimento das necessidades e interesses específicos de cada comunidade.

As orientações, que variam, assim, de Agência para Agência, refletem a atual fase e levam às diferentes perspectivas, que vão desde a linha do desenvolvimento comunitário, dentro de um sentido social mais amplo, ao trabalho direcionado para a área de saúde, passando pela integração aos demais Programas, na busca da ansiada funcionalidade da ação do MOBRAL.

Apesar de todas essas possibilidades que se abrem, o Programa de Educação Comunitária para a Saúde conserva sempre certos princípios básicos que configuram o seu núcleo fundamental. Entre esses princípios imutáveis destaca-se a proposta educativa que, a par de se constituir no eixo óbvio que move qualquer dos Programas MOBRAL, assume, em relação ao PES, uma dimensão extra. Isso porque a problemática de saúde no Brasil está marcada por uma espécie de voz geral (ou, pelo menos, majoritária) segundo a qual o caminho único de solução está na intervenção direta, vertical e tecnificada a partir de ações médicas junto às populações, numa perspectiva que privilegia a medicina curativa. Nessa linha, o fator educativo, com todo o componente social que lhe é intrínseco, é rejeitado e tido como ineficaz na luta pela mudança do quadro sanitário brasileiro.

Não obstante cabe mencionar que, a partir especificamente da VII Conferência Nacional de Saúde que gerou o documento, em versão preliminar, intitulado Proposição e Diretrizes - uma contribuição Ministério da Saúde, é acentuado o objetivo último do Ministério da Saúde - o de "adequar as ações de saúde às reais necessidades da população e às realidades nacionais" - .

Sob esta perspectiva, o referido documento chama a atenção particularmente para o aspecto preventivo, deverá ser realizado principalmente por meio dos serviços básicos de saúde. Nota-se, com clareza, uma ênfase na programação de atividades preventivas em relação à melhoria das condições de saúde da população via serviços básicos

de saúde. Neste sentido abre-se uma perspectiva de transformação de enfoque e, ao mesmo tempo aumenta a possibilidade de articulações com outras Instituições/Entidades que possam desenvolver atividades de natureza técnico - educativa. E nesse espaço de possibilidade viria o PES a desempenhar um papel não só de apoio, mas basicamente de dinamização das atividades inseridas no conjunto educação - saúde - bem estar.

A escolha do caminho educativo torna-se, assim, o grande princípio filosófico do PES e que deve ser preservado qualquer que seja a modalidade assumida pelo Programa.

É nesse conceito ativo de educação que está contida a idéia da organização comunitária, o segundo princípio básico do PES. Queremos nos concentrar, aqui, na idéia da organizçaão que, no nosso entender, representa a meta final do processo de educação de adultos sob o prisma da promoção do homem. Dentro de um programa educativo centrado na saúde, a organização da comunidade naturalmente reflete, com prioridade, essa orientação, uma vez que o grupo encaminha o seu processo de discussão - reflexão - conscientização progressiva na direção da área de saúde. Entretanto, como a problemática sanitária é parte inseparável de um contexto social bem mais abrangente, uma comunidade efetivamente organizada só poderá abordá-la dentro dessa visão de globalidade. Por isso freqüentemente as ações - entendidas como possibilidades conseqüentes do atingimento por uma comunidade ou grupo do estágio organizado - extrapolam a área de saúde, o que, mais que aceito, deve ser incentivado.

Tal fato não reduz a importância que tem um programa específico de saúde dentro da atual realidade brasileira. A situação de carência generalizada da população do país apenas se mostra mais evidente quando manifesta através dos inúmeros problemas da área sanitária. Contudo, apesar da dimensão dos problemas de saúde no Brasil, a estrutura de atuação para essa área apresenta inúmeras falhas, caracterizando-se pela descoordenação e paralelismo de ações. Intruduzindo-se no setor o MOBRAL, por meio do PES, precisa necessariamente adotar uma postura de integração, unindo esforços visando à economia e racionalidade da prestação de serviços em saúde. Constitui-se essa vinculação estreita e sistemática com os organismos da área de saúde e afins, portanto, no terceiro princípio básico do PES. Certamente que sua operacionalização não se constitui uma tarefa das mais simples. Por isso mesmo é que, a par dos benefícios mais evidentes que a integração pode trazer, a busca de um trabalho conjugado na área de saúde ganha importância maior pois representa mais uma tentativa que faz o MOBRAL de encontrar um ponto ótimo de ação conjunta.

Este terceiro princípio recebe, atualmente, uma ênfase maior uma vez que o PES vem buscando, cada vez mais, sua especificidade. Afinal, se existe algo que identifica e define o PES é o envolvimento na área de saúde, num trabalho eminentemente educativo, sim, mas que não se pode furtar a uma ação mais concreta e objetiva num setor tão carenciado.

Assim, no momento em que o Programa busca suas próprias definições, o princípio da vinculação estreita com o setor saúde deve merecer especial destaque e sua operacionalização uma dose maior de ousadia, de forma a poder constituir-se no elemento mais evidente e incontestável de identificação do PES.

2. EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA DO PES

2.1 PES/Secretaria de Saúde de Londrina - PR

Na cidade de Londrina, Paraná, a Secretaria de Saúde, vinha desenvolvendo trabalho junto à comunidade com ênfase na atenção primária de saúde e extensão de cobertura, visando proporcionar a toda a população o acesso aos serviços de saúde. Para este trabalho, contava com um contingente de auxiliares de saúde, pessoas treinadas em curso específico, de 40 horas, em que lhe eram transmitidas informações sobre como identificar as doenças mais simples e freqüentes e como tratá-las, que compunham o quadro dos recursos humanos para atendimento à população carenciada, isto é, de baixo poder aquisitivo.

Estes auxiliares, sem formação médica, porém com as orientações recebidas no curso, têm condições de atender à comunidade nas suas doenças mais comuns, que são facilmente identificáveis e não requerem um tratamento médico específico. Assim, a equipe de médicos e enfermeiros passou a dispor de mais tempo para se dedicar aos casos clínicos mais complexos que necessitam de atendimento médico especializado.

Desta maneira, o trabalho que vinha sendo realizado já se identificava na área do social, embora a atuação se fizesse mais sobre as conseqüências do que sobre as causas. Havia a necessidade de se promover uma ação neste sentido, pois era preocupação da Secretaria de Saúde, adotar os interesses populares como referência na tomada de decisões. Assim, a participação comunitária foi admitida como elemento fundamental a ser conquistado e reconhecida a necessidade de utilizar elementos leigos e uma metodologia voltada para a ação comunitária. Nesta busca, a Secretaria de Saúde do Município, tomou conhecimento do MOBRAL - PES constatando que o Programa de Educação Comunitária para a Saúde atendia àquela necessidade e interessou-se em implantá-lo no município.

Verificou que a linha de ação do PES atendia ao seu objetivo e identificou-se como ENPES, papel que assumiu desde esse contato e que confirmou, por ocasião do treinamento de monitores, junto à COMUN.

Para efetivação da proposta de implantação do PES e com vistas a acompanhar o trabalho desde o início foi indicado um técnico da GEPES que juntamente com a ANPES deslocou-se para Londrina a fim de dar o treinamento aos monitores. O acompanhamento de perto desse trabalho se fêz necessário porque a implantação do PES em Londrina

vem concretizar e fornecer subsídos para a proposta do PES em zona urbana, articulada com a atenção primária em saúde.

Os monitores, oito, haviam sido selecionados pelo Secretário de Saúde, respeitando as características necessárias do Programa e ao tipo de trabalho que pretendia desenvolver. A seleção obedeceu aos seguintes critérios:

- não vinculação com a área de saúde (monitor leigo)
- estar realizando uma atividade de ação comunitária junto à população local
- ser elemento da comunidade (residir no local).

Todos os selecionados residiam nas favelas ou nas suas proximidades, sendo elementos atuantes nelas. As favelas foram escolhidas para implantação do Programa por apresentarem uma problemática na área de saúde que poderia, muitas vezes, ser minimizada por um trabalho educativo com vistas à prevenção das doenças mais freqüentes e simples e/ou as suas causas.

O trabalho que já vinha sendo desenvolvido por estes monitores tinha uma aproximação estreita com a ação preconizada pelo PES. Durante o treinamento foram discutidas as possibilidades de transformação da ação desenvolvida, até então, de forma assistencialista em ação efetivamente educativa, de acordo com a metodologia do PES.

A previsão de gratificação era para seis monitores, entretanto os oito treinados ofereceram-se como voluntários pois todos desejavam ter a oportunidade de participar na implantação do Programa.

O entusiasmo demonstrado pela proposta de ação do PES não impediu o posicionamento crítico ANPES/ENPES/Monitores com vista a garantir o respeito à cultura e ao ritmo das comunidades, consideradas as características próprias de cada uma. Para isto foi feito um levantamento de dados das localidades e foi traçado o seu perfil diagnóstico. O início da ação seria, assim, integrado à situação específica de cada uma delas naquele momento respondendo às suas reais necessidades.

Com estas perspectivas foi implantado o Programa em Londrina o qual tem sido acompanhado por meio dos relatórios ENPES/Monitores os quais transcrevemos a seguir.

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES DO ENPES - RE

MÊS: novembro/79 - Londrina (Pr)

Observações gerais sobre o Programa no seu município

Durante este 1º mês de funcionamento do PES no município de Londrina, julgamos de interesse registrar alguns aspectos que nos chamaram a atenção:

1 - A opção inicial de selecionar as áreas faveladas como locais de implantação do PES no município, parece ter sido correta, uma vez que as condições de vida, saúde e de saneamento básico dos moradores têm servido de motivação - concreta e facilitadadora de mobilização em torno da criação do GPs.

2 - Mesmo nas favelas onde, como decorrência de um trabalho de ação comunitária pré-existente (Jardim Parque das Indústrias e Jardim Marabá), já existia um nível de organização maior entre os moradores (acostumados a reuniões - periódicas, mutirões, embriões de estruturas associativas), o PES parece estar ocupando um espaço próprio, específico.

Havia um receio de que as atividades do PES viessem a "competir" com as demais ações comunitárias "autóctones", esvaziando-as ou reorientando o interesse e a ação da comunidade para questões que não fossem as verdadeiras - prioridades dos moradores. Enfim, receiava-se por uma interferência indevida do PES, através dos seus monitores, no andamento de um processo próprio de organização da comunidade.

No entanto, diante dos depoimentos dos monitores (Maria das Graças e Irineu Fim) que além dessa função são lideranças autênticas das respectivas favelas (Marabá e Indústrias), percebe-se que até o momento o desenvolvimento dos trabalhos do PES tem não só respeitado o processo mais geral de mobilização dos moradores como tem ocorrido inclusive para consolidar e apoiar esse processo mais amplo, na medida em que ocupa um espaço de aprofundamento das questões.

3 - No que diz respeito ao conteúdo temático desenvolvido - neste 1º mes, verificou-se o que já previamos. Inclusive a própria Geralda (agente do Mobral/Curitiba que realizou o treinamento inicial dos monitores), com sua experiência no acompanhamento de trabalhos do PES em outros municípios, havia nos dito que o material de apoio devia ser entendido como instrumento de consulta e não como "cartilhas" para serem obedecidas cegamente.

Ou seja, os monitores tem utilizado o material de apoio de acordo com as solicitações dos membros dos GPs. Alguns grupos tem tido uma certa sequência temática, outros no entanto não tiveram até o momento nenhuma discussão específica que se encaixasse no conteúdo temático do material de apoio.

Esta dinâmica não nos preocupa até o momento porque entendemos que o material de apoio deve realmente ter sua utilização condicionada a realidade/necessidades concretas dos moradores e GPs das áreas de trabalho.

4 - Por último, alguns comentários sobre o comportamento dos monitores. Os relatos e as minhas observações nos contactos individuais que mantive com todos eles durante es

te 1º mês dão-me a impressão de que todos estão motivados com o trabalho desenvolvido e convictos da importância social que o mesmo pode adquirir caso prossiga e se consolide. Todos têm também aprendido bastante na convivência com os membros dos GPs, quer no que diz respeito aos hábitos e costumes da população quer no no que toca a forma como o trabalho deve-se desenvolver. Ou seja, aprendemos todos a respeitar as opiniões dos outros e inclusive a respeitar certas normas informais de comportamento para prevenir involuntárias interferências de nossa parte, como bem expressa esta expressão de um dos monitores na reunião do dia 27/11/79:

" eles falam primeiro e a gente por último."

Creio que estes aspectos são os mais relevantes e que merecem registro de nossa parte. Gostaríamos de receber comentários, críticas e sugestões dos responsáveis pelo PES a nível estadual e nacional.

Londrina, 28 de novembro de 1979.

Márcio José de Almeida

Ganhamos quatro tambores de lixo e a coleta é feita duas vezes por semana pela limpeza pública.

A Secretaria da Saúde tem nos dado um apoio sensacional. Dentro de trinta dias vamos eleger uma comissão da favela para dar andamento no trabalho.

Nossa luta no momento tem sido para instalação da água encanada. Estamos reivindicando seis torneiras. Só falta acertar os detalhes. A ligação já foi autorizada.

Há ao lado 11 favelas (agora Jardins) das quais seis delas estão servidas pelo trabalho do P.E.S.

Mesmo após o término dos quatro meses do curso do P.ES (que para nos se finaliza em 30-1.80) continuaremos nossa missão.

ATÉ BREVE

MONITOR:

Walter J. Garcia

Fordlândia, 31.12.79

Gostaria de relatar um pouco da situação do nosso trabalho na Favela na qual trabalhamos.

O bairro daqui tem mais ou menos duzentas e cinquenta famílias, com uma população de seiscentas pessoas.

Aqui em Fordlândia, por um consenso geral, as favelas (ou grilos) não são mais chamados como tal. Costumeiramente é Jardim... (Boa Vontade, Boa Esperança, etc...)

Olha, de seis meses para cá muita coisa tem acontecido. Seria difícil de relatar com detalhes nossas conquistas.

Já temos um barraco muito bem arrumado que acomoda trinta pessoas ~~de pé~~ sentadas mais umas trinta de pé. Tem nos servido bem.

1

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

MOBRAL
SUSU6
INDEXADO
N.º 0086
doc. 11

N: ______

FL: ______ DE ______

Susup (Nádia).

Peço mencionar em suas cartas os atrasos das seguintes coest.: Amapá, Amazonas, Maranhão (ruim), Ceará (?), Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia (desastre), Rio de Janeiro, Goiás e Paraná. Observo ainda que se encontram muito bem: Pará (melhorando), Piauí (superado), Pernambuco (m. bem), Sergipe (ótima), Minas Norte e Sul (ótimas), São Paulo (se recuperando), MT Norte e Sul e Brasília.

15.04.80.

[signature]

Aos grupos para conhecer, e no momento da resposta dos relatórios, fazer comentários pedindo aos adjuntos para verificar e acionar todo este trabalho.

Nádia

Ciente

Maria Augusta 17/4/80

José [illegible] 18/4/80

Ana Maria 18/04/80

0404

RELATÓRIO DE COBRANÇA

QUANTIDADE DE INFORMAÇÕES EM ATRASO

1979

	AZUL	VERM	AZUL	VERM	AZUL	VERM	AZUL	VERM	AZUL	VERM
RONDÔNIA	2	2								
RORAIMA	1	2								
AMAPÁ	1	16								
ACRE	2	6								
AMAZONAS	6	18								
PARÁ	14	18								
MARANHÃO	18	57								
PIAUI	21	11								
CEARÁ	51	70								
R.G. DO NORTE	132	21								
PARAIBA	51	9								
PERNAMBUCO	30	2								
ALAGOAS	49	61								
SERGIPE	12	-								
BAHIA	157	213								
MINAS NORTE	-	-								
MINAS SUL	2	3								
ESP. SANTO	6	8								
R. DE JANEIRO	15	11								
COMET	4	49								
SÃO PAULO	19	5								
PARANÁ	30	29								
STA. CATARINA	2	18								
R.G. DO SUL	12	15								
MT/NORTE	6	10								
MT/SUL	10	6								
GOIÁS	-	15								
BRASÍLIA	4	6								
T O T A L	657	731								

RELATÓRIO DE COBRANÇA

QUANTIDADE DE INFORMAÇÕES EM ATRASO

CONVENIAMENTO DE 1980

	19/03/80		01/04/80							
	AZUL	VERM	AZUL	VERM	AZUL	VERM	AZUL	VERM	AZUL	VERM
RONDÔNIA	4	–	4	–						
RORAIMA	–	–	2	–						
AMAPÁ	–	–	–	–						
ACRE	–	–	–							
AMAZONAS	6	2	6	2						
PARÁ	–	–	3	–						
MARANHÃO	22	–	38	2						
PIAUI	14	–	15	1						
CEARÁ	32	10	42	18						
R.G. DO NORTE	–	–	–	–						
PARAIBA	6	–	24	–						
PERNAMBUCO	34	2	41	2						
ALAGOAS	5	1	3	1						
SERGIPE	15	1	20	1						
BAHIA	7	3	15	5						
MINAS NORTE	49	–	40	–						
MINAS SUL	111	1	74	–						
ESP. SANTO	1	1	4	–						
R. DE JANEIRO	7	2	12	6						
COMET	–	–	1	1						
SÃO PAULO	47	–	84	2						
PARANÁ	10	–	15	–						
STA. CATARINA	2	1	1	–						
R.G. DO SUL	–	–	–	–						
MT/NORTE	3	–	4	–						
MT/SUL	12	–	15	–						
GOIÁS	62	4	78	11						
BRASÍLIA	1	–	4	–						
T O T A L	450	27	545	52						

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
doc. 12

1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS DO PES

1.1 Revisão

Ao analisarmos o desenvolvimento do PES, do seu início até o momento atual, podemos, em linhas gerais, identificar 3 fases nítidas:

a) Fase pioneira, caracterizada pela rigidez metodológica resultante de uma concepção centralizada do Programa, em que os níveis estaduais e municipais constituíam-se em meros executores do que era pensado e ditado pelo nível central (GIPES);

b) Fase de transição, caracterizada por um clima de mudança em que as propostas de adaptação e/ou alteração do projeto original do PES vindas de campo eram encaradas como circunstanciais e não significavam reformulação estrutural do Programa;

c) Fase de diversificação ou descentralização, a atual, em que a convivência de diferentes visões do PES caracteriza não mais a existência de um Programa de Educação Comunitária para a Saúde, mas sim leva a crer que estamos diante de uma situação de pluralidade de Programas para a área de saúde. Essa pluralidade faz com que haja maior adequação dos Programas às diferentes realidades, levando, consequentemente, a um melhor atendimento das necessidades e interesses específicos de cada comunidade.

As orientações, que variam, assim, de Agência para Agência, refletem a atual fase e levam às diferentes perspectivas, que vão desde a linha do desenvolvimento comunitário, dentro de um sentido social mais amplo, ao trabalho direcionado para a área de saúde, passando pela integração aos demais Programas, na busca da ansiada funcionalidade da ação do MOBRAL.

1.2 A fase atual

Apesar de todas essas possibilidades que se abrem, o Programa de Educação Comunitária para a Saúde conserva sempre certos princípios básicos que configuram o seu núcleo fundamental. Entre esses princípios imutáveis destaca-se a proposta educativa que, a par de se constituir no eixo óbvio que move qualquer dos Programas MOBRAL, assume, em relação ao PES, uma dimensão extra. Isso porque a problemática de saúde no Brasil está marcada por uma espécie de voz geral (ou, pelo menos, majoritária) segundo a qual o caminho único de solução está na intervenção direta, vertical e tecnificada a partir de ações médicas junto às populações, numa perspectiva que privilegia a medicina curativa — e os interesses de toda ordem que a envolvem. Nessa linha, o fator educativo, com todo o componente social que lhe é intrínseco, é rejeitado e tido como ineficaz na luta pela mudança do quadro sanitário brasileiro.

A escolha do caminho educativo torna-se, assim, o grande princípio filosófico do PES e que deve ser preservado qualquer que seja a modalidade assumida pelo Programa. E o conceito de educação, aqui, pressupõe o desenvolvimento da capacidade de crítica e reflexão sobre os mecanismos mais gerais implicados na problemática de saúde, entre os quais a própria engrenagem do sistema médico formal acima mencionado.

É nesse conceito ativo de educação que está contida a idéia da organização comunitária, o segundo princípio básico do PES. A discussão conceitual envolvendo termos como educação, ação, desenvolvimento e organização comunitárias é longa e antiga, e este não é, evidentemente, seu campo ideal de desenvolvimento. Queremos nos concentrar, aqui, na idéia da organização que, no nosso entender, representa a meta final do processo de educação de adultos sob o prisma da promoção do homem. Dentro de um programa educativo centrado na saúde, a organização da comunidade naturalmente reflete, com prioridade, essa orientação, uma vez que o grupo encaminha o seu processo de discussão — reflexão — conscientização progressiva na direção da área de saúde. Entretanto, como a problemática sanitária é parte inseparável de um contexto social bem mais abrangente, uma comunidade efetivamente organizada só poderá abordá-la dentro dessa visão de globalidade. Por isso frequentemente as ações — entendidas como possibilidades consequentes do atingimento por uma comunidade ou grupo do estágio organizado — extrapolam a área de saúde, o que, mais que aceito, deve ser incentivado.

Tal fato não reduz a importância que tem um programa específico de saúde dentro da atual realidade brasileira. A situação de carência generalizada da população do país apenas se mostra mais evidente quando manifesta através dos inúmeros problemas da área sanitária. Contudo, apesar da dimensão dos problemas de saúde no Brasil, a estrutura de atenção para essa área apresenta inúmeras falhas, caracterizando-se pela descoordenação e paralelismo de ações. Introduzindo-se no setor o MOBRAL, por meio do PES, precisa necessariamente adotar uma postura de integração, unindo esforços visando à economia e racionalidade na prestação de serviços em saúde. Constitui-se essa vinculação estreita e sistemática com os organismos da área de saúde e afins, portanto, no terceiro princípio básico do PES. Certamente que sua operacionalização não se constitui em tarefa das mais simples, considerando-se a tradição de individualismo, descoordenação e irracionalidade que tem caracterizado o trabalho de prestação de serviços em saúde no Brasil. Por isso mesmo é que, a par dos benefícios mais evidentes que a integração pode trazer, a busca de um trabalho conjugado na área de saúde ganha importância maior pois representa mais uma tentativa que faz o MOBRAL de encontrar um ponto ótimo de ação conjunta.

Este terceiro princípio não vinha recebendo a ênfase devida, uma vez que o Programa de Educação Comunitária para a Saúde desenvolvia-se até então dentro da perspectiva educativa convencional, sem considerar a essência e especificidade do PES. Afinal, se existe algo que identifica e define o PES é o envolvimento na área de saúde, num trabalho eminentemente educativo, sim, mas que não se pode furtar a uma ação mais concreta e objetiva num setor tão carenciado.

Assim, no momento em que o PES busca suas próprias definições, o princípio da vinculação estreita com o setor saúde deve merecer especial destaque e sua operacionalização uma dose maior de ousadia, de forma a poder constituir-se no elemento mais evidente e incontestável de identificação do PES.

2. EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA DO PES

2.1 O PES e o PIASS em Pernambuco

MEMO Nº 120 Em 07/03/80

Ao SUSUG

Do CECUT

MOBRAL SUSUG INDEXADO N.º 0076 Doc. 13

Senhor Chefe,

Encaminhamos, em anexo, relato da experiência do Encontro Estadual do MOBRAL Cultural de Santa Catarina - EMOBRESC - para compor o "Kit nº 2" - ação comunitária, do Projeto de Capacitação de Supervisores, em atendimento à solicitação desse subsistema.

Atenciosamente,

Maria Luiza Gonçalves Cavalcanti
Superintendente do CECUT

Anexo: módulo do EMOBRESC - uma experiência de ação comunitária

■ CECUT/NUAST/AMC/gcfr.

Ministério da Educação e Cultura - MEC
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL
Centro Cultural - CECUT

ENCONTRO ESTADUAL DO MOBRAL CULTURAL DE SANTA CATARINA

- EMOBRESC -

- uma experiência de ação comunitária

Rio de Janeiro, 1980

MÓDULO DO ENCONTRO ESTADUAL DO MOBRAL CULTURAL DE SANTA CATARINA

- EMOBRESC -

I - Introdução

Em 1975, surge, em Santa Catarina, graças à iniciativa da COMUN de Criciúma e ao apoio da Coordenação Estadual, o primeiro Encontro Estadual do MOBRAL Cultural - o EMOBRESC.

Tendo como principais objetivos a descoberta de novos valores artístico-culturais, a sua promoção, o intercâmbio de experiências culturais entre os diversos municípios catarinenses participantes, parece-nos constituir um exemplo bastante pertinente de um trabalho de cunho comunitário.

O EMOBRESC é, hoje, acontecimento dos mais importantes no Estado de Santa Catarina, atraindo visitantes de outros estados à procura da arte e cultura catarinense. Reveste-se da característica MOBRAL de ação comunitária. Praticamente, todo o município sede do Encontro mobiliza-se para a grande festa.

São três dias repletos de acontecimentos culturais. De manhã até a madrugada do dia seguinte, está acontecendo em algum ponto da cidade um evento de interesse cultural. Na parte social, são feitas solenidades cívicas sob a presidência do Prefeito local; paradas colegiais; bailes comemorativos.

De 1975 até hoje, já se realizaram cinco EMOBRESC, a saber:

1 - em Criciúma, reunindo 36 municípios;

2 - em Ituporanga, com a participação de 56 municípios;

3 - em Maravilha, com, aproximadamente, 110 municípios participantes e com mais de 1.300 pessoas presentes.

4 - em Campos Novos, com 140 municípios, com um público presente de cerca de 3.000 pessoas; e

5 - em Xanxerê, com 109 municípios e contando com 3.500 pessoas.

O município interessado em sediar o Encontro deverá apresentar as seguintes características:

a - Posto Cultural;

b - Comissão Municipal do MOBRAL atuante;

c - existência de locais adequados à realização das atividades;

d - condições de alojamento para mais de 3.000 pessoas; e

e - receptividade aos programas do MOBRAL.

II - Da fase preparatória

II.1 - No município sede do Encontro:

Por ocasião do encerramento do EMOBRESC, é anunciado o município que sediará o próximo Encontro. A escolha é feita pela Coordenação Estadual em comum acordo com o SUSUG, levando-se em conta as características, já mencionadas, para o município sede.

Após a escolha do município que deverá sediar o próximo EMOBRESC, iniciam-se neste município, diversas reuniões com vistas à organização do evento. Assim:

- Reunião: COMUN, Prefeito, SA.
  — Definição das entidades e demais lideranças que serão envolvidas na organização do Encontro.
- Reunião: COMUN, SA, Prefeitura, Entidades e COEST.
  — Explanação pela COEST do objetivo e desenvolvimento das atividades que serão realizadas durante o EMOBRESC.
- Reunião: COMUN, SA, Prefeitura, ou seja,Comissão Organizadora.
  — Formação de Equipes, planejamento e distribuição de tarefas, conforme discriminado no quadro abaixo:

COMISSÕES	TAREFAS
DIVULGAÇÃO	— Contatos com: . Imprensa falada e escrita . Indústria e Comércio, para angariar recursos - Confecção de cartazes, faixas, adesivos e demais materiais de divulgação.
HOSPEDAGEM	— Contatos com: . Hotéis, pensões, colégios, ginásios de esporte e casas particulares para alojamento dos municípios inscritos. Conseguir junto aos mesmos redução no preço das diárias visando diminuir o custo para os particulares. Providenciar reservas para os dias do Encontro.
ALIMENTAÇÃO	- Contatos com restaurantes, churrascarias, lanchonetes. - Seleção dos locais que serão indicados para os visitantes fazerem suas refeições. - Obtenção de preços mais acessíveis.

COMISSÕES	TAREFAS
RECEPÇÃO	- Distribuição de Roteiros. - Indicação dos locais de alojamento. - Entrega às Equipes do crachá de identificação. - Acompanhamento dos visitantes/autoridades aos locais das competições. - Outras informações que se fizerem necessárias.
ORNAMENTAÇÃO	- Decoração dos locais de apresentação. - Distribuição das faixas, cartazes, etc., juntamente com a Equipe de divulgação.
"QUEBRA-GALHO" OU PLANTÃO	- Para quaisquer problemas que venham a surugir durante a realização do Encontro.

Durante o período de organização do Encontro, realizam-se reuniões periódicas da Comissão Organizadora com as Equipes para prestação de contas de como estão sendo realizadas as atividades, novas sugestões, e dirimir dúvidas.

II.2 - Nos demais municípios participantes:

Nesses municípios, de modo especial o ECULT, através do Posto Cultural, organizam-se visando a sua participação no EMOBRESC. Assim, são empreendidas uma série de promoções visando a arrecadar fundos para custear a sua participação, a saber: compra de vestuário para os participantes, deslocamento e manutenção durante a realização do Encontro.

Entre essas promoções, podemos mencionar:

- cobrança de pedágios nas cidades ou mesmo em rodovias. Na ocasião, distribuem-se flâmulas, cartões postais e outras lembranças da COMUN, Posto Cultural ou de entidades colaboradoras, tudo contribuindo para a divulgação do evento;
- venda de adesivos, artesanatos, lembranças pelas pessoas da COMUN, Posto Cultural, entidades e grupos de apoio ligados à área cultural;
- realização de feiras, exposições de artesanato, festivais, jornadas esportivas, gincanas, bailes, torneios, chás beneficentes, almoços e jantares;
- eleição da "Boneca viva" ou "Rainha das Bonecas", aonde é escolhida a criança que consegue arrecadar o maior número de votos;
- "Rainha dos Estudantes", com várias atividades culturais; e
- festivais de folclore, rodas de samba, festival da canção, show de valores, festas caipiras.

Para que isso ocorra, Comissões Municipais são reestruturadas e grupos de apoio são formados. A mobilização é constante durante todo o ano, intensificando-se quando da proximidade da realização do Encontro.

"Mini-EMOBRESC" são organizados, objetivando a descoberta de novos talentos, nos municípios, num 1º momento, e, posteriormente, a nível de área de Supervisão.

III - Da realização do Encontro

A Comissão organizadora do Encontro, juntamente com a coordenação Estadual, na pessoa do Agente Cultural, elaboram a programação. Isso, entretanto, só acontece após o recebimento de todas as fichas de inscrição por modalidade, em geral, há um mês da realização do evento. Essas fichas são distribuídas aos municípios pelo Supervisor de Área do município-sede do EMOBRESC.

Toda a comunidade do município-sede é envolvida. O comércio e os estabelecimentos de ensino fecham durante os dias do Encontro. Faixas saúdam os visitantes. Ruas são enfeitadas, e a cidade se modifica.

Todos participam.

São improvisados alojamentos em estabelecimentos de ensino, ginásios de esporte, casas particulares. As delegações, muitas vezes, trazem suas barracas e tratam de preparar suas refeições.

Além disso, é elaborado um cardápio único, na cidade, para que todos sejam atendidos da mesma forma. Tudo dentro de um perfeito espírito comunitário.

As apresentações se enquadram nasseguintes modalidades: banda, fanfarra, ballet, canto individual, canto coletivo, coral, dança folclórica, dança rítmica, declamação, execução instrumental coletiva, execução instrumental individual, humorismo, mágica, mímica, oratória, poesia, trova, teatro.

Os prêmios, distribuídos aos melhores dentro de cada modalidade, são cedidos pela prefeitura Municipal do município-sede do Encontro, entidades, secretarias do Estado e pessoas da comunidade que querem colaborar.

Há grande integração entre os municípios. O Encontro acontece nas ruas, também, fora dos horários oficiais das apresentações. É uma festa contínua.

Quando do retorno das delegações aos seus municípios de origem, são organizadas festas para entrega dos troféus e medalhas às municipalidades. A partir desse momento, já se começa a pensar no próximo Encontro. Já se discutem as promoções a serem levadas a cabo visando à participação no outro evento.

É preciso não esquecer a avaliação que se efetua após a realização de cada Encontro, da maneira que se segue:

a - feita pela Comissão Organizadora, através de relatório que é encaminhado à COEST; e

b - avaliação feita pelos Supervisores de Área e COEST, na primeira reunião de Supervisores que se realizar na COEST após o EMOBRESC.

O objetivo destas avaliações é debater os pontos positivos ocorridos durante o Encontro e novas sugestões para a realização dos próximos.

IV - Dos resultados alcançados

O EMOBRESC tem contribuído para o surgimento de novos valores no campo artístico-cultural. Criam-se grupos de teatro, grupos folclóricos e bandas de música. Organizam-se clubes de mães, clubes de jovens, grupos de escoteiros.

Disseminam-se os Encontros Culturais Regionais, os festivais. As atividades culturais passam a ser mais valorizadas pelos Prefeitos e pelas entidades no Estado.

Registra-se uma maior integração entre entidades e MOBRAL. Há um clima de maior abertura para com os programas do MOBRAL, existindo maior aceitação por parte da comunidade em geral.

Alunos e ex-alunos do MOBRAL de diferentes áreas do Estado encontram, no EMOBRESC, uma possibilidade de maior integração. As Comissões Municipais entrosam-se.

Tem, assim, o referido evento estimulado o espírito do associativismo a medida que tem levado à identificação de lideranças e à formação de grupos e comissões organizadoras.

Além disso, observando-se a sistemática da preparação do evento, percebe-se, também, que se vem desenvolvendo o hábito de planejar atividades dessa natureza. Etapas são estipuladas, tarefas são determinadas e distribuídas, prazos são cumpridos.

Finalmente, ter-se-ía que assinalar o espírito positivo de competição que caracteriza os participantes. A meta é vencer mais o importante não é apenas vencer. A mera possibilidade de se apresentar em público já recompensa muitas vezes todos aqueles que o podem fazer nessa oportunidade. É, de fato, a descoberta de valores artístico-culturais. É a valorização do homem total.

V - Pontos para reflexão dos supervisores de área

1 - Tem voce envolvido, de fato, lideranças formais e informais, entidades, quando da realização de encontros culturais, festivais, etc.?

2 - Sua presença é indispensável para que haja continuidade nos trabalhos iniciados?

3 - Tem voce procurado organizar comissões que venham a assumir a preparação e o desenrolar de eventos e/ou promoções culturais?

4 - Os eventos e/ou promoções culturais, que foram organizados por você, contribuiram para a valorização do homem, da cultura local e incentivo à ação comunitária? Em caso positivo, até que ponto?

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086

Depoimento de Ma. de Lourdes Guerra (Coordenadora do MOBRAL no RN) sobre o PRODAC na Serra João do Vale

O trabalho da Serra do João do Vale, representa um verdadeiro testemunho daquilo que as pessoas que trabalham no MOBRAL são capazes de fazer, e também do que uma comunidade é capaz, já que, muitas vezes, nós temos ouvido pessoas dizerem que é difícil fazer trabalho comunitário. Aqui, no Rio Grande do Norte, nós não sentimos essa grande dificuldade de trabalho comunitário. As nossas comunidades são muito receptivas e o trabalho da Serra do João do Vale é exatamente o testemunho daquilo que a comunidade é capaz de fazer.

O trabalho da Serra do João do Vale é fruto do projeto diagnóstico municipal. Nós fizemos o diagnóstico no Município de Augusto Severo e fomos informados por algumas pessoas que existiam aqui, na Serra do João do Vale, algumas famílias.

O grupo de diagnóstico subiu até aqui com muito sacrifício e daqui o pessoal visitou trezentas e quinze famílias e nos levaram os dados.

Num primeiro momento o grupo da coordenação ficou muito apavorado se tivesse que continuar fazendo trabalhos desse tipo. Depois de analisados os dados, nós fizemos uma nova reunião na coordenação e perguntamos para o grupo: "Bom, se a realidade constatada é essa, vamos cruzar os braços? E os objetivos do MOBRAL?" Não era possível deixar uma realidade constatada, um diagnóstico feito sem dar resposta a nada. Então, foi formado um grupo na coordenação por oito pessoas voluntárias que se dispuseram a vir à Serra novamente reunir essas pessoas e se discutir os problemas constatados no

diagnóstico e a partir daí realizar alguma ação.

Nós vimos que apenas apelar para a comunidade era ainda muito pouco. Alguns problemas mereciam uma resposta imediata. Foi quando então conversamos com o governador Tarcísio Maia sobre a situação da Serra, pedimos para ele vir aqui o que prontamente ele nos atendeu, e algumas providências já estão sendo tomadas para aqueles problemas mais graves. Os problemas da infra-estrutura.

Mas nós também não podemos esperar apenas pela ação do governo. É preciso apelar para outras entidades, apelar para outros grupos; e isso nós estamos conseguindo aos poucos. O governador tomou uma providência imediata que é a construção da estrada e nós ficamos surpresos quando o grupo do DER subiu para fazer a demarcação da estrada.

O grupo da Serra participou sem nenhuma orientação nossa, sem nenhum incentivo nosso. Foi nesse primeiro momento que nós sentimos que a comunidade realmente tinha condições de se engajar num trabalho, num movimento deles mesmos. Algumas outras tarefas que dependem da comunidade, também estão sendo incentivadas e acionadas. A construção do cemitério, por exemplo, pode ser citado um trabalho da comunidade que aos poucos, através de campanhas envolvendo crianças, os jovens e os adultos na obtenção desse material para a construção do cemitério está realmente sendo concretizado um sonho da população. Por outro lado foi feito também formado o conselho comunitário. Para que esse conselho pudesse aos poucos ir assumindo o seu papel conseguindo também alguma ajuda financeira que será dada posteriormente pelo governo e o conselho está funcionando normalmente com reuniões mensais assessoradas pelo nosso grupo da coordenação que quinzenalmente vem à Serra supervisionar o trabalho.

Num outro momento nós sentimos necessidade de sair da Serra com um grupo representante para que pudéssemos ficar mais tempo com eles estudando a verdadeira função do conselho comunitário. Levamos até Natal, eles ficaram três dias conosco discutindo o conselho, estatuto do conselho e elaborando algum plano de ação para que esse conselho pudesse desenvolver. Foi então quando verificamos que é importante para um conselheiro saber ler e escrever.

E a partir daí foi planejada e realizada uma experiência de alfabetização a curto prazo.

Um grupo de cento e seis alunos dos quais setenta e dois se alfabetizaram, vemos que é possível alguém se alfabetizar a curto prazo. Aqui na Serra nós conseguimos, em quinze dias, 60 horas.

Depois nós verificamos que alguma coisa mais seria necessário: uma campanha de fossas uma vez que durante o diagnóstico foi comprovado que em nenhuma casa existia fossa.

Além de outros hábitos que estamos observando também estão sendo notados, a partir de agora por exemplo, o banho, o asseio com o corpo, com a casa, com a roupa, com a comida, com o tratamento dos alimentos. São mudanças já comprovadas.

Estamos aqui na Serra do João do Vale, agora com um grupo de dezoito pessoas integrantes de uma jornada odontomédica que o grupo voluntariamente se prontificou vir conosco à Serra fazer também um diagnóstico da realidade na área específica da odontologia. Nós estamos contando com o apoio de dois professores universitários, dos quais um é professor de mestrado, aqui na Serra está sendo

realizada uma pesquisa que servirá para o grupo do mestrado, bem como um atendimento dentário pelos alunos, com supervisão dos dois professores. Nós sentimos que a comunidade da Serra João do Vale é uma comunidade do futuro.

A população é bastante jovem, uma população muito importante, e que promete ser realmente uma comunidade que possa mostrar um exemplo ao Estado inteiro e para o MOBRAL. O que ele deve realmente fazer, ao meu ver, o sistema de educação permanente deverá ser implementado com toda garra, com todo o amor porque é ele realmente que vai desencadear um processo educativo que nós desejamos.

O MOBRAL pode e deve fazer, e é possível fazer porque as comunidades são muito receptivas muito carentes, estão a espera de alguém que venha sem promessas políticas, sem interesse em promoção pessoal, realizar um trabalho em conjunto com as comunidades.

/emtd.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
doc. 15

Depoimentos de pessoas das comunidades

Município de Água Doce - SC

"Para minha mãe eu vivo dizendo: mãe, sinta o seu problema, deixe o do outro. A senhora também tem problemas. Mas não é uma coisa de minha mãe, é de todos aqui. Um sente e vive o problema do outro" (um morador de Água Doce).

"Ninguém pode ser feliz, rodeado de pessoas infelizes" (Sr. Alvino Raittz, assessor do Prefeito).

"O MOBRAL devia ter começado em 1970 com esse programa de Ação Comunitária e não diretamente com a alfabetização, pois com isso que estamos fazendo agora são as próprias pessoas que se interessam em ser alfabetizadas que procuram a gente. Quando for reimplantado o Programa de alfabetização, estarão muito mais interessadas e conscientes" (Luiz Bedin).

"Eu acredito que os que não estão no grupo ainda vão entrar, porque estão pegando mais idéia, vão enxergando como os outros fazem e eu já estou notando que eles vão entrar" (Da. Angelina, da Serraria Tortato).

"Cada qual era para si, depois o pessoal foi-se unindo, e aqui foi ficando cada vez melhor" (uma moradora da Vila Operário).

Município de Dourado - SP

"Eu não quero ficar muito tempo na Coordenação do Grupo. Acho que as coisas devem se renovar e acredito que outras pessoas na cidade têm condições e devem ocupar o meu lugar. Já são dois anos que estou nisso e posso dizer que me sinto bem recompensado pelos resultados obtidos. Veja só o exemplo do Jardim Paulista. Antes era um lugar feio, sem nada, sem condições de uma vida decente. Agora, depois que as pessoas se juntaram, se organizaram e fizeram um trabalho com dedicação, veja só a mudança que foi. As pessoas se sentem mais felizes por morarem num lugar melhor. E o responsável por toda essa melhoria não foi fulano, nem sicrano: foi o Grupo, foram todos aqueles que resolveram trabalhar para conseguir dias melhores. E graças a Deus estamos conseguindo". (Seu Rodney - Coordenador do GAC).

Serra João do Vale - RN

Eu estou achando muito importante. Vai dar certo. A gente só via chefe político que vinha aqui atrás de voto da gente, ajeitava e, no fim, se muito fazia era conversar. A gente votava todo mundo com ele, aí, vai lá, acabou-se. Aí aparecia outro. Aí nós vamos pra esse novo... Desse jeito, assim, enganados toda vida. A gente tinha muita vontade de falar, como eu já falei, mas aqui, tudo cercado, "será que dá certo?" Outros faziam medo. A gente tinha vontade de fazer aquela turma, né, e enfrentar para ver que bicho dava. Até eu mesmo já tava juntando uns. Foi no tempo que chegou o MOBRAL e tomou conta (Sr. Antonio Hilário, um morador)..

Coisa que nós nunca vimos, vamos ver, o governador baixar aí hoje. Vou dizer pra ele que nós estamos precisando de uma estrada,

estamos precisando de um cemitério, estamos precisando de um poço, coisas assim, que nada disso nós temos aqui. Quando adoece uma pessoa é a maior dificuldade. Não tem uma farmácia, não tem nada. Aí, com bem cinco léguas, vai-se andar pra Jucurutu, para Augusto Severo, praquele mundo. Às vezes quando chega lá já tem morrido. (Sr. João Bento, no dia da visita do governador).

Município de Itabaiana - SE

"Quando o pessoal do grupo do PRODAC me chamou para ajudar eu pensei duas vezes. Tinha medo de começar e acabar largando o que tinha que fazer. Mas na verdade quando comecei participando da campanha de óculos, foi muito bom. Nós pegávamos óculos usados, que eram doados pela comunidade, e esses óculos iam para quem não tinha condições de comprar. Muita gente colaborou. O certo é que isso não pode ser feito sem o médico para orientar. Depois desse trabalho, eu passei a acreditar mais nas pessoas, pois eu achava que ninguém iria colaborar. Eu estava errado, e o grupo do PRODAC fez mudar minha maneira de pensar. Se me chamarem para outras, eu ajudo. E se não me chamarem, eu vou lá e me ofereço". (Manoel Gomes - morador).

"As coisas muitas vezes parecem muito difíceis, mas quando se tem um ideal e se leva a frente o trabalho, a coisa vai. E conosco a coisa é assim: Acho que o PRODAC pode fazer muita coisa por Itabaiana, e por nós mesmos". (José Ênio - membro do GAC).

Chã de Jaqueira - Maceió

"Com esse trabalho comunitário a gente não ganha o peixe, mas aprende a pescar." (Seu Manoel, dirigente sindical, morador do bairro).

"Olha, o MOBRAL ajudou muito, está sempre presente orientando, discutindo, inventando novidades boas para o nosso povo. Muita coisa de bom nós fizemos com a entrada do MOBRAL aqui. Também discutimos muito e vimos que não adianta a gente tentar resolver os problemas sem união e participação, conhecendo bem os problemas da nossa própria vida." (Seu Wilson, morador do bairro).

Ouricuri - Maceió

"O MOBRAL lá no Ouricuri foi como se fosse uma tábua de salvação. Deu orientação para todos". (Dadau - morador do bairro).

"Depois do PRODAC-ACISO as pessoas se animaram". (Rita - moradora do bairro).

TERRA NOVA - MT/N

O pedido que eu faço
É em nome da população
Que a Agrovila Nonoai
Só precisa de união
Aumentando a sociedade
Pois somos todos irmãos

O povo está me pedindo
Pra eu fazer uma canção
Agradecer a turma do MOBRAL
Que está neste sertão
No meio destes colonos
Formando uma Associação.

Depois da vinda do MOBRAL
Nonoai é um paraíso
Vou finalizar cantando
Só em verso de improviso
Osvaldir Pires dos Santos
Com meu nome finalizo.

(Osvaldir Pires dos Santos - morador de Terra Nova).

/emtd.

Kit nº 7

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0056
doc 16

EXPOSIÇÃO DO PROGRAMA TECNOLOGIA DA ESCASSEZ EM SALVADOR

Os objetos para a exposição foram feitos em Salvador com a ajuda do exército, que cedeu a oficina de um dos seus Fortes e mais uma turma de uns 8 recrutas sob a chefia de um capitão.

O que se espera de uma turma de recrutas que trabalha sob as ordens de um capitão e orientados todo o tempo por um rapaz e uma moça, é que o trabalho fosse feito em um nível mínimo, que não permitisse reclamações ao capitão, por parte dos civis e uma consequente punição.

O que aconteceu, entretanto, foi que os rapazes se envolveram com o trabalho de um modo bastante entusiástico. Eles fizeram muito mais do que o que lhes foi designado. Estava nos planos da exposição uma vassoura que serviria com exemplo de aproveitamento de câmara de ar usada, ou seja, o material utilizado para amarrar um feixe de galhos secos ao cabo, seria uma tira de câmara de ar. O cabo da vassoura seria um bambu, mas os galhos não foram encontrados conforme o desejado. Consultados os recrutas, eles tiveram uma idéia e quiseram experimentar. Subiram num morro onde apanharam algumas folhas de coqueiro. As nervuras retiradas das folhas foram utilizadas, dando como resultado uma excelente vassoura.

Outro fato que comprova o interesse e a criatividade dos rapazes foi o seguinte: resolveu-se fazer uma casinha com um fogãozinho, com o objetivo de ilustrar as instalações para uso do gás metano. O fogãozinho seria comprado em uma loja de brinquedos mas, como estava demorando muito, eles fizeram o fogãozinho.

Anteriormente, sem nem mesmo conhecerem o Programa Tecnologia da Escassez, os soldados e oficiais já tinham prontos alguns objetos tais como: abajures de lata e pedaços de vergalhão, churrasqueira feita a partir de uma roda de jipe, uma antena de televisão feita de lâmpadas fluorescentes queimadas e outros.

No dia da montagem da exposição, o público se sentiu atraído pelos aparentemente estranhos objetos. Houve um grande número de colegiais que faziam perguntas a respeito do forno solar, da máquina de lavar roupas. Um engenheiro que admirava a máquina de lavar era puxado pelo braço, pela mulher que queria ver o escamador de peixes, feito

de tampinhas de garrafas. Nos outros dias, um senhor ao ver esta mesma máquina de lavar, queria comprá-la de qualquer jeito e só desistiu quando um dos responsáveis pela exposição explicou detalhadamente como fazê-la. Dois rapazes discutiam muito sobre a capacidade de iluminação da lanterna de vela.

A antena de televisão, já construída no Rio, chamou a atenção do ex-Diretor do Departamento de Física da USP, que não conhecia a razão do funcionamento da antena. Posteriormente, um técnico de TV, que conhecia esse tipo de antena, deu a sua explicação, dizendo que a substância de cor branca que existe na parte interna do vidro das lâmpadas é receptora de ondas de TV e também de FM.

O TRABALHO DA TECNOLOGIA DA ESCASSEZ EM SANTA MARIA DA VITÓRIA - BAHIA

A região rural de Santa Maria da Vitória apresenta um índice de 98% da sua população contaminada por esquistossomose. O PES vem fazendo um trabalho nessa região no sentido de colocar nas mãos da população a capacidade de combater preventivamente a doença, principalmente através de melhorias sanitárias. Houve uma proposta de trabalho conjunto com o Tecnologia da Escassez, já que este poderia contribuir no sentido de fornecer soluções rápidas eficientes e baratas através de suas técnicas, juntamente com as técnicas e conhecimentos populares da própria comunidade. Estas técnicas são, entre outras, coleta, condução, armazenamento e tratamento de água. A colocação do Programa teve grande aceitação, desde a supervisora de área até os próprios membros da comunidade. A população ficou muito motivada pelo fato de poder contar com soluções concretas e imediatas, ao seu alcance.

Foi colocada, junto ao prefeito da cidade, a necessidade de bio-digestores de gás metano. Além do gás próprio para cocção e iluminação, poderiam ser construidas fossas sanitárias ligadas aos bio-digestores que resolveriam o problema de contaminação. Por último, a matéria orgânica utilizada para obtenção do gás (fezes, restos de colheita, esterco de gado), pode, posteriormente, ser usada como adubo, o qual não tem cheiro e não é passível de transmitir doenças. O prefeito concordou com a idéia e se propõe a ajudar no que for possível. O trabalho já está em andamento e espera-se dentro em breve, resultados bastante satisfatórios.

MOBRAL
SUSUB
INDEXADO
N.º 0086
doc 17

Certamente, o MOBRAL reune uma experiência ímpar na área de ação comunitária. Não só pela sua abrangência - todos os municípios brasileiros, como também pela qualidade do trabalho educativo realizado.

Neste trabalho, os agentes educadores do MOBRAL - dentre os quais os Supervisores Estaduais e Supervisores de Área ocupam lugar particular, são, em síntese, os grandes responsáveis pelo sucesso alcançado.

O texto que se segue pretende discutir alguns conceitos básicos de ação comunitária, tendo sempre como referência última esta experiência.

A leitura e discussão do texto por pessoas que, no seu dia a dia, pensam e atuam na área de ação comunitária será enriquecedora.

Nossa expectativa, está em termos trazidos até você uma colaboração, um instrumento de sistematização e uma oportunidade de maior aprofundamento do trabalho realizado.

I) A PRÁTICA EDUCATIVA NA AÇÃO COMUNITÁRIA/SEU PAPEL SOCIAL

A ação comunitária tem como finalidade desencadear um processo educativo, possibilitando à população envolvida encontrar formas de expressar e ampliar sua participação social.

Esse é um processo de aprendizagem envolvendo agentes e clientelas determinadas, que buscam desenvolver conhecimentos, atitudes e valores sobre a realidade social, procurando contribuir para a melhoria de suas condições sociais de vida.

II) RELAÇÃO AGENTE E CLIENTELA

A ação comunitária adquire um caráter educativo na medida em que dá ao homem a possibilidade de expressar seus problemas e interesses levando-o a um conhecimento maior da realidade em que vive e do seu potencial de ação.

Neste processo é importante que o agente leve em consideração as experiências de vida da clientela, seus conhecimentos, atitudes e valores pois é, através da troca do saber entre ambos que o trabalho se desenvolve de forma educativa. À medida em que os indivíduos têm condições de expressar o que sentem e pensam sobre a realidade que vivem, sua participação se dá de forma mais efetiva no processo de mudanças sociais. Por outro lado, se um agente não respeita as experiências de vida da clientela, impondo de certa forma seus conhecimentos, atitudes e valores por julgá-los mais adequados, estará inibindo a participação dessa clientela.

Os grupos sociais possuem seus próprios agentes educativos. Temos, porém, que considerar que o agente educativo do MOBRAL é um elemento externo à esses grupos e assim será encarado por eles.

Não compete, ao agente encaminhar e realizar as atividades que possibilitarão a modificação das condições sociais da clientela. Sua intervenção se fará através da troca de conhecimentos e experiências contribuindo para que a clientela consciente da necessidade de sua atuação, elabore e encaminhe a solução de seus problemas. Desta forma o agente estará incentivando a auto-determinação dos grupos.

O processo educativo é, antes de tudo, uma troca de conhecimentos e experiências entre agente e clientela. Suas realidades de vida são diferentes, portanto seus conhecimentos, valores e atitudes também serão diferentes. Esta relação de troca entre agente e clientela visa romper com a dependência dos grupos para com o agente e favorecer sua autonomia.

Este processo de troca possibilitará à clientela maior conscientização do seu potencial de ação para melhoria das suas condições de vida. Por outro lado, contribui para que o agente vivencie na prática, o seu conhecimento teórico e enriqueça a sua bagagem de experiências.

III - A QUESTÃO DA CLIENTELA

Trabalhar com comunidades é trabalhar educativamente com grupos sociais que carecem de maior participação social. Neste sentido, também aqui o referencial na conceituação é o pedagógico. Se o processo educativo desenvolvido na ação comunitária visa a

participação social, entendida como atuação e decisão dos grupos sociais na transformação de suas condições sociais de vida, estes devem ser definidos inicialmente desta perspectiva: ou seja, quanto à sua participação efetiva no processo de desenvolvimento de uma sociedade.

Os conteúdos desta participação - isto é, as questões que devem ser trabalhadas concretamente para que ela ocorra, têm a ver com a posição social que estes grupos ocupam seja do ponto de vista de suas possibilidades de usufruto da riqueza produzida pela sociedade, seja do ponto de vista da ocupação profissional.

Estes dois elementos são "cara e coroa" da mesma moeda. São conteúdos complementares de um processo educativo voltado para a participação social.

Se um deles nos permite trabalhar a participação social tendo como interesses dos grupos questões geradas pelas condições de vida em um determinado bairro, numa favela, num distrito ou outros "espaços comunitários" semelhantes, o outro nos permite trabalhar a participação social a partir de interesses comuns de grupos ocupados numa mesma atividade profissional: pescadores, lavadeiras, biscateiros e outros.

Como exemplo desta situação, observamos que numa experiência de ação comunitária realizada em localidade composta principalmente de lavadeiras e biscateiros, os problemas comuns aos moradores eram o acúmulo de lixo nas ruas e a falta de saneamento. Paralelamente a isto, as lavadeiras enfrentavam também dificuldades específicas a sua profissão, pois o local que utilizavam para trabalhar estava em precárias condições. Interessados em resolver seus problemas, criaram uma comissão dos moradores para

tratar das questões comuns a todos e uma comissão das lavadeiras para discutir e encaminhar seus problemas relativos à profissão.

Os grupos sociais apresentam diferentes formas de associação e organização, estejam elas constituídas ou ainda embrionárias. Por exemplo: a associação dos moradores de um bairro é uma forma de organização; por outro lado, os moradores de uma favela, apesar de não terem uma organização constituída, apresentam algumas lideranças que poderão formar uma associação para tratar de seus problemas. Num trabalho educativo essa forma de organização e associação deve ser respeitada. Isto porque os grupos já organizados na população têm maiores possibilidades de expressarem suas necessidades e interesses, bem como de agirem visando melhorar as suas condições sociais de vida.

IV - CONHECIMENTO DA REALIDADE DE VIDA DA CLIENTELA

Um trabalho de ação comunitária com caráter educativo requer, fundamentalmente, a participação dos grupos sociais e do agente (interno ou externo) no conhecimento e compreensão da realidade sócio-econômica desses grupos, bem como da sua relação com o contexto social global do estado, da região e do país, identificando o que gera essas condições.

A realidade de vida da clientela determina seus problemas e interesses, seu relacionamento com os outros grupos sociais, seus costumes e valores. Por outro lado, essa realidade de vida é determinada pelo contexto social global.

Este diagnóstico da realidade é o resultado da troca de conhecimentos e experiências entre agente e clientela. É um

processo no qual os indivíduos e grupos envolvidos vão compreendendo porque sentem determinadas necessidades e problemas e quais as possibilidades de atuação para solucioná-los. Esta compreensão dinâmica da realidade contribuirá para resolver na clientela a consciência crítica e a participação social.

Por exemplo: no processo de implantação de um programa de ação comunitária numa localidade composta de operários, biscateiros e empregadas domésticas realizaram-se algumas reuniões onde o problema detectado foi a falta de infra-estrutura básica. Os moradores não compreendiam porque, apesar de pagarem imposto, não dispunham de água e esgoto. Para entender a situação, procuraram saber o que estava acontecendo. Foram, então, informados que essa localidade não dispunha de infra-estrutura básica porque não era uma área legalizada e que a Prefeitura só poderia providenciar a rede de água e esgoto após seu reconhecimento legal. A partir daí, conscientes do que acontecia, começaram a se organizar através de uma Associação de moradores procurando solucionar o problema.

V - AS ATIVIDADES EDUCATIVAS

Para que se dinamize e se enriqueça a troca de conhecimentos entre agente e clientela são necessárias oportunidades de exercício prático das decisões. As atividades apresentam-se como a base material para este exercício, ou seja, para a realização da ação educativa.

Num trabalho de ação comunitária as atividades devem:

- corresponder às necessidades atuais dos grupos sociais e às suas possibilidades de atuação para a resolução dos problemas

existentes. É importante que essas atividades possam criar condições para que os grupos sociais conheçam cada vez mais sua realidade, reflitam sobre ela e desenvolvam um saber que levará a uma maior participação social;

- possibilidade o atingimento dos objetivos propostos num trabalho educativo, ou seja, permitir que os grupos sociais se conscientizem de sua realidade e atuem objetivamente para a modificação de suas condições de vida.

- ser planejadas, executadas e avaliadas pelo próprio grupo. É importante que ele participe de todo o processo educativo, refletindo sobre sua realidade, decidindo o que fazer, pondo em prática sua decisão e avaliando os resultados alcançados. Isto contribuirá para que o grupo adquira autonomia e caminhe sozinho. As atividades para terem caráter educativo, não podem ser escolhidas de antemão pelo agente. Ela é resultado da reflexão do grupo sobre sua realidade.

VI - RECURSOS INSTITUCIONAIS

Ao ser implantado um trabalho comunitário deve-se procurar envolver na ação não só a Prefeitura, como também as entidades que atuem na área. Isto porque para se desenvolver tal trabalho é preciso contar-se com recursos humanos, financeiros e materiais, de modo que ao se configurarem esforços, sejam alcançados os objetivos propostos.

A canalização de recursos, quer do MOBRAL, quer de outras entidades, visa dinamizar à ação desenvolvida pelos grupos. O envolvimento das diversas instituições deve ser norteado pela nossa proposta, isto é, deve-se assegurar o respeito aos grupos, considerando suas reais

necessidades, seus interesses, suas possibilidades de atuação para resolvê-los e o ritmo em que todo esse processo ocorre. Estes recursos deverão ser acionados e coordenados pelos grupos, a partir da relação educativa que se estabelece entre os grupos e as instituições.

Por exemplo: Os pescadores de uma localidade onde foi implantado o trabalho comunitário, sentiram necessidade de regulamentar um horário para a pesca, visando com isso diminuir a ação predatória dos barcos de arrasto. Procuraram então, a SUDEPE e através de um abaixo-assinado apresentaram sua proposta. Esta foi a forma pela qual os pescadores recorreram à instituição competente numa tentativa de solucionarem em conjunto um problema da comunidade.

MOBRAL
SUSU6
INDEXADO
N.º 0086
doc. 18

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA - GEPAC

AÇÃO COMUNITÁRIA EM SANTA CRUZ

Rio de Janeiro, 1980

MÓDULO DO PROJETO SANTA CRUZ

PRODAC

I - INTRODUÇÃO

O projeto Santa Cruz desenvolveu-se no sentido de levar às comunidades em aprendizado de participação, desencadeando um processo educativo que oportunizasse aos grupos sociais envolvidos encontrar meios de expressar e ampliar sua participação social, através de esquemas comunitários próprios.

II - ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Este projeto fundamentou-se numa proposta educativa, adequando o programa à realidade social da população. No desenvolvimento do programa foi dada ênfase, essencialmente, aos seguintes procedimentos:

- relação de troca agente e cliente;
- trabalho com grupos através de utilização de técnicas de dinâmica de grupo;
- reuniões constantes e sistemáticas com os grupos sociais;
- atividades realizadas com caráter educativo;
- envolvimento e integração com entidades;
- identificação pela comunidade de recursos humanos existentes e não conhecidos;
- decisão dos grupos sociais em organizar grupos representativos;
- decisão dos grupos representativos na elaboração de Planos de Ação Comunitária no período certo;
- intervenção dos agentes respeitando o tempo de aprendizagem dos grupos sociais;
- avaliação constante entre os agentes, e destes com a clientela.

III - OPERACIONALIZAÇÃO

1 - Contato com o administrador Regional e entidades atuantes na área afetas à problemática das comunidades trabalhadas no sentido

de aprofundar os dados levantados nas localidades, divulgação do Programa e conhecimento das propostas de atuação destas entidades.

2 - Diagnóstico

a) pesquisa em fontes secundárias sobre aspectos sociais, econômicos e culturais da XIXa. Região Administrativa.
. levantamento das instituições que atuam na área;
. pesquisa dos grupos sociais que compõem a clientela (sua posição na estrutura social, seus interesses, seu modo de participação).

b) Análise dos dados através de contatos informais e reuniões com grupos sociais;

c) montagem de estratégias de abordagem dos grupos sociais de cada localidade;

d) levantamento de problemas e necessidades dos grupos sociais e possibilidades de solucioná-los através de organização e participação comunitária (participação dos grupos na definição, montagem e avaliação dos resultados do diagnóstico).

3 - Contato com instituições cujas áreas de atuação estavam diretamente relacionadas com os grupos sociais.

Os recursos institucionais serão utilizados desde que os grupos sociais assim o decidam e desde que não limitem a iniciativa dos mesmos.

4 - Proposições dos grupos sociais referentes às formas de atuação adequadas à problemática social.

A utilização de técnicas de Dinâmica de Grupo (interpretação, clarificação, apoio, etc.) aplicadas aos grupos sociais proporcionou:

. compreensão mais precisa dos acontecimentos sociais que os afetam através de análises, discussões de suas necessidades e possibilidades;

. conhecimento e aprofundamento de interesses e expectativas dos grupos sociais através da sua participação na elaboração, aplicação e análise dos instrumentais de pesquisa;

. formulação de propostas que visem à correção dos problemas identificados e analisados, e a procura de formas de participação social;

. conhecimento dos recursos e valores humanos existentes nas comunidades, até então não identificados, que venham a contribuir na organização de esquemas comunitários;

. conhecimento de recursos institucionais existentes, de forma a serem solicitados no momento oportuno pelos grupos sociais, no sentido de integrar esforços na busca de soluções;

. absorção de proposta educativa contida no Programa;

. reflexões quanto ao modo educativo em realizar atividades comunitárias como meio e não como fim;

. decisão quanto ao tempo e formas de organização do grupo representativo e elaboração do plano de ação comunitária.

A intervenção dos agentes obedeceu a uma linha de troca com a clientela, possibilitando uma reelaboração do conhecimento de ambos para que, juntos, compreendessem a realidade sócio-econômico-cultural das cumunidades e buscassem alternativas de soluções quanto à problemática atual.

5 - Avaliação da Implantação

Durante todo o desenvolvimento do trabalho foram realizadas avaliações constantes entre os técnicos. Com isto pretendeu-se:

. avaliar os procedimentos pedagógicos, os passos metodológicos, as táticas usadas, as propostas das entidades, os conteúdos do Programa, os resultados da implantação, enfim toda a proposta do Programa; e

. corrigir falhas decorrentes de situações concretas durante a implantação do Programa.

IV - COMUNIDADES TRABALHADAS

1 - Lote 14

O Lote 14 é composto de vários grupos sociais, sendo representativos os operários de carteira assinada, biscateiros e empregadas domésticas. O loteamento não é reconhecido pela Prefeitura por falta de serviço de infra-estrutura básica (água, esgoto), partindo daí o interesse do Administrador Regional pela localidade no sentido de, através da organização de um grupo representativo, acelerar o processo de reconhecimento do loteamento, como também canalizar recursos através de um planejamento feito pela comunidade.

Foram realizadas, durante a fase de implantação, doze reuniões com os grupos sociais, sendo quatro delas conduzidas por elementos da comunidade com os seguintes objetivos:

a) divulgação e discussão dos resultados do instrumental elaborado, aplicado e tabulado pelos grupos sociais do lote;

b) informação aos novos participantes do trabalho que estava sendo desenvolvido no lote 14 e solicitação de opiniões dos presentes quanto à forma de organização do grupo representativo desejado pelos grupos sociais e consolidado no instrumental aplicado;

c) apresentação das chapas dos candidatos que concorreriam à eleição da diretoria da Associação de Moradores e nomeação de uma Comissão para planejar os trabalhos da eleição; e

d) discussão com os grupos sociais do plano de trabalho da comissão e data para eleição.

Durante o desenvolvimento destas ações, procurou-se discutir, analisar o conteúdo das mesmas, no sentido de gerar, nos grupos sociais, um despertar das potencialidades desconhecidas e, conseqüentemente, um aprendizado de participação. Essas atividades

comunitárias foram oportunidades para reflexão, organização e solidariedade dos grupos sociais. E, além disso, propiciaram conhecimento das possibilidades de utilização dos recursos existentes na comunidade e a melhor forma de aproveitá-los.

O estágio atual do trabalho no lote 14 é a preparação do estatuto e do Plano de Ação Comunitária elaborados pela diretoria junto com a comunidade.

2 - Lote Rolas

No Lote Rolas existe um grupo organizado, a Associação dos Pequenos Lavradores, e outro em estágio de formação, coordenado por elementos da Paróquia Santa Cruz. A primeira, criada em 1967, teve como forte atuação na defesa dos interesses de um grupo social, a dos lavradores, tendo por finalidade a preservação das terras invadidas no ano de 1966.

Atualmente, o Lote Rolas é um bairro populoso cujo número de casas vem aumentando mensalmente, devido à migração de forma desordenada, com população constituída de vários grupos sociais.

A atuação dos técnicos nesta localidade voltou-se, no primeiro momento, à dinamização deste grupo organizado. Durante a fase de diagnóstico com aprofundamento do conhecimento da realidade sócio-econômico-cultural, sentiu-se a rejeição dos demais grupos sociais existentes à Associação dos Pequenos Lavradores por não representar os interesses sociais do conjunto da população e por estar marcada por um passado de lutas e conflitos.

O conhecimento histórico e analítico da comunidade tornou-se possível através de questionamentos, reflexões, discussões em contatos informais e individuais assim como em reuniões com os grupos sociais, no sentido de dialogar e esclarecer quanto à organização de um grupo que representasse realmente a comunidade.

Os grupos sociais encontram-se em fase de conscientização quanto à organização de uma Associação de Moradores, aproveitando a estrutura inicial do grupo trabalhado por elementos da Paróquia Santa Cruz.

Uma comissão eleita responsabilizou-se em promover discussões com maior número de pessoas visando a organização da Associação de Moradores.

3 - Vala do Sangue

Por solicitação do Vigário da Paróquia Santa Cruz, o trabalho na Vala do Sangue iniciou-se na última semana da fase de implantação do Programa.

As reuniões com os grupos sociais tiveram por finalidade a busca de alternativas de soluções quanto à expectativa maior: o problema da água. Este problema é questionado pelos grupos sociais há alguns anos sem o desenvolvimento de uma atividade concreta.

Os moradores não possuem experiência comunitária e a realização desta atividade será uma oportunidade de reflexão, organização e solidariedade dos grupos sociais. Propiciará, além disso, o conhecimento dos recursos humanos existentes na Vala do Sangue e a melhor maneira de aproveitá-los.

Os grupos sociais elaboraram um instrumental no sentido de consultar a comunidade quanto à sua participação na solução do problema da água.

Esta atividade será realizada integrada com a CEDAE, Obras Sociais da Paróquia Santa Cruz e o Grupo de Jovens, sendo este capacitado pela GEPAC quanto à proposta do Programa no sentido de acompanhar o trabalho iniciado.

4 - Praia de Sepetiba

Uma das comunidades escolhidas, nesta fase de implantação do Programa, foi a Praia de Sepetiba, devido à existência de pescadores, os quais se constituem num grupo social com uma certa homogeneidade sócio-cultural, exercendo uma atividade econômica representativa no município do Rio de Janeiro.

A principal atividade econômica é a pesca, um importante fator

sócio-econômico-cultural para a população pesqueira, exercida aproximadamente por 2.300 pescadores, atuando em toda a Baía de Sepetiba.

O grupo social de pescadores se subdivide em categorias diferentes, a saber:

- proprietários de canoas;
- camaradas de canoas;
- proprietários de barcos de arrasto com portas;
- camaradas de barcos de arrasto com portas;
- marisqueiras;
- comerciantes.

Devido à problemática existente atualmente na Praia de Sepetiba, no que concerne ao escoamento de produção e à pesca predatória, fatores estes que, de certa forma, provocam atritos numa classe que exerce a mesma atividade econômica.

As Colônias de Pescadores são associações civis que têm por finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses dos pescadores profissionais. Uma das competências dessas associações é representar seus associados junto aos órgãos competentes e às autoridades em geral.

Devido à existência da Colônia de Pescadores na Praia de Sepetiba, desativada e desacreditada pelos pescadores locais, o procedimento dos técnicos foi no sentido de atrair os pescadores para esta associação, reforçando-a quanto à sua representatividade.

As reuniões se realizaram na Colônia de Pescadores com a presença da diretoria e das diferentes categorias dos pescadores e numa situação de diálogo; a problemática local foi analisada e discutida buscando-se alternativas de soluções.

A partir do contato com o Coordenador Regional da SUDEPE do Rio de Janeiro com o objetivo de conhecer a proposta de atuação deste órgão e a melhor forma de integrar esforços tendo em vista o convênio assinado entre o MOBRAL e a SUDEPE, o trabalho na Praia

de Sepetiba concretizou-se com a orientação e participação dos agentes e clientes, na elaboração de um memorial encaminhado à SUDEPE no sentido de regularização de turnos para a pesca.
Este documento foi elaborado junto com os pescadores locais e encaminhado pela Colônia de Pescadores de Sepetiba.

V - FORMAS DE ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento de rotina ao trabalho será feito pela COMET (ANPAC e A.R.).

PROPOSTAS:

1 - Envolvimento de pessoas representativas e de entidades ligadas à problemática local nas reuniões comunitárias;

2 - Reestruturação da Coordenação Regional - COREG com pessoas envolvidas durante a fase de implantação do Programa;

3 - Capacitação do grupo de jovens através de reuniões quinzenais, com a presença dos técnicos da Gerência de Programas de Ação Comunitária e da Coordenação Metropolitana;

4 - Capacitação e envolvimento do grupo de teatro CIMFA no sentido de redação de peças teatrais relacionadas com a problemática local.

. ação conjunta Centro Cultural e Agente Cultural

5 - Possibilidades da GEPRO quanto a cursos profissionalizantes em Santa Cruz, possibilitando a qualificação da mão-de-obra não absorvida no mercado local.

As indústrias locais foram contatadas com a finalidade de conhecer a mão-de-obra necessária e não encontrada em Santa Cruz.

6 - Estudo dos dados levantados pelos alunos das escolas da Praia de Sepetiba com a finalidade da organização do grupo representativo.

7 - Elaboração de um plano de trabalho integrado com as entidades locais e os grupos organizados com o objetivo de somar esforços e dividir responsabilidades.

8 - Integração com entidades:

- Distritos de Educação;
- Lions Club;
- Centro Médico Regional;
- Serviços Social Regional;
- SUDEPE.

O memorial enviado pela Colônia de Pescadores da Praia de Sepetiba, durante a fase de implantação do Programa, foi remetido à SUDEPE em Brasília e esta enviará um técnico para verificar "in loco" a problemática atual. Acredita-se que isto propicie aos pescadores uma credibilidade em relação à Colônia de Pescadores, reforçando sua atuação com a participação dos pescadores locais.

9 - Introdução dos Programas do MOBRAL de acordo com as necessidades detectadas durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos dos grupos.

Durante os contatos, a Coordenação Regional da SUDEPE do Rio de Janeiro, mostrou interesse na implantação de Postos Culturais, com características próprias, na Colônia de Pescadores da Praia de Sepetiba, como forma de atração dos pescadores locais e dinamização desta associação civil representativa dos pescadores.

Na supervisão, pretender-se-á, avaliar a prática educativa desencadeada pelo PRODAC. Serão objeto da supervisão: os objetivos do programa, os grupos sociais, os próprios agentes, os conteúdos do programa, os recursos institucionais do MOBRAL, as relações interinstitucionais, os resultados.

/imm.

mobral

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
doc. 19

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

N:_____

FL:_____ DE_____

Kit de Educação Comunitária

- modulos Básicos

1 - ação comunitária: um processo sócio-educativo
2 - Diagnóstico / planejamento
3 - participação
4 - O programa de saúde.

módulos Complementares

Experiências

1) GEPAC
GERES
2) CECUT
GEPED
GEPRO
Tecnologia de Escassez.

Outros materiais

Fichas: acompanhamento
avaliação.

Fitas - depoimentos, pontos p/ reflexão
Cartaz -
Bibliografia -
AV. (Slides)

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

Observação do Kit nº 2

1º) documento modelo de ação comunitária
ação comunitária um processo sócio educativo.
. agente externo { mostrar o verdadeiro
. agente interno { papel e suas fronteiras
. incluir as experiências no próprio texto.
. juntar os dois documentos.

2º) do PES - está sendo refeito.
3º) Diagnóstico - rever todo o documento
4º) ~~folha~~ fichas - confeccionar uma sobre observação.

MOBRAL
SU SUG
INDEXADO
N.º 0086
Doc. 20

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA

AÇÃO COMUNITÁRIA: lugar privilegiado da prática educativa.

Rio de Janeiro, 1979

Preocupa-nos a reflexão crítica sobre a experiência do MOBRAL na área da ação comunitária, enquanto lugar privilegiado da prática educativa.

A experiência educativa do MOBRAL é, portanto, o referencial teórico e prático desta discussão.

Entendemos que este procedimento facilita e enriquece a reflexão crítica, na medida em que os conceitos a serem trabalhados estarão referidos a um quadro teórico que pensa uma experiência concreta de educação.

Afinal, sabemos que os conceitos de comunidade, ação comunitária e outros correlatos não são unívocos.

I - A HISTÓRIA DA DISCUSSÃO

O MOBRAL foi organizado sob o conceito da educação continuada de adultos e adolescentes.

> *A criação do MOBRAL, em 1967, representou, sem dúvida, um ato de ousadia... Assim, em 1970, ano em que o MOBRAL iniciou regularmente suas atividades, caracterizava-se uma missão grandiosa e pioneira: por um lado, o MOBRAL se propunha a erradicar o analfabetismo até 1980, por outro, implantar toda uma infraestrutura que lhe permitisse oferecer à população brasileira um leque de opções em termos educacionais, tal como preconiza a lei que o criou (1).*

Isto é, a educação entendida como um processo contínuo, que encontra nos anseios, nas necessidades e nas expectativas diversificadas e cada vez mais complexas da população o seu lugar de incidência.

Desta perspectiva educacional, escreve-se a história de 9 anos de MOBRAL, em que, na prática, produziu-se uma teoria de educação centrada na ação comunitária.

(1) Ramos, O. Cleide e Fonseca, S. Maria - "Por um sistema de Educação Permanente", in Educação de Massa e Ação Comunitária, Arlindo Lopes Corrêa, editor - Rio de Janeiro, AGGS: MOBRAL, 1979.

E por que na ação comunitária?

Porque a ação comunitária é um lugar privilegiado de diagnóstico da situação de vida das pessoas e de busca de alternativas educacionais para a participação social.

O processo educativo centrado na ação comunitária relaciona os anseios, as necessidades e as expectativas das pessoas com a situação de vida mais ampla que condiciona o modo de vivê-los e as possibilidades da atuação pedagógica que busca ampliar a sua participação social.

O sistema MOBRAL de educação de adultos e adolescentes - com as ofertas educacionais nas áreas de alfabetização, educação integrada (supletivo do 1º grau), profissionalização, saúde e de cultura - construiu-se no desenvolvimento deste processo educativo.

A história da ação do MOBRAL junto às comunidades permitiu que se criasse uma metodologia de trabalho comunitário consubstanciada no Programa Diversificado de Ação Comunitária. Este programa foi concebido como uma forma de conscientização da comunidade no sentido de que todos trabalham para conhecer a realidade local, decidem transformá-la, buscam meios para realizar tal transformação e, finalmente agem no sentido dessa transformação.

É ainda a história da educação desenvolvida pelo MOBRAL que permite que hoje se possa descrever, dentro do qua

dro mundial da educação de adultos, a sua luta pela instalação no país de um sistema de educação permanente (2).

É deste processo educativo que nos ocupamos, embora tenhamos como referência mais particular os resultados de implantação do Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBRAL.

Implantado em 1975, o Programa Diversificado de Ação Comunitária está hoje em 340 municípios brasileiros, abrangendo todos os Estados e Territórios. Nestes municípios, atua em mais de 1.100 áreas, através de cerca de 1.300 grupos comunitários e envolvendo diretamente cerca de 600 mil pessoas.

(2) Ramos, O. Cleide e Fonseca, S. Maria - "Por um Sistema de Educação Permanente", in Educação de Massa e Ação Comunitária, Arlindo Lopes Corrêa, editor, AGGS: MOBRAL, 1979.

II - EDUCAÇÃO DE ADULTOS E ADOLESCENTES: o que entendemos

O conceito de educação de adultos e adolescentes, neste sentido de educação centrada na ação comunitária, põe em primeiro plano a relação indivíduos-sociedade.

A educação de adultos e adolescentes é ao mesmo tempo um diagnóstico desta relação e uma proposta que visa mantê-la, aprofundá-la ou corrigí-la. Neste sentido, implícita ou explicitamente, a educação de adultos e adolescentes destaca a forma como os indivíduos e grupos se inserem e participam na estrutura social e contribuem para o seu desenvolvimento.

Através de uma prática educativa concreta, criam-se situações que envolvem agentes e clientelas determinadas, onde se adquirem e se desenvolvem conhecimentos, atitudes e valores sobre a estrutura e processo social e formas de solucionar os problemas identificados.

Concebida desta forma, a educação de adultos e adolescentes é vista como um processo que se dá no <u>espaço</u> da comunidade e ao longo do <u>tempo</u> de vida do educando (3).

As oportunidades educativas têm no "espaço comunitário" o seu

(3) Corrêa, Arlindo Lopes - in "Educação Onipresente, Onisciente e Onipotente", fascículo, MOBRAL, 1979.

amplo lugar de ocorrência, não se limitando portanto a ambientes específicos, como salas de aula e outros.

Entretanto, mais importante que esta "ambiência irrestrita" da educação, é o seu caráter diversificado e complexo daí decorrente. O processo educativo escapando de quaisquer padronizações ou receitas.

Estas considerações indicam, por sua vez, alguns pressupostos metodológicos de uma prática educativa centrada na ação comunitária:

- O caminho que deve ser buscado é o da integração (troca) entre o conhecimento dos agentes e o conhecimento da população envolvida na prática educativa. A experiência de vida da população se distancia da experiência dos agentes que não vivem a sua experiência.

- A eficácia do processo educativo está diretamente relacionada com a participação efetiva do agente nas ações comunitárias, já que é nesta participação comum que se dá a troca de experiências. Troca em que o conhecimento e a experiência de um e a experiência e o conhecimento de outros se transformam em instrumentos a serem utilizados por ambos - população e agente - na análise da realidade e das possibilidades de modificá-la.

- O processo educativo deve perseguir o objetivo mais amplo da participação social efetiva dos grupos sociais envolvidos na ação comunitária, em todo e qualquer de seus momentos.

- As atividades comunitárias devem ser consideradas como situações educativas, sendo fundamental o modo como se realizam.

- As atividades comunitárias devem corresponder às necessidades sociais afirmadas pelos próprios grupos sociais, bem como às suas possibilidades de elaborar e concretizar propostas que ampliem a sua participação social.

- O agente não deve substituir a população no diagnóstico de sua situação. Tampouco deve o agente se colocar no lugar da população no momento em que esta busca a solução de seus problemas junto a autoridades e instituições competentes.

> *Saía de casa às três horas da madrugada e chegava aqui às seis, era dos que chegavam primeiro. Quando era depois de onze horas; pisava para trás e chegava lá pelas três da tarde. No outro dia, mesma coisa. A gente é sujeita ao escuro, a dar topada de arrancar as unhas na ladeira que dava até gosto. Mas eu prometi desde Natal que nos quinze dias tirava e tirei, né. Quase cego. Sim senhora, quase cego. Mas as meninas prometeram escrever graúdo para mim e, por conta dessas letras graúdas tirei nos quinze dias e hoje tô me achando muito feliz, porque os pobres - que eu lá em casa tenho muita gente que não pode vir - já assinam o nome, né. O meu pouco saber fui passando para eles e quase todos já assinam. Então, por conta disso, eu tô achando que essas viagens que eu dei não foi prejuízo, não senhora. E tô satisfeito. E cada coisa que houver aqui dentro da comunidade, eu tô dentro (4).*

(4) Depoimento de morador da Serra João do Valle, Rio Grande do Norte, que participa do programa de ação comunitária do MOBRAL.

III - COMUNIDADE, DIAGNÓSTICO E SUPERVISÃO

Já que buscamos na prática do MOBRAL, ou seja, no processo educacional que desenvolve através da ação comunitária, os referenciais para conceituar a educação de adultos e adolescentes, é também desta experiência que refletimos sobre conceitos básicos em um trabalho de comunidade.

Entendemos oportuno indicar, neste Seminário, como vimos conceituando comunidade. De que postura definimos comunidade? E, em seguida, adiantamos nossas reflexões sobre duas questões básicas no trabalho de ação comunitária: a questão do diagnóstico e a da supervisão.

a. Comunidade

O conceito de comunidade já tem uma trajetória longa. É empregado em muitos sentidos. Dependendo dos objetivos perseguidos pelos programas desta ou daquela instituição que trabalha em ação comunitária, o conceito de comunidade toma este ou aquele sentido.

Em termos gerais, entretanto, podemos dizer que o conceito de comunidade segue esta história (5):

(5) Esta história está melhor desenvolvida no texto "El concepto de comunidad y su relación con los programas de salud", in Educación, Medicina y Salud, vol. II, nº 3 (1977), de Domingo da S. Gandra.

- De início, a expressão comunidade resulta de uma visão da realidade a partir da noção de estrutura. A comunidade representa uma totalidade. Em outros termos, a comunidade é entendida em um agrupamento humano que constitui uma unidade autônoma em relação a outras unidades.

- Quando os estudos de comunidade se dirigem para localidades rurais, bairros afastados, povoados e outros agrupamentos humanos, concluiu-se que a organização destes indivíduos reproduz o modo de vida de uma sociedade mais ampla. Comunidade deixa de ser entendida como uma totalidade, é, antes disto, um segmento desta totalidade.

- Numa terceira abordagem, a expressão comunidade define o momento em que as pessoas se reunem para resolver cooperativamente um problema. Neste sentido, as pessoas constituem uma comunidade no momento em que se vêem vivendo problemas comuns (6).

Concebendo-se a ação comunitária como lugar da educação, e, neste sentido, a comunidade como um espaço educativo, esta será conceituada a partir de uma abordagem pedagógica voltada para a participação social.

Do ponto de vista do MOBRAL, o conceito de comunidade é pensado a partir de sua prática educativa através da ação comunitária.

(6) Para ilustrar e enriquecer este esquema, basta procurarmos as definições de comunidade de Donald Pearson, de Talcott Parsons, de Max Weber e outros. Admitamos, então, que nos vemos diante de um conceito com diversas acepções.

Assim sendo, é a abordagem pedagógica que possibilita aos grupos sociais se conhecerem enquanto comunidade, na medida em que propiciando o autoconhecimento de uma situação estrutural comum, cria condições para que estes grupos sociais explicitem seus interesses e suas necessidades e se instrumentalizem em vista de maior participação social.

Se relacionamos este conceito com as três linhas de definição de comunidade esboçadas acima, podemos dizer que se diferencia da primeira - a comunidade entendida como uma totalidade autônoma na medida em que a comunidade surge de uma abordagem pedagógica que relaciona os interesses de diferentes grupos sociais com a estrutura global da sociedade.

De outro lado, distingue-se da segunda linha de definição - a comunidade enquanto segmento da totalidade - já que se entende que os interesses dos grupos sociais trabalhados não são apenas "pedaços" de um todo, mas, fundamentalmente, interesses que mantém uma relação complexa - de diferenciação, de conflito, de identidade com os interesses de outros grupos e com a totalidade social.

Em relação à terceira linha de definição - comunidade enquanto o momento de ação comum - entendemos que deixa de discutir as origens dos interesses comuns (o que gera estes interesses) e as relações concretas dos diversos interesses sociais entre si e com o conjunto da sociedade.

Na perspectiva pedagógica que sugerimos, o conceito de comunidade privilegia uma forma de trabalho educativo, ou seja, aquela que procura aproveitar ao máximo as possibilidades dos diferentes grupos

sociais expressarem comunitariamente a sua forma de existência, suas necessidades e interesses, bem como se organizarem e agirem visando melhorar as suas condições de vida.

Comunidade é, portanto, a forma de expressão da identidade estrutural de um ou mais grupos sociais, construída na sua conscientização, organização e participação no processo de desenvolvimento.

b. Diagnóstico

A questão do conhecimento da realidade a ser trabalhada num programa de ação comunitária parece-nos das mais polêmicas.

Se em algum momento de sua história, a ação comunitária pecou pelo empirismo, é certo que hoje pecamos em achar que a pesquisa "científica" garante o sucesso da ação comunitária.

A prática de questionários e de tabulações, com suas perguntas e respostas que atendem mais ao interesse do próprio pesquisador ou da instituição para a quel ele trabalha do que aos interesses dos grupos sociais envolvidos na ação comunitária, mascara o que é conhecer numa prática voltada para a participação social.

Se nos preocupa um conhecimento que se relaciona com a prática educativa, através da ação comunitária, cremos existirem alguns pressupostos metodológicos:

- Busca-se a produção de um conhecimento que possibilita à população envolvida se situar bem diante das questões que ela vive como problemas. Isto é, o tipo de conhecimento que nos interessa é aquele que possibilita às pessoas conhecerem melhor a realidade onde vivem, para maior participação social.

> *Quando a gente não conhecia os problemas do município, podia ficar parado. Depois que houve a pesquisa e tomamos conhecimento deles, não dá mais. Está na consciência da gente* (7).

- A aquisição e o desenvolvimento do conhecimento da realidade deve ser elaborado pelos grupos sociais e agentes, através de ações concretas.

- O saber produzido na troca entre os agentes e grupos sociais deve partir das suas condições de vida. Somente desta forma, estes grupos desenvolverão meios de participação social.

- A participação social através da ação comunitária exige um conhecimento que respeite e analise as formas, mesmo rudimentares, de associação e organização destes grupos.

Delineados estes quatro pressupostos metodológicos de um conhecimento que possibilita a prática educativa através da ação comunitária, entende-se que o conhecimento de que necessitamos é

(7) Depoimento de membro do Grupo de Ação Comunitária, do Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, de Dourado, São Paulo.

aquele que se mostra capaz de apreender as condições de vida dos grupos sociais, em suas articulações básicas. Para tanto, cabe-nos conhecer:

- os diferentes interesses existentes na área;
- como se relacionam estes diferentes interesses nas diversas práticas dos grupos sociais;
- como, quando e onde são gerados estes diferentes interesses;
- de que maneira são percebidos estes interesses; e
- como se administram, através das organizações existentes, estes interesses.

c. Supervisão

Finalmente, algumas considerações sobre a questão da supervisão de um programa de ação comunitária.

De início, convém relembrar que não estamos discutindo um programa de ação comunitária qualquer, mas uma proposta de ação comunitária enquanto lugar privilegiado de uma prática educativa. E a prática sobre a qual refletimos é a do MOBRAL.

Neste sentido, a ação comunitária não é o fim, mas o meio através do qual se processa a educação e que abrange, portanto, as diversas situações educativas de vida dos grupos sociais.

Entendemos que a supervisão deve captar o processo educativo desencadeado através da ação comunitária, qualificando-o e introduzindo as correções necessárias em função dos objetivos

que se pretende atingir. A supervisão, portanto, constitui-se em um mecanismo permanente de avaliação da prática educativa.

Daí decorre que o objeto da supervisão é o próprio processo educativo. Em outros termos, a supervisão terá maiores possibilidades de cumprir a tarefa de avaliação se tiver como referencial maior de análise e intervenção os objetivos educacionais perseguidos pelo programa de ação comunitária em cada um dos locais em que se desenvolve.

O objeto da supervisão não é uma proposta educativa geral, tampouco um "curriculum" educacional que padroniza e nivela a educação, mas uma prática educativa concreta, com grupos sociais concretos e numa situação concreta.

Cabe observar, também, que a supervisão não deve analisar as ações comunitárias em si, mas o caráter educativo destas ações. Isto é, importa analisar a contribuição das ações comunitárias na instrumentalização de pessoas e grupos sociais para a sua participação social.

A estes dois pressupostos metodológicos da supervisão, acrescentamos os seus aspectos básicos:

- A supervisão deve analisar inicialmente a forma como se definiram os objetivos de uma prática educacional. Deve-se indagar sobre os elementos que foram trabalhados na definição dos objetivos da proposta educacional, e sobre o modo como intervieram nesta definição.

Falta a dimensão de < Planejamento
Organização / Realimentação, etc

- A análise dos grupos sociais envolvidos na prática educativa é o segundo aspecto básico da supervisão. Cabe indagar-se sobre as características próprias destes grupos sociais e sobre a adequação dos objetivos da prática educativa para a sua participação.

- Na medida em que a prática educativa através da ação comunitária se desenvolve com a interveniência de agentes, a supervisão deve determinar a qualidade e a extensão da sua interferência, enquanto elementos do processo. Cabe saber se os agentes educadores atuam de acordo com os pressupostos metodológicos da prática educativa, e, neste sentido, de que tipo de capacitação mais necessitam.

- Os recursos institucionais envolvidos na prática educativa são outro aspecto básico da supervisão. Tanto os da instituição diretamente responsável pelo programa, quanto os de outras instituições que porventura nele se envolvam. Cabe indagar sobre o modo de alocação e utilização dos recursos materiais e financeiros, analisando como a população participa destas decisões. Evidentemente, a presença de mais de uma instituição numa mesma prática educativa supõe uma supervisão que dê conta da identidade, ou não, de concepção de trabalho destas instituições.

- Por útlimo, cabe supervisionar os resultados obtidos nesta prática educativa. Deve-se detectar a contribuição qualitativa da educação desencadeada pela ação comunitária. Isto é, deve-se analisar se o programa está contribuindo para a ampliação da participação dos grupos sociais no processo de desenvolvimento.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Eram estas as reflexões que gostaríamos de deixar à crítica de

todos que participam deste Seminário.

Sabemos que trilhamos caminhos que outros também estão trilhando. Falamos, querendo ouvir. Ouvimos, ansiosos por falar do que já aprendemos e das expectativas que nutrimos por um trabalho construído com a participação de muita, mas muita gente mesmo.

/emtd.

Consulta

Corrêa, Arlindo Lopes - EDUCAÇÃO DE MASSA E AÇÃO COMUNITÁRIA, editor, Rio de Janeiro, AGGS: MOBRAL, 1979.

- "Educação Onipresente, Onisciente e Onipotente", fascículo, Rio de Janeiro, MOBRAL, 1978.

Ramos, O. Cleide e Fonseca, Maria - "Por um Sistema de Educação Permanente", in EDUCAÇÃO DE MASSA DE AÇÃO COMUNITÁRIA.

Ramos, O. Cleide - "A funcionalidade nos Programas do MOBRAL", fascículo, Rio de Janeiro, MOBRAL, 1976.

Silva, da Maria Lúcia Carvalho - "Algumas noções sobre comunidade", in DESENVOLVIMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE, Brasília, 1973.

Gandra, Domingo da S. - "El concepto de comunidad y su relación con los programas de salud", in EDUCACIÓN, MEDICINA Y SALUD, vol. II, nº 3 (1977).

AÇÃO COMUM, nº 1 - periódico, documenta o Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBRAL, na Serra João do Valle, Rio Grande do Norte, 1978.

mobral

INFORMAÇÕES / PARECERES / DESPACHOS

N:_____

FL:_____ DE_____

Ao SUSUG / ATI / NADIA

Estamos enviando a proposta do documento básico para o Kit, com as alterações que foram sugeridas na nossa discussão do dia 30/10, para ser apreciado por vocês.

O documento sobre o conhecimento da realidade de vida da clientela está sendo elaborado.

Quanto ao texto sobre participação social e relação agente / clientela, este está dependendo da nossa próxima discussão, na segunda-feira, do Módulo de Ação Comunitária.

Em, 8/11/79.

GEPAC / GLORIA

1

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0056

2a. Parte - RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

1 - Agente

Técnico do MOBRAL incumbido de desenvolver trabalho comunitário na área. O bairro foi sugerido pelo Padre, presidente da COMUN, por ser bastante carenciado e apresentar outros critérios pré estabelecidos para o trabalho.

2 - Caracterização da Clientela

Bairro na periferia de grande cidade. População oriunda de estados vizinhos que nos últimos 6 anos atraída pelo Polo Industrial existente na área, vem se estabelecendo na região.

A maioria, sem qualificação, não conseguiu ser absorvida pelas indústrias próximas, que exigem alguma especialização.

Dividem-se entre biscateiros, trabalhadores de construção civil, operários, empregadas domésticas.

O bairro dista 1h30min do local de trabalho da maioria, que precisa tomar 2 ônibus para alcançá-lo.

3 - Caracterização do Bairro

Pela baixa renda os moradores se "apossaram" de lotes pertencentes à Marinha (que não faz objeção) e aí construíram suas casas, quase todas de alvenaria. Como legalmente é um bairro "clandestino" a Prefeitura e o Estado não podem colocar ali serviços, tais como: água, esgoto, calçamento, escoia, etc... embora o bairro tenha luz.

Existem também 2 Igrejas, uma protestante e outra católica. Na católica são realizadas reuniões, classes de PAF, cursos, e funciona uma creche casulo da LBA.

4 - Desenvolvimento

Após manter contato com os moradores, o agente verificou que entre os diversos problemas do bairro as expectativas maiores eram em torno do problema da falta d'água. Já haviam sido feitas várias tentativas de colocar água no bairro. Foram tentativas isoladas de alguns grupos, liderados pelo dono da mercearia ou pelo cabo eleitoral do bairro, que frustraram e causaram descrença nos moradores. Eles não possuiam experiência de trabalho comunitário e não sabiam como conseguir participação para solucionar o problema.

Ficou claro para o Agente que a realização desta atividade seria uma oportunidade de reflexão, organização e solidariedade dos grupos sociais existentes. Propiciaria também o conhecimento dos recursos humanos e outros existentes no bairro e a melhor maneira de aproveitá-los.

Logo na primeira reunião apareceram pessoas com idéias sobre como solucionar o problema. Houve muita discussão, todos tomaram partido e a notícia se espalhou entre os moradores. Houve várias reuniões muito concorridas e afinal um grupo tomou a frente com idéias mais concretas e maior constância nas reuniões. O Agente procurou esclarecimentos sobre o assunto e transmitiu ao grupo onde e como buscar orientações e recursos para tentar concretizar a atividade.

Um morador mais recente, funcionário do Departamento Estadual de Águas - DEA, foi convidado para participar das reuniões, ajudou a esclarecer diversos aspectos e passou a liderar as discussões. Consultou o DEA e apresentou uma proposta em reunião: o DEA poderia colocar água no bairro se os moradores cobrissem a despesa. Caberia a cada morador Cr$ 2.500,00. Ele próprio arrecadaria a quantia e faria os contatos com o DEA.

A quantia era elevada dado o baixo salário dos moradores. Discutiram a possibilidade de parcelar as cotas mas havia o perigo de aumento do custo à inflação. Além disso, os trabalhos só seriam iniciados ao final do recolhimento total das parcelas. Isso causou desânimo, discussões, desconfiança e muitos moradores se afastaram do grupo, inclusive o funcionário do DEA.

O Agente sugeriu que os remanescentes conversassem com os demais moradores, consultassem o DEA, buscassem e amadurecessem outras idéias antes de desistirem de vez.

Algum tempo depois eles decidiram consultar "por escrito" os demais moradores. Preparam um questionário onde indagavam:

quanto poderiam dispor, como pagar, como poderiam angariar dinheiro, etc. Foi organizada uma grande reunião e nela foram discutidas as respostas do questionário. Os moradores se reanimaram e ao final foi escolhida uma comissão de 10 pessoas para reestudar as alternativas apresentadas. Decidiram levantar dinheiro através de festas, bingos, etc... para diminuir a cota de cada morador. Escolheram 3 pessoas para se responsabilizarem pelo dinheiro, abrindo conta conjunta em Banco. Entre os 3 indicados estava o funcionário do DEA que com isso se reintegrou ao grupo.

A comissão queria que um dos 3 fosse o Agente, o Padre ou o Pastor, mas eles recusaram, alegando que participariam da atividade de outras maneiras.

O Padre conseguiu através da rifa de um carro assumir 50% das despesas. Os moradores ajudaram na venda dos bilhetes. Só o dono da mercearia, "passou" 100 bilhetes.

O Pastor, através de seus conhecimentos conseguiu os canos a preço de custo.

O DEA se comprometeu a não cobrar a mão de obra especializada e os caminhões, uma vez que os moradores ajudariam na colocação dos canos. Tudo isso foi conseguido pela Comissão.

Foi marcada outra reunião de comunidade para que todos soubessem do novo orçamento (já agora bem mais baixo) e a nova cota dos moradores, agora Cr$ 313,00.

AÇÃO COMUM, nº 2 - periódico, documenta o Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBRAL, no município de Água Doce, Santa Catarina.

AÇÃO COMUM, nº 3 - periódico, documenta o Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBRAL, no município de Dourado, São Paulo.

Relatos de experiência do Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBRAL

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 6086

A ESTÓRIA DO GÁS METANO

Seu Miro mora em uma casa na Região dos Alagados - uma região à beira do mar que foi aterrada com lixo - em Salvador. É sertanejo, segundo suas próprias palavras. É casado com Dona Creuza. Como a maioria das famílias, consomem gás liquefeito de petróleo, em botijão.

Eis que numa tarde, falta luz na casa de seu Miro. Ele pega um bibiano (nome que dá a lamparina) e vai para baixo dos alicerces da casa, verificar as instalações elétricas. No momento em que descobre que a causa da falta de luz era um simples fio solto, seu Miro escorrega e cai. O bibiano escapa de suas mãos e rola para um buraco. Imediatamente, uma labareda se forma, assustando seu Miro a tal ponto que ele bate com a cabeça e sangra. Com o rosto "lavado de sangue", vai até sua mulher que ao vê-lo naquele estado, desmaia. "Como todo bom sertanejo", ele não se preocupou muito. Cuidou do ferimento e voltou ao local do acontecimento. Movido pela curiosidade, seu Miro começou a fazer experiências. Fez um buraco estreito, mas fundo, e ateou fogo. Formou-se uma chama azulada e contínua. Ele colocou um cano e repetiu a experiência. Formou-se novamente a chama. Seu Miro não pensou duas vezes: conseguiu alguns canos e junções, puxou o encanamento até o fogão e encostou o bujão de lado. E deu certo. Tão certo que Dona Creuza cozinhou seis meses seguidos, ininterruptamente.

Seu Miro sabia que saia uma substância lá de baixo da terra, sabia que era um gás e que era formado do lixo que lá existia. Disseram que aquilo era gás metano e ele chamava de gás metano, embora não achasse que o fosse. Porém, o mais importante é que seu Miro sabia que aquele gás era até melhor que o do bujão e isso foi ele mesmo quem constatou. Mais importante ainda: era de graça e parecia que não ia acabar nunca.

Seu Miro estava certo na maioria das suas concepções, porque na realidade, o lixo do aterro em decomposição na ausencia de oxigênio e luz, gerava o gás metano que ficava armazenado em grandes bolsões contidos pela camada de terra, mais superficial, do aterro. Bastava

que qualquer buraco mais fundo atingisse um bolsão de gás para que este escapasse à superfície com razoável pressão.

Um dia, acabaram com o gás. Ou melhor: alguém disse que o seu uso naquelas condições era muito perigoso. Foi colocada uma laje no local e seu Miro, como outras pessoas que também já usavam o gás metano, foi proibido de usá-lo. Voltaram os botijões. Seguros e caros...

Para os cartazes
Criar símbolos gráficos
que traduzam as ideias.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
doc. 23

O que é PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

É o fato dos grupos sociais DECIDIREM e ATUAREM na transformação de suas condições de vida.

As atividades devem atender às NECESSIDADES apontadas pela CLIENTELA, criando OPORTUNIDADES EDUCATIVAS.

O DIAGNÓSTICO SOCIAL É:

UM INSTRUMENTO QUE POSSIBILITA À CLIENTELA E AO AGENTE CONHECEREM A REALIDADE EM QUE VIVEM.

Por que opô-los numa relação sujeito x objeto? Não acho correto.

POR QUE CONHECER?

Porque apenas conhecendo bem sua realidade é que a clientela terá condições para transformá-la.

O CONHECIMENTO TRANSFORMADOR é resultado da TROCA entre o saber da clientela e o do agente.

O que deve ser observado na realidade:

- o que produz a localidade;

- como os indivíduos se organizam para trabalhar e produzir;

- o acesso da população aos bens produzidos e serviços em geral;

- as formas de organização da população e

- os diversos interesses existentes na realidade social.

PARA APROFUNDAR O CONHECIMENTO A RESPEITO DA POPULAÇÃO É NECESSÁRIO CONSULTAR A PRÓPRIA POPULAÇÃO E SEUS VERDADEIROS REPRESENTANTES.

A REALIDADE ESTÁ EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO. O CONHECIMENTO ACERCA DA REALIDADE TEM QUE ACOMPANHAR ESTAS MUDANÇAS.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0086
doc. 24

ACOMPANHAMENTO AO PRODAC

O Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC é uma proposta do MOBRAL que visa desenvolver a educação, através da ação comunitária.

Seu objetivo maior é contribuir para que os grupos sociais desenvolvam um processo de aprendizagem da participação social.

Entretanto, o simples desencadear de um processo educativo não é suficiente. Apenas implantar o PRODAC não basta. É necessário buscar, constantemente, mecanismos que visem realimentar, corrigir e ampliar o processo iniciado.

- O ACOMPANHAMENTO EM AÇÃO COMUNITÁRIA

O acompanhamento constitui-se em um recurso que visa, permanentemente, fornecer novos elementos ao trabalho de ação comunitária. Procura-se perceber o processo educativo desencadeado, analisá-lo e, a partir daí, introduzir mudanças que se façam necessárias, tendo em vista os objetivos que se pretende atingir.

Neste, o acompanhamento ao PRODAC deve ser visto como um processo contínuo e sistemático voltado para a avaliação e para o replanejamento de mecanismos que permitam retroalimentar o Programa.

- O QUE ACOMPANHAR

O processo de acompanhamento não tem por objeto uma proposta educativa indefinida, nem é um procedimento que visa padronizar e nivelar a educação. Incide sobre uma prática educativa concreta, com grupos sociais concretos, em uma situação concreta, orientado pelo objetivo maior do PRODAC que é o da participação social, através da Ação Comunitária. Assim sendo, está centrado no Programa e, consequentemente, em seus elementos integrantes: os objetivos, a clientela, os agentes, os resultados e as relações inter-institucionais.

1 - OBJETIVOS

Através do acompanhamento analisar-se a forma como se definiram os objetivos específicos de uma prática educativa, voltada para a participação social

Os objetivos específicos, geralmente, referem-se a problemas reais vividos pelos grupos.

Ao refletir sobre os seus problemas e suas necessidades, os grupos e agente traçam os objetivos específicos da ação a ser desenvolvida.

IMPORTANTE

Interessa ao acompanhamento saber o modo como foram definidos esse objetivos, uma vez que, no processo educativo, os grupos é que sabem o que é melhor para eles. Cabe ao agente auxiliá-los nesse trabalho de pensar sobre os caminhos a seguir. É isso que chamamos modo educativo de definir objetivos.

Assim sendo, o acompanhamento permite analisar se as particularidades dos grupos sociais - sua cultura, seus interesses, sua forma de organização, são respeitadas na definição dos objetivos.

O acompanhamento possibilita, ainda, analisar a relação existente entre os objetivos específicos e o objetivo maior do Programa, que é a participação social.

(vide verso)

2 - CLIENTELA

O processo de acompanhamento deve analisar a adequação entre a proposta educativa e a clientela. Para tanto deve partir do conhecimento das características próprias dos grupos sociais envolvidos com o PRODAC.

O PRODAC é desenvolvido junto a grupos que se integram na estrutura social de diferentes formas. É um programa que atinge grupos sociais carentes, contribuindo para sua organização. É importante lembrar que os grupos sociais não são criados pelo Programa; eles existem na comunidade.

Ao acompanhar-se o Programa, deve.se procurar conhecer os grupos sociais que compõem a clientela, suas atividades econômicas, o peso dessas em relação à economia do município, suas formas de organização e participação.

LEMBRE-SE:

Cabe analisar-se o modo pelo qual esses grupos se ligam ao PRODAC, verificando a adequação entre a proposta educativa e a população, isto é, se são criadas condições para que a clientela conheça seus próprios limites e possibilidades e reconheça os das instituições que interferem na vida da comunidade.

Um outro aspecto a ser considerado é a análise de como a clientela se situa diante do programa. Não basta que tudo tenha transcorrido bem, em termos e de realização de projetos. Se a população não interioriza o Programa, gera-se em distanciamento cada vez maior entre os grupos sociais e o PRODAC.

3 - AGENTES

O acompanhamento possibilita analisar o ponto a que chegou a atuação do agente, na prática educativa, através da açãocomunitária, bem como a qualidade desta atuação.

A educação, através da ação comunitária, apresenta-se como uma proposta de troca entre o saber da clientela e o saber do agente. Desta troca deve surgir um novo saber. Este constitui-se em instrumento a ser utilizado por ambos - clientela e agente - para a compreensão da realidade social e para o encaminhamento de propostas que levem à solução dos problemas encontrados(1).

As propostas referem-se, normalmente, às necessidades mais imediatas vividas pelos grupos e concretizam-se sob a forma de atividades.

IMPORTANTE

À medida em que o agente proporciona à população meios para que ela reflita sobre seus problemas e formas de solucioná-los, seu papel é de educador.

(1) O Módulo de Diagnóstico Social discute esta questão.

Este papel tem por base a atitude de troca do agente com a população e com representantes de outras entidades, possibilitando a interação de conhecimentos e experiências. Esses aspectos, uma vez interiorizados pelo agente, devem conduzi-lo a assumir atitudes não impositivas.

Sua atitude é, sim, a de observador atento, procurando acompanhar o processo educativo como um todo, bem como as nuances que dizem muito das aspirações, anseios e necessidades da população.

No acompanhamento, procura-se observar de que forma o agente está atuando na área, de acordo com as suas atribuições. Assim, pode-se detectar suas dificuldades e proporcionar-lhe meios para desenvolver habilidades específicas em sua relação com a clientela, bem como para realimentá-lo em seu trabalho.

PARA REFLETIR:

O acompanhamento deve criar, ainda, condições para que haja um permanente processo de questionamento do agente sobre sua atuação, de modo a superar possíveis dificuldades encontradas no trabalho.

4 - RESULTADOS

O acompanhamento permite analisar a contribuição do processo educativo desencadeado pelo PRODAC, junto aos grupos sociais, no que se refere as suas formas de organização e participação.

A ação comunitária não é um fim em si mesma. Constitui-se em meio através do qual se atinge o objetivo do programa: a educação para a participação social.

Avaliar um programa de ação comunitária implica em verificar se ele contribui para que a população conheça melhor a realidade onde vive e amplie sua participação no processo de desenvolvimento social.

Assim, torna-se secundário o aspecto de levantamento quantitativo dos resultados, como um dado isolado. Os dados de quantidade só têm significado quando considerados no interior de uma análise propriamente qualitativa.

LEMBRE-SE:

O importante no acompanhamento é analisar se o programa valoriza e reforça as formas de organização e participação da clientela. Nessa medida é, ainda, importante verificar se são criadas condições para que a população exerça seu poder de decisão e intervenção, tendo em vista seus interesses concretos.

5- RELAÇÕES INTER-INSTITUCIONAIS

O PRODAC propicia o estabelecimento de relações entre o MOBRAL e outras instituições, através de convênios, intercâmbios e conjugação de esforços, tanto a nível local como a níveis de maior amplitude.

Cabe ao acompanhamento proceder à análise dos critérios destas relações inter-institucionais e as consequências que elas venham a apresentar para o processo educativo.

A presença de mais de uma instituição num mesmo trabalho educativo supõe um acompanhamento que dê conta da identidade, ou não, da sua concepção de trabalho com a do MOBRAL. O caráter e as possibilidades de ação das instituições que participam de um programa comunitário decorrem da sua concepção política, organização, recursos e serviços disponíveis, serviços realmente prestados e vínculos com a população com quem se pretende trabalhar.

Muitas instituições não apresentam identidade de conceitos com a proposta de educação do MOBRAL através do PRODAC. O importante é analisá-las no sentido de conhecer suas possíveis contribuições, bem como os limites que elas impõem ao Programa. Esta análise vai fornecer subsídios para o planejamento de adequações a serem realizadas, a fim de se compatibilizar os interesses das instituições com os da clientela.

De outro lado, uma das consequências das relações entre instituições é a colocação de recursos humanos, materiais e financeiros à disposição do programa.

(vide verso)

IMPORTANTE
O acompanhamento permite indagar sobre o modo como a população e os agentes participam das decisões, quanto à captação e utilização destes recursos.

Além disso, através do acompanhamento, verifica-se se a ação conjunta desenvolvida vem permitindo à população o conhecimento das diferentes instituições, sua política, seus recursos e possibilidades de utilização de seus serviços.

A população amplia seu espaço social e nível de participação à medida em que reivindica das instituições os serviços a que tem direito, no sentido de resolver seus problemas e necessidades, para melhorar suas condições de vida.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento, na Ação Comunitária, é um meio utilizado pelo MOBRAL para captar o processo educativo desencadeado pelo PRODAC, analisá-lo e intervir no mesmo, introduzindo as mudanças que se façam necessárias para que os objetivos do Programa sejam alcançados.

De alguma forma, pretende-se corrigir, mater e/ou ampliar o raio de ação do processo educativo de forma a beneficiar o maior número possível de pessoas.

LEMBRE-SE:

Para tanto, o acompanhamento tem que ser sistemático, com periodicidade definida no planejamento do trabalho da instituição. Não pode ser visto como recurso de emergência, como instrumento ao qual se recorre apenas em situações de crise.

E MAIS:

Além de sistemático, o acompanhamento tem caráter global, pois não se restringe a aspectos parciais ou aos pontos de estrangulamento verificados na prática. Abrange o programa como um todo, analisando e integrando seus diversos aspectos.

O acompanhamento é global, ainda, quando pressupõe níveis de avaliação, diagnóstico e intervenção em que estão envolvidos o MOBRAL Central, COEST/COTER, ANPAC e SUSUG. Para tanto, é necessário manter-se um sistema permanente de troca de informações, seja por canais diretos (encontros, idas a campo, reuniões) ou indiretos (mala direta, fitas gravadas, correspondências diversas).

Em suma, ao avaliar criticamente o Programa, ao diagnosticar dificuldades e necessidades, ao verificar as adequações introduzidas para compatibilizar interesses instituições com os da clientela, ao respeitar a cultura e formas de organização da população e ao introduzir correções necessárias, o acompanhamento constitui-se num processo permanente de retroalimentação do PRODAC.

/amsm.

MOBRAL
SUSUG
INDEXADO
N.º 0087

O supervisor - qualidades técnicas e humanas

Amadice Amaral dos Reis; Ângela Maria R. Cysneiros Viana; Dalva Veiga Torres*

1. O papel do supervisor; 2. O supervisor; qualidades técnicas; 3. O supervisor: qualidades pessoais.

1. O PAPEL DO SUPERVISOR

1.1 Posicionamento no contexto do sistema educacional

À semelhança do que ocorre numa estrutura social, que envolve pessoas em interação, pode-se colocar o supervisor como um indivíduo que deve desempenhar determinado papel neste contexto.

O papel do supervisor não se dissocia da posição que ele ocupa, qualquer que seja o limite de sua atuação neste sistema: ação local, regional ou nacional.

A conduta do supervisor é ajustada à do supervisionado e vice-versa, para que se mantenha a característica de status na formação de pares. Dessa relação emergem qualidades especiais, pois cada um responde ao outro de acordo com o "lugar" que ocupa.

Ambos, supervisor e supervisionado estão em constante situação recíproca no que se refere a outro elemento humano dentro da mesma estrutura (exemplo: supervisor/diretor; professor/aluno).

Em análise mais detalhada do par supervisor/supervisionado, pode-se dizer que logo que se atribui um status, ou seja, uma posição desta pessoa em relação ao sistema educacional, as reciprocidades que se lhe pedem são determinadas.

O supervisor que aceita ou escolhe o cargo ou função, assume determinado papel. Conseqüentemente, deve agir dentro dos limites das normas de relações sociais e preparar-se antecipadamente, aprendendo e incorporando normas de reciprocidade.

---

* As autoras estão cursando o mestrado em educação da Faculdade de Educação da UFRJ. Este trabalho foi apresentado como Seminário de Teoria e Prática da Supervisão.

Logicamente, a posição consciente do desempenho desse papel obriga o supervisor à obtenção de um mínimo de capacitação, envolvendo necessariamente bom acervo de conhecimentos e algumas habilidades específicas para a ação eficiente dentro de uma estrutura sistêmica.

"O funcionamento efetivo de uma estrutura de papéis somente é possível quando as personalidades que os compõem estão motivadas para agir segundo moldes prescritos, de forma a assegurar a obtenção de satisfações suficientes para os indivíduos que desempenham os papéis."

Daí a importância dos mecanismos de atribuição e integração, exigindo uma coerência de organização, e nunca uma reunião feita ao acaso, de indivíduos ou subgrupos, sem levar em conta a personalidade dos mesmos.

Quando uma personalidade está motivada para exercer a função, é fácil para ela articular-se para a execução de tarefas complementares e cooperativas, permitindo melhor funcionamento do sistema.

1.2 O desempenho do supervisor e a produtividade

A complexidade do desempenho do supervisor, no contexto do sistema educacional brasileiro, faz-se sentir quando, a partir da análise deste posicionamento, constata-se a reciprocidade com diferentes tipos de professores: o leigo, o qualificado que constantemente se atualiza e aquele que, apesar de qualificado, cristaliza-se; o recém-formado, e ainda inseguro para atuar, e outros tantos por vezes encontrados no panorama educacional brasileiro.

O supervisor não poderá perder de vista o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem como um dos valores essenciais no contexto desta estrutura. Daí a necessidade de levar o professor a observar a importância de seu papel como elemento dinamizador do ensino, impregnado de reciprocidade em relação ao elemento aluno, para obter resultados positivos no processo de aprendizagem.

Ao supervisor competé pois, além de elevar seu próprio nível de capacitação, saber também estimular o professor no desenvolvimento das suas potencialidades, a fim de elevar-lhe o nível de capacidade e contribuir para o aumento da produtividade do grupo com que trabalha.

Em um País como o nosso, o aumento da capacidade de trabalho deve contribuir para incrementar a produtividade e, consequentemente, queimar etapas de desenvolvimento.

Os países que desejam iniciar a arrancada para o desenvolvimento devem fazer uso dessa estratégia.

A educação deverá ser sujeito e objeto de tal desenvolvimento, com vistas à melhoria da produtividade do sistema educacional. Enfocando padrões operacionais da supervisão, quer no âmbito da escola, quer no do sistema, o supervisor precisa conhecer bem a posição que ocupa para tornar claros os propósitos que tem e a função que exerce em favor do processo ensino-aprendizagem.

Para atingir o grupo de professores em termos de produtividade, deve estar atento à satisfação das necessidades pessoais, bem como ao relacionamento entre as pessoas, tendo em vista os objetivos do grupo.

O conhecimento do sistema de sanções, que se originam dos diferentes papéis desempenhados pelos diversos participantes do processo de supervisão, é também indispensável para a harmonia dessa estrutura.

Fixar a qualidade da aprendizagem e planejar mudanças apropriadas que levam à aprendizagem mais efetiva é função de suma importância, no que se refere à implementação de padrões operacionais da supervisão.

Dentro do processo de supervisão, todos os participantes devem constituir recursos humanos para o desenvolvimento. Daí a necessidade de aumentar o nível de capacitação desses elementos, junto aos chamados produtos da supervisão.

Para Eye e Netzer, os produtos da supervisão, num balanço operacional, são:

a) maturidade profissional que leva o professor a adquirir habilidades específicas como membro de um grupo de trabalho, visando pois a uma profissionalização como resultado de maturação individual e social;

b) desenvolvimento de currículo. Esta maturidade é a base da qualidade para o bom desenvolvimento do currículo e de métodos, que acentuam os principais propósitos da escola;

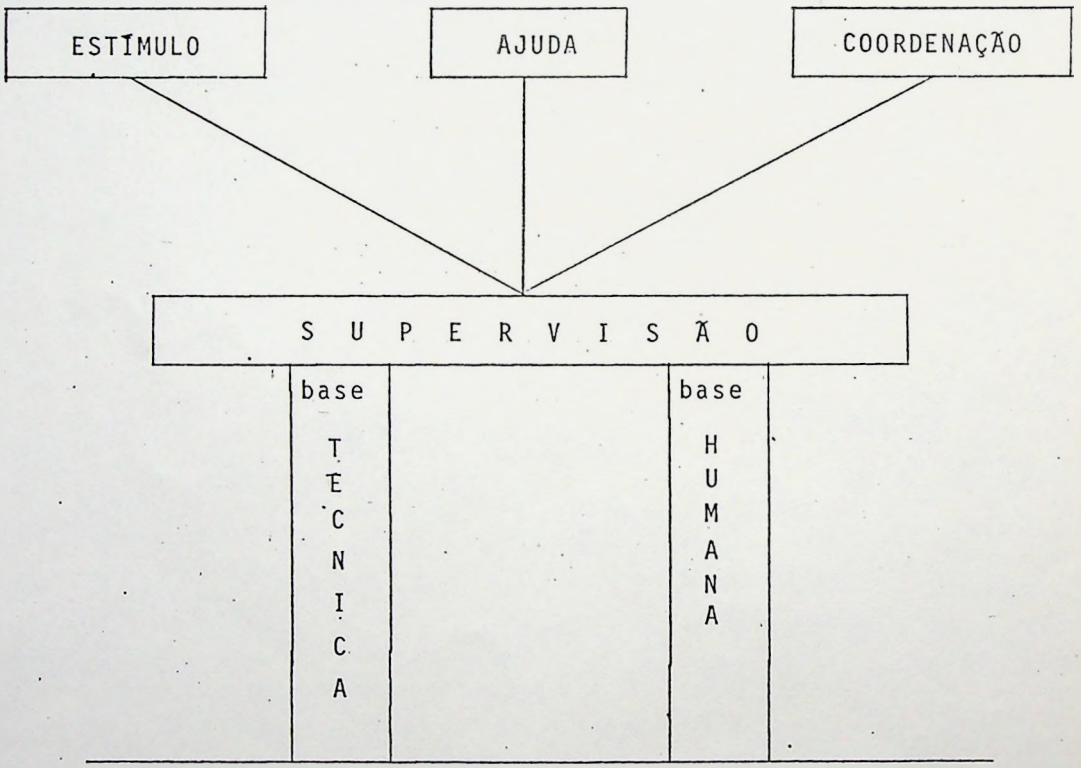
c) aperfeiçoamento do ensino cujos programas devem ser constantemente avaliados em termos de produto do eficiente processo de supervisão;

d) consolidação escola-comunidade. Os propósitos comuns dos membros da escola e da comunidade devem ser coordenados e consolidados em esforços combinados para o desenvolvimento da ação comunitária da escola;

e) as expectativas emergentes. Uma tentativa de antecipar acontecimentos, prevendo a demanda que, para o futuro, poderá ser feita em relação à escola. As expectativas de mudança estão intimamente relacionadas com as mudanças sociais, econômicas e políticas.

Os autores citados enfatizam que ambos, supervisão e seus resultados, devem estar sujeitos à avaliação em termos de áreas de produtos. Toda avaliação desses produtos deve ser em termos de propósitos do programa de supervisão.

Para alcançar os produtos da supervisão, através de um eficiente programa, é indispensável ao principal agente do processo — o supervisor — não somente base técnica, mas também humana, para garantir a ação do estímulo, a ajuda à coordenação na dinâmica do trabalho, situação que Jesus M. Isáis objetivou no gráfico a seguir reproduzido:



2. O SUPERVISOR: QUALIDADES TÉCNICAS

2.1 Fundamentação teórica

Para um estudo analítico da formação dos especialistas em educação — especificamente da formação do supervisor — a UNESCO recomenda que, ao especialista em formação, devem ser ministrados cursos que abranjam o estudo sócio-econômico do desenvolvimento e estudo amplo de educação, isto é, tanto do conjunto de instituições educacionais como da educação como instrumento social.

Esta recomendação evidencia a complexidade de conhecimentos teóricos necessários ao especialista em educação, e que abrangem a sociologia, psicologia, economia, e administração. Não há, ali, entretanto, referência à reflexão filosófica. Isto nos pode levar a duas posições: a primeira, a de considerar como inútil — para a formação do especialista — a reflexão filosófica; a segunda, a de considerar esta ausência um desafio ao especialista, estimulando-o a pensar os problemas do planejamento educacional de um ponto rigorosamente filosófico.

A segundo posição parece ser a mais lógica e é defendida por Pierre Furter, que afirma "a filosofia é uma reflexão (e não uma elaboração a priori) que pensa os problemas que surgiram na ação (e não uma atitude dogmática que prevê a ação)".

A conseqüência desta posição, evidentemente, explicita que à reflexão filosófica compete não tanto propor metas ou fins do planejamento educacional mas, antes, levar a pensar a partir do planejamento, isto é, a partir dos problemas concretos com que se depare o educador.

O supervisor de educação, especialista cuja ação deve dinamizar o processo ensino-aprendizagem, melhorando-o, a fim de que a educação possa ser realmente meio de desenvolvimento sócio-econômico, precisa ter certas condições, indispensáveis a um desempenho eficiente. Estas condições, referem-se à base técnico-conceitual do supervisor, assim como a determinadas características de sua personalidade, isto é, às condições humanas específicas e indispensáveis a este especialista.

Ao estudar estas condições, adotou-se o enfoque analítico unicamente para efeito de sistematização e apresentação detalhada do assunto, porém, o que está em estudo é a personalidade do supervisor. Conseqüentemente, tais condições são dissociáveis, interdependentes e inter-relacionadas. Assim, seguindo a linha analítica, será estudada, primeiramente, a base técnico-conceitual necessária ao supervisor e, a seguir, a base humana. Entretanto, como técnica nada mais é do que tornar em ação os conhecimentos teóricos — ou o "conjunto de processos de uma arte" — terão que ser analisados os estudos teóricos indispensáveis ao desempenho científico da função do supervisor.

Pela posição do supervisor na estrutura do sistema educacional, ou de uma escola, ele é o elemento de ligação entre a equipe de administração e a de execução. Esta posição evidencia como lhe são indispensáveis os conhecimentos relativos à administração escolar; ele deverá participar da elaboração de planos gerais, deverá compreender sua amplitude e objetivos e, fundamentalmente, deverá interpretar, com a equipe de execução, tais diretrizes. Outrossim, também deverá recolher dados, informações e sugestões da equipe de execução para a de administração. Todavia, a ciência da organização do ensino tem sido, quase sempre, muito mais uma sistematização de técnicas do que uma reflexão sobre o papel do

homem na estrutura administrativa da educação, em determinado país. Porém, ao se admitir esta última posição, admitiu-se, implicitadamente, a ocorrência de pontos de intersecção entre filosofia e administração, pois esta não se reduz e não se pode limitar a somente esboçar planos e projetos, mas, ao se planejar para o desenvolvimento, torna-se imprescindível prever as condições de realização dos planos. Isto implica, automaticamente, fazer opções, já que não há realização sem opção entre as várias e possíveis soluções; outrossim, não pode ocorrer opção sem a tomada de uma decisão — e esta depende de uma política educacional. Finalmente, não pode haver plano sem revisão constante e crítica.

Administrar implica, pois, fazer opções, tomar decisões, analisar crítica e continuamente, e isto levanta sérios problemas éticos, conduzindo à posição de compreensão de que a "administração não é apenas uma ciência da manipulação do homem, através de instituições, mas uma reflexão sobre a ética desta ação". Além do problema ético, convém lembrar ainda outro, específico, encontrado pela administração escolar, atualmente: a burocratização dos sistemas de educação. Este problema, que não pode ser resolvido pela ética, nem tão pouco por soluções tecnológicas, deve ser do conhecimento do supervisor, pois, grande número de vezes, será empecilho à consecução de seus planos de melhoria de produtividade do ensino.

Conhecendo a ocorrência de tais problemas, o supervisor tem mais condições para contorná-los e, até mesmo, para aceitá-los relativamente, evitando frustar-se ou acomodar-se a uma situação desestimuladora.

Assim, habilidades técnicas de observar, analisar, comparar, indagar, orientar e concluir evidenciam-se não somente necessárias, mas até mesmo indispensáveis à eficiência do trabalho do supervisor.

Por outro lado, o conhecimento da economia do desenvolvimento é também imprescindível para o supervisor, cuja ação deve dinamizar o trabalho escolar para melhorar a produtividade das pessoas envolvidas no processo educacional — e, conseqüentemente, melhorar a produtividade do sistema, tornando a educação sujeito e objeto do desenvolvimento.

Isto significa admitir, com os economistas, que o fator humano é a chave do desenvolvimento. Todavia, nenhuma análise de situação pode ser reduzida ou simplificada tão-somente a termos econômicos, pois isto implicaria erros.. Assim, um plano de desenvolvimento da educação deve considerar, além das necessidades da industrialização as aspirações da população, e o fato, também importante, de que o plano não desenvolve isoladamente uma situação; ele leva a colocar em questão certos princípios e até as estruturas de um país. Isto significa que a economia é parte integrante de uma realidade global e integradora. Por conseguinte, sabendo-se que as motivações nem sempre se reduzem a interesses simbolizados em dinheiro, sabendo-se que motivos diversos, divergentes e, por vezes, até contraditórios, também determinam a conduta humana como, por exemplo, motivações

sociais de prestígio e de ajuda mútua (dentre outras espécies de motivação), tem o supervisor, obrigatoriamente, que ter um conhecimento interdisciplinar para levar a bom termo a execução de sua tarefa. Ele não pode desinteressar-se da psicologia, que lhe dará elementos para entender a motivação em função do homem global, especialmente a motivação econômica, definida como uma atividade de participação na atividade do outro, na da comunidade e até na da humanidade. Isto implica a necessidade de refletir sobre o papel do outro, sobre a comunicação em geral e, conseqüentemente, no estabelecimento de relações entre psicologia, economia e ética.

Como a época atual é caracterizada pela rapidez de mudanças e desenvolvimento, a atividade econômica torna-se sumamente temporal.

Em conclusão, planificar implica forçosamente uma reflexão sistemática sobre as dimensões do tempo. Partindo-se de um passado que deve ser superado, tem-se um presente que deve — pela previsão — conformar a idéia do futuro, o qual, pela lógica, apresenta exigências maiores que o presente. E a educação deve, ainda, haver-se com os reclamos do indivíduo e da sociedade, reclamos cada vez mais exigentes em relação a prover necessidades e a possibilitar realização de aspirações.

A psicologia é, pois, a ciência que permite ao supervisor estabelecer relações entre ideologia e ação, além de ser a ciência capaz de enfatizar o problema da mudança de mentalidade decorrente do desenvolvimento. É esta a ciência que permite a indagação de qual a relação entre a consciência de classe do grupo e a consciência individual; qual a relação entre a tomada pessoal de consciência e a tomada de consciência coletiva, indagações, sem dúvida, fundamentais ao supervisor, para levá-lo à compreensão do outro. É, todavia, indiscutível que, num plano de desenvolvimento, são inúmeras e variadas as razões que lhe determinam o sucesso ou o fracasso. Muitas vezes tais razões são explicadas pela psicologia, que destaca a importância da influência de mitos, crenças ou imagens — motivos nem sempre racionais — mas que, em verdade, influem na tomada de consciência, a qual pode levar ao planejamento, ou à dinamização do projeto, ou a facilitar a sua realização.

Portanto, os conhecimentos de psicologia são indispensáveis ao especialista de educação, visto que não pode haver planejamento sem participação do outro e sem compreensão do seu comportamento. Assim, ao supervisor não basta uma reflexão filosófica sobre o outro; é preciso mais, isto é, é necessário o conhecimento da psicologia do homem dentro de uma perspectiva do desenvolvimento.

Todavia, ao considerar, com economistas e psicólogos, o fator humano evidenciamos, também, dentre as relações interdisciplinares, aquelas existentes entre filosofia, psicologia, economia e sociologia.

Após algum tempo de reações e discussões sobre a importância da sociologia como ciência do homem, tornou-se indiscutível que a sociologia da época atual, isto é, a do desenvolvimento, tem

relações muito estreitas com a filosofia da reflexão da realidade, isto porque não pode haver desenvolvimento sem planificação, nem planificação sem a intervenção constante do outro. Também, em plano mais restrito, os conhecimentos da sociologia do desenvolvimento são indispensáveis, seja pela necessidade de trabalho de equipe, seja pela necessidade do trabalho "com", e, até mesmo, em certas ocasiões, seja pela necessidade do trabalho "contra" o outro, como, por exemplo, no problema da burocratização do sistema educacional, anteriormente citado. Tais conhecimentos são indispensáveis, ainda, pela própria importância do grupo e do grupamento humano: o outro está sempre presente na sociologia do desenvolvimento.

A sociologia, após o período de lutas para afirmar-se como ciência após o período de dicotomias, descobre que, para entender uma sociedade, como a dos países latino-americanos, é necessário ter a visão dinâmica desta realidade em permanente mudança, e na qual se depara complexo problema da coexistência simultânea, às vezes até paralela, de diversos tempos sociais. A análise sociológica da realidade brasileira também evidencia a coexistência simultânea, e de extrema diversidade, de diferentes tempos sociais. É imprescindível ao supervisor refletir sobre o tempo social, visto que, a cada momento, a escola como unidade do sistema educacional — enfrenta o problema tempo-social, seja da realidade-aluno, da realidade-professor, ou seja, da relidade-comunidade. E, novamente, aparece um ponto de intersecção entre a sociologia e a filosofia do século XX, preocupada com o problema do ser e do tempo.

Assim, numa rápida análise dos problemas com que o supervisor se defronta, e das inter-relações entre as disciplinas que devem fundamentar-lhe a ação, tentou-se evidenciar a importância do conhecimento científico para a formação deste especialista.

Por outro lado, esta análise serviu também para destacar a posição atual da reflexão filosófica em um planejamento de desenvolvimento educacional: torná-lo coerente, humano e sensato promovendo, através de um esforço interdisciplinar, o diálogo entre as várias disciplinas implicadas no processo.

2.2 Prática educacional

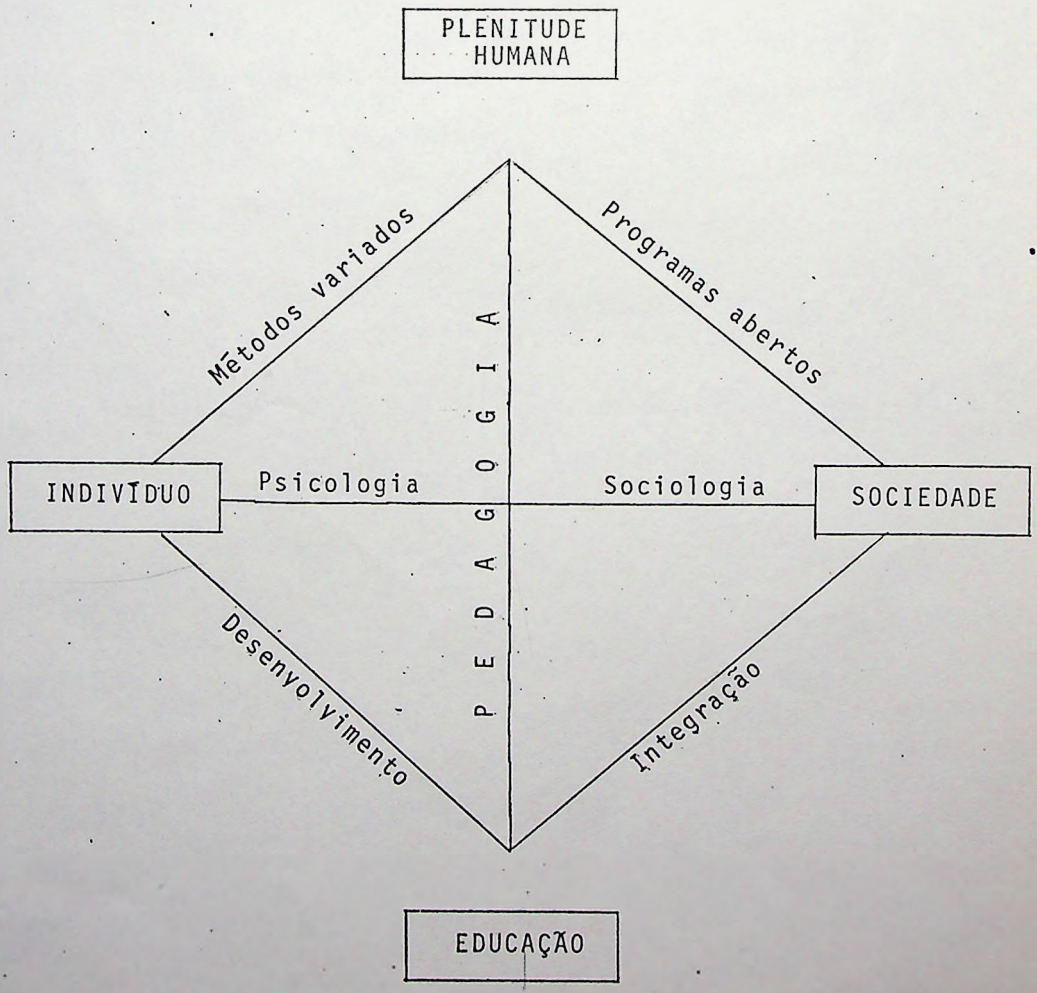
Todos os problemas levantados anteriormente tornam complexo o desempenho do papel de supervisor, e dificultam a execução do planejamento elaborado. Por outro lado,o reconhecimento da ocorrência de problemas tão amplos, variados e abrangentes, evidencia a necessidade de formação teórico-prática do supervisor, e a impossibilidade de desempenho eficiente sem adequada fundamentação teórica. Ao supervisor, muito adequadamente, cabe a observação de Ortega y Gasset, de que ele "não é um teórico simplesmente mas um prático realizador; há de pensar como homem de ação e há de agir como homem de pensamento".

Assim, toda a problemática levantada na análise da base teórica,

indispensável ao supervisor, torna clara a impossibilidade de improvisação deste profissional. Ele é produto elaborado no esforço do estudo, da reflexão e da experiência. Não pode ser um teórico simplesmente, nem pode ser somente um prático realizador.

Para melhor compreensão da responsabilidade e da importância da função do supervisor, reproduzimos o gráfico de Jesus M. Isáis cuja análise enfoca detalhes que complementam o estudo da base técnica indispensável ao supervisor. Assim, como se pode verificar, acompanhando o esquema gráfico, a educação visa a levar o educando ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades; este processo será conseqüência do desenvolvimento pessoal com integração progressiva à sociedade.

Relação entre educação e ação do supervisor



A pedagogia — como filosofia, ciência, arte ou técnica da educação — através da utilização de métodos variados e de programas atualizados, e apoiando-se na psicologia — para conhecer e estimular aluno e professor ao desenvolvimento pessoal — e na sociologia — para conhecer as necessidades sociais e para conhecer os elementos que dinamizam as forças influenciadoras na formação dos grupamentos humanos — é o elemento que deve promover a síntese entre educação e desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Para René Hubert, pedagogia é ciência que pode ser desmembrada — pela sua alta importância e elevada complexidade — em quatro elementos-suporte: "postulado, princípios, norma e criação".

a) o postulado implica conhecimento de valores mais altos da educação como também os fins mais remotos a serem atingidos; consiste na reflexão filosófica que, observada de um ponto de vista atualizado, significa refletir a partir dos problemas reais;

b) os princípios científicos orientam a aprendizagem de conhecimentos a mudança de atitudes, o desenvolvimento de habilidades ou a formação de hábitos;

c) a norma, isto é, a metodologia adequada às diferentes fases do binômio ensino-aprendizagem, deve significar meios de educação, e não fins. O supervisor deve evitar a unicidade metodológica, que pode levar à rotina. Precisa conhecer variedade de métodos, e deve estar ciente das limitações e das vantagens que cada um deles apresenta, a fim de poder sugerir o emprego mais adequado, de acordo com necessidades concretas ou, até mesmo, para fazer demonstrações quando necessário. O êxito no emprego de um método depende muito de quem o aplique e da situação em que o faça.

Por outro lado, a rápida mudança das condições sociais na época atual determina a necessidade de constante atualização dos programas escolares. O obsoletismo de alguns itens relacionados nos programas escolares é por todos conhecido, assim como a não-inclusão de determinados assuntos também é apontada. Ao supervisor compete cuidar para que seja atenuada a defasagem entre os conhecimentos científicos atuais e o que se ensina na escola. Esta análise crítica dos programas escolares exige fundamentação teórica e conhecimento prático da realidade em que se atua.

Assim, evidencia-se a necessidade de o supervisor ter conhecimento, pela prática anterior, de problemas agora também enfrentados pelo professor. Para isso, deve ter trabalhado em escolas, em variadas circunstâncias, pois só desta maneira estará em condições de compreender e de resolver os múltiplos problemas que aparecerão. É indispensável, portanto, que o supervisor conheça o trabalho educativo, não só na sua dimensão teórica, mas fundamentalmente, também, em sua realidade prática;

d) a criatividade como último aspecto dos elementos — suporte da pedagogia — nada mais é do que a habilidade, indispensável ao

supervisor, de adequar idéias gerais a lugares com problemas diferentes. A mesma solução não pode ser empregada para resolver problemas diferentes; por isso, em cada realidade, terá o supervisor que estudar os problemas que lhe são específicos, terá que conhecer as circunstâncias em que se desenvolvem, terá que se empenhar para entender as expectativas sociais e então, a partir da reflexão sobre a realidade, traçar planos de desenvolvimento educacional. A pesquisa científica, aplicada à educação, permitirá a liberação da criatividade do supervisor e de todos os membros de sua equipe.

Em resumo, um estudo da base técnica, indispensável à ação eficiente do supervisor, deve enfatizar:

a) o supervisor — como especialista em educação — deve ser o elemento que estimula e orienta o professor, a fim de levar o aluno ao desenvolvimento pessoal e à integração social, isto é, ao desenvolvimento integral de suas potencialidades;

b) a pedagogia — como ciência da educação — não dispensa o auxílio de outras ciências humanas, destacando-se, em primeiro plano, a psicologia e a sociologia, seguidas da economia, administração e filosofia.

A importância da psicologia e da sociologia decorre do fato de que, em todo o processo educativo, os fatores — indivíduo e sociedade — são objeto e, ao mesmo tempo, determinantes da dinâmica do processo.

A pedagogia, portanto, necessita ser uma teoria educacional equilibrada, que não permita o predomínio de teorias psicológicas ou sociológicas; a resultante deste processo será uma educação também equilibrada, que permite evitar os extremos de tendência individualista ou coletivista.

Os métodos educativos precisarão apoiar-se em conhecimentos psicológicos e sociológicos, hão de ser variados e deverão possibilitar atendimento às diferenças individuais.

Os programas hão de ter um conteúdo adequado às exigências da sociedade moderna, e hão de ser atualizados, acompanhando as mudanças sociais.

O emprego da pesquisa científica permitirá enfrentar o empirismo dominante na vida escolar, não só no campo da didática, como em muitos outros setores.

O supervisor deve ser um estudioso que aprenda nos livros, mas também que aprenda de suas observações, de suas experiências, de suas reflexões. Esta a forma de adquirir uma cultura equilibrada, e que não seja só empirismo.

3. O SUPERVISOR: QUALIDADES PESSOAIS

Após o estudo analítico da base técnica indispensável à ação do supervisor, parte-se para a análise das qualidades pessoais que este especialista deve apresentar. Faz-se necessário relembrar, todavia, que o enfoque analítico no estudo do supervisor tem fim meramente didático; na realidade, é a personalidade do supervisor que está sendo estudada.

Todas as pessoas levam consigo, para os grupos de que fazem parte, experiências e pontos de vista sobre fatos e acontecimentos, pontos de vista que são ditados pelo ambiente em que vivem e pela maneira como reagem a ele. Isto torna suas experiências diferentes de todas as experiências e pontos de vista das outras pessoas.

O supervisor não só se utiliza da sociologia e psicologia para nortear seu trabalho e seu relacionamento com os supervisionados.

Ao fazer a auto-avaliação e procurar encontrar meios para se relacionarem melhor, ao reestruturar sua maneira de agir, de sentir ou de pensar, ele se estará colocando na posição de um simples indivíduo, que vem da mesma sociedade que seus supervisionados e que procura analisar as experiências advindas deste sistema.

O conjunto dessas experiências concorre para a formação da personalidade, na qual identificamos os seguintes aspectos: psicomotor, afetivo e cognitivo.

O supervisor deve estar em constante avaliação de sua própria conduta, para oferecer estímulo à sua inteligência, coordenação a seus sentimentos e direção à sua vontade, atingindo assim a integridade moral.

É importante frisar que o supervisor não vive isoladamente. Ele precisa do grupo, e, justamente por esta razão, suas decisões devem emergir do próprio grupo, levando assim em consideração a opinião alheia e a ajuda prestada.

Sua coordenação objetiva, com firmeza de propósitos, transmitirá afeto pelo trabalho, confiança e interesse na tarefa a ser executada, impulsionando e levantando os índices de aproveitamento.

Outrossim, a prática possibilitará ao supervisor compreender melhor a dificuldade enfrentada pelo professor; isto facilitará a ocorrência da empatia, o que, conseqüentemente, facilitará o relacionamento interpessoal da equipe. O supervisor é então visto como alguém que não é só teórico da educação mas, sim, como alguém do "nosso grupo", que vivenciou os problemas de direção de classe e os de experimentações metodológicas. Sua atitude será a

de um companheiro com maior experiência, um amigo com visão mais ampla, um professor com maior responsabilidade. É um professor que colabora com outros para juntos alcançarem objetivos comuns.

É importante que ele considere, como norteamento de seu trabalho, a confiança na habilidade e valor de cada elemento do grupo; o estabelecimento de objetivos e interesses comuns; a consideração pelo desejo e sentimentos das pessoas; a facilidade de comunicação; a segurança e o bem-estar dos professores; a importância da criatividade; a cortesia, compreensão e polidez no lidar com o grupo.

Todos estes fatores concorrem para a interação do supervisor na dinâmica do trabalho.

3.1 Interação na dinâmica do trabalho

O supervisor, para executar suas tarefas, necessita de habilidades básicas de natureza humana, conceitual ou técnica, e de utilização de processos peculiares à sua função.

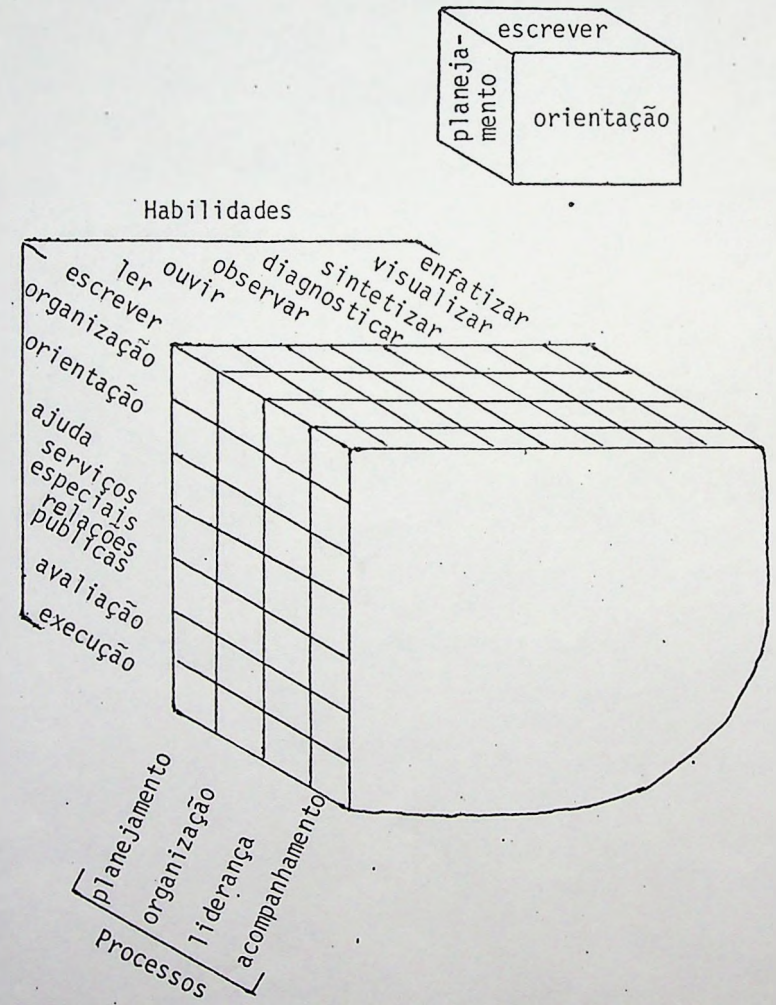
Estas habilidades vão variar conforme a natureza da tarefa ou do processo utilizado, podendo ser empregada mais de uma habilidade.

Segundo Katz, as habilidades podem ser apresentadas em três classes:

Humana	Conceitual	Técnica
enfatizar	visualizar	falar
intervir	analisar	escrever
observar	diagnosticar	ler
liderar discussões	sintetizar	ouvir
refletir impressões	criticar	descrever
e idéias	questionar	demonstrar
participar de		diagramar
discussões		desenhar
desempenhar papéis		computar

Todas estas habilidades obrigam o supervisor a colocar em ação sua potencialidade, isto é, sua personalidade num processo dinâmico.

Basicamente, a dinâmica do papel do supervisor pode ser assim representada, conforme sugestão de Harris.



Para exemplificar o funcionamento deste gráfico, tem-se a tarefa orientação.

O supervisor, para orientar um trabalho, precisa lançar mão de processos, dentre os quais o de planejamento. É certo que irá planejar como orientar seu supervisionado, que recursos utilizará, tempo de duração e outras coisas mais.

Para desempenhar a tarefa de orientação serão necessárias habilidades por parte do supervisor. Precisará, então, escrever, enfatizar os pontos mais importantes, diagnosticar as causas da deficiência do trabalho executado, e assim por diante.

Tem-se, por conseguinte, que a supervisão em ação possui três medidas importantes que, só unidas, formam o todo: tarefa, processo e habilidades.

"La supervisión debe inspirar a los maestros las mejores ideas acerca de su trabajo; ha de ayudarlos con verdadera eficacia en sus labores cada vez que sea necesario; ha de inspirar simpatia a los maestros y ha de estimularlos nó solamente a trabajar com devoción, sino también a pensar y a actuar con independencia e iniciativa." (F.M. Mc Murray).